



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ISABELLA CASTRO DE SOUZA

**TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO E
INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA/PR**

Londrina
2014

ISABELLA CASTRO DE SOUZA

**TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO E
INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof.^o Dr. Claudio Roberto Bragueto.

Londrina
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S729t Souza, Isabella Castro de.

Transformações no espaço agrário e industrial no município de Rolândia/PR /
Isabella Castro de Souza – Londrina, 2014.
114 f. : il.

Orientador: Cláudio Roberto Bragueto.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro
de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Geografia industrial – Teses. 2. Mecanização agrícola. – Teses. 3.
Agroindústria – Teses. 4. Geografia regional – Teses. I. Bragueto, Cláudio
Roberto. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 918.162

ISABELLA CASTRO DE SOUZA

**TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO E INDUSTRIAL NO
MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Claudio Roberto Bragueto
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profª. Drª Ruth Youko Tsukamoto
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profª. Drª Maria das Graças de Lima
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Londrina, 15 de dezembro de 2014.

Dedico o presente trabalho a Deus, a minha família, aos meus amigos e aos meus alunos.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Londrina e ao Departamento de Geociências da UEL pela oportunidade cedida para me graduar e seguir carreira na Geografia.

Ao meu orientador, professor Cluadio R. Bragueto, por todo apoio e paciência ao longo desta jornada. Acredito que melhor professor para me orientar durante este período não poderia haver. Sua compreensão e sua paciência foram fundamentais, principalmente naqueles momentos em que eu imaginei que não seria possível finalizar.

À banca examinadora, pela presença e pelas contribuições dadas.

Aos meus professores e colegas de curso, mas, principalmente, a Sandrinha e o Thiago, por todos os conhecimentos e experiências compartilhadas.

Aos meus amigos da graduação, por todos os momentos, pelos trabalhos de campo, pelas confraternizações, pelas besteiras, pelas palavras sábias, por toda contribuição que uma verdadeira amizade pode agregar a minha vida. Vocês são inesquecíveis e essenciais.

Aos meus amigos mais que especiais, Hello, Luciana, Fernanda, Fabiana, Paulinha, Sandrinha (mais uma vez), Jaque, Tati, Luana, Thais Cristina, Tainara, Karen, Thaigo, Hugo, Jonas e Luquinha. Vocês me deram toda a alegria e, sempre que necessário, descontração e força para eu permanecer com foco no trabalho.

Aos meus amigos professores, em especial, Jaque, Roberto, Ju e Gi. Vocês sempre me apoiaram e me deram a força necessária para persistir. Com certeza este trabalho tem um dedinho de vocês.

Aos meus alunos, com quem passo, muitas vezes, mais de 1/3 dos meus dias. Vocês são uma das minhas razões para continuar, para ser melhor, para não desistir, para persistir, sempre. Vocês são meus trezentos e tantos filhos, com os quais me preocupo diariamente, mas compartilho minhas alegrias e minhas decepções. Vocês já são parte de mim.

A minha família, em especial, meus pais e minhas irmãs, que vivenciaram todo o nervosismo, o stress, a alegria, a frustração, os alívios e as conquistas. Ao meu tio Eduardo Rigoni, o interlocutor das minhas entrevistas. Sem dúvida, vocês são a minha e a minha inspiração para querer ser e fazer sempre o melhor.

Aos profissionais entrevistados que, com boa vontade e predeterminação, auxiliaram, e muito, a conclusão do trabalho.

A todos que, com boa intenção, de uma maneira ou de outra, colaboraram para a realização deste trabalho.

E, por fim, a Deus, Aquele que me deu a vida e que me dá, diariamente, toda a fé e a possibilidade física e espiritual para, em momento algum, desistir de meus objetivos, por mais adversidades e obstáculos enfrentados. Só Ele sabe o quão dura

foi esta jornada de quase três anos de muita luta, dedicação, tristezas, desânimos, forças, alegrias, foco e fé. Graças a Deus eu posso dizer, “foi difícil, mas eu consegui”.

*“Enquanto houver vontade de lutar
haverá esperança de vencer.”* (Santo
Agostinho).

SOUZA, Isabella Castro. **Transformações no Espaço Agrário e Industrial no Município de Rolândia/PR.** 2014. 114 f. Dissertação – Mestrado em Geografia. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

Rolândia é um dos municípios que compõe a Região Metropolitana de Londrina, região esta instituída há pouco tempo. Desta forma, há que se ressaltar uma determinada escassez na produção de estudos e trabalhos vinculados a essa região, assim como ao próprio município de Rolândia. A relação agricultura/indústria será o principal foco da pesquisa, visto que o município passou por um processo de industrialização da agricultura o que implicou num crescimento importante do setor agroindustrial. Também serão expostas as transformações que ocorreram na mão de obra rolandiense, como forma de averiguar onde estavam concentrados os trabalhadores e, atualmente, como se encontra a caracterização e a distribuição dos trabalhadores em Rolândia. Através da coleta destes dados e da realização do trabalho de campo ao município, chegar-se-á a conclusão da importância das atividades industriais em Rolândia para a geração de emprego e renda e para a movimentação e sustentação da economia do município.

Palavras-chave: Agroindústria. Modernização da Agricultura. Complexo Agroindustrial. Rolândia.

SOUZA, Isabella Castro. **Transformações no Espaço Agrário e Industrial no Município de Rolândia/PR**. 2014. 114 p. Dissertação – Mestrado em Geografia. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

Rolândia is one of the cities that compose the Londrina's Metropolitan Region, which one was established a few years ago. This way, it's necessary highlighting a lack of production of studies and works linked to this region, as well to Rolândia. The relation between agriculture/industry will be the most important focus in our research, since the county has passed by an agriculture industrialization process, which one has involved an important grow to agroindustrial sector. Also, will be exposed the transformations that occurred in rolandiense labor, in way to check where the employees have been concentrated and, currently, how the employees characterization and distribution are in Rolândia. By this data collection and a fieldwork, will achieve to conclusion of the importance the industries activities in Rolândia for jobs and income generation and for the economy moves and sustentation.

Key-words: Agroindustry. Agriculture Modernization. Agroindustrial Complex. Rolândia.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários brasileiros – 1920-2006	20
FIGURA 2 -	Pessoal Ocupado na Indústria no Brasil - 1970-1995	27
FIGURA 3 -	População - Paraná - 1940-1970	36
FIGURA 4 -	Mesorregiões geográficas do estado do Paraná – pessoal ocupado na indústria de menor intensidade tecnológica (1992-2004)	41
FIGURA 5 -	Mesorregiões geográficas do estado do Paraná – pessoal ocupado na indústria de maior intensidade tecnológica (1992-2004)	41
FIGURA 6 -	Mapa do Estado do Paraná - RML - Rolândia – 2011	43
FIGURA 7 –	População total - municípios da Região Metropolitana de Londrina - 1991/2010	43
FIGURA 8 –	Empregos formais na indústria - municípios da Região Metropolitana de Londrina - 1996/2010	44
FIGURA 9 -	Os Três Nortes do Paraná	45
FIGURA 10 -	Regiões Geográficas do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 15.825/08)	46
FIGURA 11 -	As Terras da CTNP	48
FIGURA 12 -	Estação Ferroviária de Rolândia, em 1936	48
FIGURA 13 -	Avenida Getúlio Vargas, 1935: o início de Rolândia	54
FIGURA 14 -	Prédio da Escola Alemã, em 1935	54
FIGURA 15 -	Área Colhida das Lavouras Temporárias - Rolândia – 1960/2006	61
FIGURA 16 -	Área Colhida das Lavouras Permanentes - Rolândia – 1960/2006	63
FIGURA 17 -	Área Colhida das Lavouras Temporárias e Permanentes - Rolândia –1960/2006	64
FIGURA 18 -	Pessoal Ocupado no Setor Industrial - Rolândia– 1985-2012	75
FIGURA 19 -	Pessoal Ocupado (PO) por Ramos Industriais - Rolândia – 1985- 1994-2000-2012	76

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	Tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários brasileiros – 1920-2006	20
TABELA 2 -	Área Colhida – Lavouras Temporárias e Permanentes - Rolândia – 1960/2006	58
TABELA 3 -	Número de Tratores e Colheitadeiras – Rolândia/PR – 1985/2006	64
TABELA 4 -	Condição do Produtor; e Área e Número dos Estabelecimentos Agropecuários- Rolândia – 1970,1985,1995/96,2006	66
TABELA 5 -	Estrutura Fundiária – Rolândia – 1970/2006	68
TABELA 6 -	Distribuição da População Total, Rural e Urbana de Rolândia/PR –1970/1991/2010	71
TABELA 7 -	Pessoal Ocupado por Setor da Economia – Rolândia/PR – 1985-1992-2012 – MTE/RAIS	73
TABELA 8 -	Pessoal Ocupado (PO) por Ramos Industriais. Rolândia – 1985- 1994-2000-2012	76
TABELA 9 -	Pessoal Ocupado nos Subsetores Industriais. Rolândia – 2012	77

LISTA DE SIGLAS

BADEP	Banco de Desenvolvimento do Paraná
CAI	Complexo Agroindustrial
CNI	Conselho Nacional da Indústria
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COFERCATU	Cooperativa Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu Ltda
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico-social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONU	Organização das Nações Unidas
POLOAMAZÔNIA	Programa de Desenvolvimento da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONAGEM	Programa Nacional de Armazenagem
PROPEC	Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste
RAIS	Relação Anual de Informação Social
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RML	Região Metropolitana de Londrina
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	DA INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA AOS CAI's	16
2.1	A INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	17
2.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL.....	21
2.2.1	MEADOS DA DÉCADA DE 1950 ATÉ MEADOS DA DÉCADA DE 1990.....	22
2.2.2	MEADOS DA DÉCADA DE 1990 E INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	28
2.3	COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (CAI).....	30
2.4	INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO PARANÁ	34
2.4.1	O CAFÉ, A SOJA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-INDUSTRIAL	35
2.4.2	A DIVERSIFICAÇÃO DA INDÚSTRIA PARANAENSE.....	38
3	TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA.....	42
3.1	A GÊNESE DO MUNICÍPIO	44
3.2	DINÂMICA DO ESPAÇO AGRÁRIO	56
3.3	CARACTERIZAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE ROLÂNDIA.....	72
3.3.1	TRABALHADORES FORMAIS CONFORME O SETOR ECONÔMICO	72
3.3.2	PESSOAL OCUPADO NOS RAMOS INDUSTRIAIS.....	74
4	ROLÂNDIA: A CIDADE DO AGRONEGÓCIO NO NORTE DO PARANÁ.....	79
	CONCLUSÃO	95
	REFERÊNCIAS	99
	ANEXOS	106
	Anexo das Entrevistas.....	107

1. INTRODUÇÃO

Assim como a Região Metropolitana de Londrina, o município de Rolândia pouco foi trabalhado e estudado efetivamente, o que fez gerar uma carência de informação e conhecimento sobre o mesmo. Dessa maneira, propomos este trabalho pelo fato de abordar temas relevantes para o município de Rolândia.

O tema da dissertação teve como base inicial um dos projetos científicos, desenvolvido durante a minha graduação, no ano de 2010. Hoje, o objeto de estudo torna-se mais aprofundado, com mais informações e conclusões relevantes ao estudo a respeito da dinâmica agroindustrial do município de Rolândia.

Como principal objetivo do presente trabalho, podemos apresentar a finalidade geral de propor a averiguação do processo de industrialização e da formação de um complexo agroindustrial no município de Rolândia.

Com relação aos objetivos específicos do trabalho, foram elencados os seguintes: distinguir as indústrias conforme os diversos ramos industriais; constatar quais as implicações da estrutura agroindustrial de Rolândia em sua caracterização espacial; analisar a distribuição dos trabalhadores de acordo com os diferentes ramos industriais; verificar as principais transformações do espaço agrário do município.

Para a realização do trabalho, o recorte temporal pré-estabelecido foi baseado na periodização dos processos e na disponibilização dos dados por parte das instituições responsáveis pela coleta e divulgação dos mesmos. Assim sendo, trabalharemos conforme a disponibilidade dos dados necessários ao estudo de caso.

Para a análise dos dados referentes à caracterização agropecuária (área das terras, produtos, número de tratores, etc.) serão utilizadas as informações coletadas pelos Censos Agropecuários do IBGE nos anos de 1960, 1970, 1980, 1995/96 e 2006. A justificativa para tais períodos se deve ao fato de que, mesmo havendo censos anteriores a 1960, a transformação da agricultura de Rolândia e as informações que, de fato, interferirão nestas modificações serão notadas apenas a partir da década de 1960, até mesmo porque o município tem apenas 70 anos de fundação.

Para os dados relacionados ao número de estabelecimentos agropecuários, a base da pesquisa foi os censos agropecuários do IBGE e, para os estabelecimentos

industriais e número de pessoal ocupado por setor da economia, por ramo industrial e por subsetores industriais utilizamos como fonte o Ministério do Trabalho e Emprego e sua base de dados de Relação Anual de Informações Sociais (MTE/RAIS).

Os anos em destaque (1985-1992-2012) são os períodos que apresentaram maior oscilação (queda ou crescimento) nos dados coletados. Fato este que pode ser verificado no capítulo 3, quando os principais momentos, de queda ou crescimento no número de trabalhadores nas indústrias estão visivelmente identificados.

A respeito do recorte temporal para a elaboração do referencial teórico do trabalho, foram elencados os períodos que, de fato, tiveram relação e influência sobre a dinâmica da economia do município de Rolândia. Desta maneira, justifica-se a conceituação teórica do primeiro capítulo, com relação à industrialização brasileira e paranaense, começar a partir de meados da década de 1950.

As pesquisas de fontes primárias foram baseadas em entrevistas com empresários importantes no ramo da agroindústria (F. M. A., técnico da Rotasilos do Brasil e o gerente da empresa Frango Granjeiro, D. G. G.) e com o secretário do desenvolvimento econômico de Rolândia, senhor E. B. N.

É necessário relatar algumas dificuldades que encontramos durante o trabalho, principalmente naquelas que tangem a respeito da pesquisa de campo. Cabe ainda, expor a grande dificuldade que encontramos para trabalhar com as entrevistas ou questionários elaborados para grande parte das agroindústrias de Rolândia.

Foram feitos diversos contatos (telefonemas, e-mails e ofícios), dezenas de vezes, incansavelmente, porém, o retorno que tivemos foi mínimo. Mesmo deixando nossos objetivos claros e entregando o ofício em nome da universidade, dos sete locais contatados, apenas três se prontificaram a cooperar com a pesquisa.

É fato que as contribuições do senhor F. M. A., técnico da Rotasilos do Brasil, do senhor E. B. N., secretário do desenvolvimento econômico de Rolândia e o gerente da empresa Frango Granjeiro, senhor D. G. G. foram de extrema importância para agregar valor à pesquisa. Entretanto, a participação das demais empresas traria mais contribuição ao trabalho. Portanto, iniciamos as considerações do trabalho dizendo que nossos objetivos foram cumpridos, porém com algumas implicações que não permitiram a satisfação total dos seus pesquisadores.

Além da introdução, os capítulos do trabalho estão divididos em três grandes partes: o capítulo 2 trata a respeito da conceituação teórica acerca do tema desenvolvido no trabalho, referindo-se ao processo de industrialização e industrialização da agricultura a partir da década de 1950 até o início do século XXI, que abrange as escalas nacional, estadual e municipal, com o objetivo de tornar mais claro o processo que deu origem e possibilidade a instalação de um complexo agroindustrial em Rolândia.

O terceiro capítulo apresenta a caracterização sócioespacial de Rolândia desde a gênese do município até o ano de 2012. Nesta caracterização, será apresentada uma série de dados estatísticos históricos que viabilizem a compreensão da estruturação atual de Rolândia, abrangendo a agropecuária, a indústria, a população geral e a população trabalhadora em específico.

E o quarto capítulo expõe a atuação prática deste complexo agroindustrial sobre o município de Rolândia. Por assim ser, serão realizadas reflexões a partir de análises que contribuam para a conclusão de que Rolândia, hoje, se caracteriza como uma cidade do agronegócio no Norte do Paraná.

2. DA INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA AOS CAI'S

O conceito de industrialização da agricultura varia de acordo com os autores e suas linhas de pensamento, cujas determinações abrangem desde a base técnica da produção (intenso uso de técnicas como máquinas e insumos) até o processo como um todo (modificações ocorridas nas relações sociais).

No entanto, o importante a ser destacado quanto a sua conceituação é que esta industrialização da agricultura tende a seguir padrões capitalistas financeiros internacionais e a beneficiar apenas determinadas parcelas de produtores e produtos, logo também, determinadas porções do espaço, focando o fortalecimento da monocultura.

Cabe aqui ressaltar, que o processo de industrialização da agricultura vai além das relações setoriais entre indústria e agricultura, perpassa as mudanças das relações entre 'homem e natureza que, diretamente, interligam-se às relações sociais de produção, aos meios de trabalho, ao papel desempenhado pelo trabalhador e ao processo de produção.

É fundamental assinalar que o conceito de *industrialização da agricultura* não deve ser reduzido apenas a alterações na forma de produção decorrente da maior integração da agricultura com os setores industriais. A industrialização da agricultura representa não apenas mudanças nas relações Homem com a Natureza mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho [...]. A industrialização da agricultura implica a passagem de um sistema de produção artesanal a um sistema em base manufatureira (com máquinas e uma divisão capitalista do trabalho) e mesmo à grande indústria em alguns sub-setores das atividades agropecuárias no seu sentido restrito [...]. (SILVA, 1996, p. 4).

O processo de industrialização da agricultura no Brasil está intimamente ligado à fase final da substituição de importações, quando as multinacionais, responsáveis pela produção de adubos, fertilizantes e maquinários agrícolas adentram ao território nacional, fortalecendo as bases para uma agricultura moderna e industrializada.

Esta industrialização da agricultura foi fortemente financiada por programas públicos, como a criação de Cartas de Créditos Rural, que tinham como foco principal a industrialização das grandes propriedades rurais brasileiras, cujas produções eram voltadas ao mercado consumidor externo, as exportações.

Devem ainda ser destacados, os programas criados para beneficiar algumas regiões e atividades no Brasil, como: o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool), PRONAGEM (Programa Nacional de Armazenagem), POLONORDESTE

(Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste), PROPEC (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária), POLOAMAZÔNIA (Programa de Desenvolvimento da Amazônia), PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste) e o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados). (TEIXEIRA, 2005, p.36).

Com a introdução de técnicas modernas, o produtor passa a depender menos das determinações da natureza, adaptando seus interesses mais facilmente em diversas localidades. Assim, a agricultura torna-se mais dependente da indústria, que é quem vai definir as normas da produção.

Algumas razões para praticar a industrialização da agricultura no país, dentre outras, foram: aumentar a produtividade e, em consequência, a elevação do lucro; diminuir custos para enfrentar a concorrência; amenizar os conflitos nas terras; criar o complexo agroindustrial no Brasil.

2.1 A INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

O quadro atual das características da agricultura brasileira é resultado de um longo período de transformação e industrialização em seu processo de produção. No entanto, tais transformações se intensificaram, a partir de meados dos anos 60, quando a agricultura brasileira passa por uma capitalização do processo de produção, o qual ocorre dentro da estrutura de alta concentração da propriedade legal das terras, resultando na chamada industrialização conservadora.

A estratégia de industrialização e de industrialização tecnológica da agricultura constituiu-se em uma exigência do novo padrão de acumulação, que estava fundamentalmente ligado ao capital internacional. Assim, esta estratégia passa a fazer parte do grande esforço do Estado no sentido de viabilizar a reprodução ampliada de algumas frações do capital monopolista.

Esta industrialização conservadora produziu uma determinada divisão social do trabalho no setor agrícola, a qual está ligada a uma divisão territorial do trabalho, tendente a especializar certos espaços no cultivo de produtos vinculados aos interesses desta política de industrialização.

Se referindo ao Norte do Paraná, logo ao município de Rolândia, Bragueto (1996, p. 205) diz que, de meados dos anos sessenta até aproximadamente metade da década de setenta, assistimos a redefinição da forma agrícola de produzir,

enquanto que o final dos anos setenta e os anos oitenta marcam o período de consolidação da produção agrícola em base material industrial.

Portanto, o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira de nossos dias está marcado pela sua industrialização, a qual deve ser entendida internacionalmente. Nesta industrialização da agricultura, há uma ampliação da industrialização tecnológica e a interpretação mais corrente sobre esta industrialização, concebe as

transformações agrícolas como consequência de alterações nos padrões de acumulação da economia com crescente subordinação da agricultura ao capital industrial, o que resulta em modernização através da introdução de um tipo particular de tecnologia - aquela proveniente do setor industrial. (FLEISCHFRESSER, 1988, p.11)

Como dissemos no que se refere ao momento histórico em que a agricultura brasileira passa por este processo de industrialização e industrialização, a metade da década de 1960, constitui um marco delimitador da intensificação das relações agricultura-indústria, podendo ser apontados três fatores que justificam este corte analítico.

a) a mudança na base técnica da agricultura faz com que sua reprodução ampliada passe a depender cada vez menos dos recursos naturais e cada vez mais dos meios de produção gerados por um setor especializado da indústria (máquinas, equipamentos e insumos);

b) O crescimento da demanda de produtos agrícolas pelo setor não agrícola (setor urbano e mercado externo) leva a uma acentuação do processo de mercantilização geral das relações econômicas do setor rural, com reflexos imediatos sobre a constituição, em escala nacional, de um mercado de produtos agrícolas e agroindustriais; consolidação de um mercado de trabalho e constituição de um mercado de terras;

c) relevância assumida pela política de crédito rural como principal veículo articulador dos interesses rurais e urbanos em torno do projeto de desenvolvimento de cunho modernizador. (DELGADO, 1985, p.19/20)

Resumindo, podemos dizer que os objetivos reais implícitos no modelo de industrialização e industrialização agropecuária, passam a ser aqueles especificados pelo próprio padrão de acumulação, visando atender aos interesses do capital privado, capital estrangeiro e do Estado, sendo seus objetivos fundamentais os seguintes:

- a) suprir as necessidades de divisas a partir da diversificação e expansão das exportações;
- b) criar uma demanda capaz de absorver a produção das indústrias de bens de produção para o setor;
- c) produzir matérias-primas para abastecer as agroindústrias processadoras.

Mais tarde, dado o acentuado desequilíbrio da balança comercial brasileira, o Estado acrescenta mais um objetivo que deveria ser atendido pelo setor agropecuário, qual seja, a produção de biomassa para fins energéticos, como substituição de importações.

O produto que mais se prestou ao atendimento destes objetivos foi a soja e o seu complementar, o trigo. Vários fatores contribuíram para isso, entre os quais o fato da soja ser uma cultura para a qual as inovações biológicas já haviam sido desenvolvidas, além de permitir a mecanização em todas as suas fases de produção, permitindo, deste modo, sua introdução como um verdadeiro pacote tecnológico.

Outro fator, atrelado ao primeiro, é que a soja atendia os interesses das indústrias produtoras de insumos químicos e mecânicos; das agroindústrias processadoras de soja em grãos e exportadoras; e do Estado por constituir um produto de grande aceitação no mercado externo. (FLEISCHFRESSER, 1988, p.17)

Além dos fatores apontados, relacionados ao mercado externo, podemos relacionar outros fatores de ordem interna, que vieram a favorecer o processo de expansão da soja. Entre estes destacam-se a facilidade de cultivo em sucessão com o trigo ou milho, possibilitando ao produtor duas safras por ano, com o uso do mesmo capital fixo, aproveitamento da estrutura cooperativa montada para o café, ampliação do mercado interno para os subprodutos da soja (óleo comestível e farelo) e as próprias políticas institucionais que fazem parte da estratégia de industrialização da agropecuária.

Como um indicativo na transformação dos padrões de produção da agricultura brasileira, podemos apontar o emprego de tratores nas áreas agrícolas. Como um dos vários fatores que podem ser apresentados para caracterizar as transformações na agricultura, o número de tratores manteve-se em alta em todos os períodos analisados, destacando-se a década de 1970.

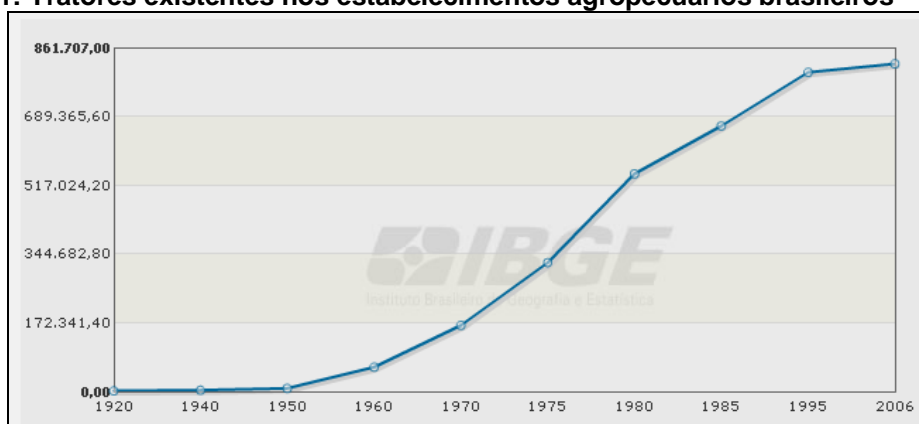
No entanto, o seu ritmo de crescimento diminuiu a partir da década de 1990, quando a quantidade do mesmo continua a elevar, mas de maneira mais suave. Fato este causado, dentre outros, à tecnologia implantada no maquinário, mais especificamente a potência do trator, uma vez mais potente, menor será a quantidade de aquisição necessária. A seguir, uma tabela que sintetiza estas informações.

TABELA 1: Tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários brasileiros – 1920-2006

Período	Número de Tratores	Crescimento Absoluto
1920	1706	-
1940	3380	1.674
1950	8372	4.992
1960	61345	52.973
1970	165870	104.525
1980	545205	379.335
1995	799742	254.537
2006	820673	20.931

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1920/2006.

FIGURA 1: Tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários brasileiros – 1920-2006



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários –1920-2006.

É certo que não podemos nos basear, exclusivamente, no emprego de tratores para sustentar a industrialização da agricultura. Outros fatores importantes também desempenharam papel importante durante esta trajetória e que devem ser considerados.

Com o avanço da tecnologia (máquinas e insumos) empregada no campo, os produtores tiveram a vantagem de aumentar a produtividade de suas terras. O interesse, tanto por parte dos agricultores quanto dos industriais, era de modernizar a agricultura. Porém, é o incentivo do governo através do crédito rural que vai impulsionar esta transformação da produção agrícola.

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

Baseando-se tanto no levantamento de dados estatísticos quanto no período de criação do município de Rolândia, a contextualização periódica da pesquisa referente às transformações agroindustriais brasileiras que, de fato, foram relevantes e exerceram influência sobre o município, é aquela apresentada a partir da década de 1950 até os dias atuais.

Para melhor compreensão dos períodos elencados, será feita uma divisão em dois grandes períodos: o primeiro de 1955 até meados dos anos de 1990 (1955-1965: Industrialização Pesada e governo JK; 1965-1980: Ditadura Militar. E 1980 até meados de 1990: período de crise). E o segundo, meados de 1990 até 2012. A escolha destes períodos mais recentes justifica-se, pois, é a partir deste momento que o crescimento industrial de Rolândia desenvolve sua relação com a economia estadual e torna-se relevante ao cenário do Paraná.

Antes de dar início á contextualização mais atual, é preciso esclarecer um aspecto importante sobre o cenário nacional; as atividades econômicas produtivas no Brasil (pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro) até meados do século XVIII foram baseadas em políticas econômicas pré-estabelecidas pela e para a coroa portuguesa, visando seu enriquecimento e não o do país.

No entanto, quando tratamos sobre o ciclo cafeeiro que se inicia no século XVIII e prolonga-se até o XX, este foi moldado por políticas econômicas nacionais e visou o enriquecimento do país (BACHA, 2004).

As décadas de 1950 até 1990 envolvem duas fases diferentes do cenário político nacional que afetaram o desenvolvimento do país. São eles: os anos de 1950 até o início dos anos de 1980, que é caracterizado pela industrialização pesada no Brasil. Este período pode ser dividido em 2 momentos: O início com o Governo JK, em que houve poucas transformações no campo, porém foi criada as bases para a instalação de uma indústria para a agricultura no país.

O segundo momento é o dos governos militares em que se completa a industrialização pesada, a instalação da indústria para a agricultura e se efetiva a industrialização da agricultura. E a segunda fase, em seguida, vem com o período de crise, dos anos de 1980 até meados dos anos de 1990.

2.2.1 MEADOS DA DÉCADA DE 1950 ATÉ MEADOS DA DÉCADA DE 1990

Em novembro de 1936 era criada uma das mais importantes ferramentas de atuação econômica do Banco do Brasil: a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. Em 1937 foi autorizada por lei a captação de recursos para a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, mediante a colocação de bônus no mercado de capitais e junto aos então nascentes Institutos de Aposentadorias e Pensões. Esses títulos autônomos eram cotados na Bolsa do Rio de Janeiro e financiavam aquisição de maquinaria, custeio de safras e entressafras, sementes e adubos, melhoria de rebanhos além de matéria prima e reequipamento industrial. (BANCO DO BRASIL, 2010).

Para sustentar o crédito rural aprovou-se a lei nº 482, de 12 de novembro de 1948, autorizando o Poder Executivo a contratar com o Banco do Brasil, por intermédio da carteira, o financiamento agrícola da produção. Manteve-se, ainda, o regime de preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de primeira necessidade da produção nacional, nas safras de 1948 e 1951.

O crédito industrial¹ concedido pela carteira expandiu-se nos anos de 1947 a 1950, de Cr\$ 205.373.000,00 para Cr\$ 905.590.000,00. Em 1949, o Banco liberou créditos consideráveis para financiar o desenvolvimento do país. Foram, assim, distribuídos recursos para o reaparelhamento do parque açucareiro nacional; aquisição de combustíveis, matérias e equipamentos destinados a ferrovias; obras rodoviárias, inclusive da estrada de rodagem do Rio a São Paulo; obras constantes do plano aprovado pelo governo federal a cargo da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro; melhoramentos no porto de Santos; importação de equipamentos industriais e de navios e instalação de refinaria de petróleo. (BANCO DO BRASIL, 2010).

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela crise no sistema financeiro capitalista mundial, porém, possibilitou ao Brasil um crescimento industrial considerável para suprir as necessidades do mercado interno. As condições pré-estabelecidas no país permitiu, através da ação intervencionista do Estado, a conversão da situação para atender as necessidades do consumo interno através da

¹ Valores corrigidos pelo IGP – DI, para dezembro de 2013: Cr\$ 205.373.000,00 = R\$ 249.465.221,00/Cr\$ 905.590.000,00 = R\$803.232.625,00. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>

industrialização: investimento na siderurgia, obras de infraestrutura, expansão de crédito, abastecimento, etc. (BANCO DO BRASIL, 2010).

Essa transformação urbana e industrial brasileira se deu frente a dois processos, um de urbanização intensificado graças ao êxodo rural e o outro de industrialização pautada na substituição de importações, que resultaram, entre outros aspectos, na concentração industrial no Sudeste brasileiro, mais especificamente no estado de São Paulo.

Na década de 1950, a principal preocupação brasileira era o fornecimento de alimentos para os centros urbanos, que crescia aceleradamente, e a substituição de importações, para viabilizar o desenvolvimento industrial do país.

O Brasil começava a produzir alimentos que supria todas suas necessidades. A distância entre os centros consumidores (centros urbanos) e as áreas produtivas era bastante grande, o sistema de transporte dos produtos agrícolas e o seu armazenamento não contavam com as melhores condições, pois, durante o transporte e a estocagem das safras, muito se perdia.

Os subsídios disponibilizados nesta época eram destinados à importação de insumos, ao crédito rural, à ampliação do sistema de assistência técnica. Estima-se que, entre as décadas de 1950 e 1960, os empréstimos realizados pelo Banco do Brasil para a aquisição de máquinas agrícolas tenham crescido mais de quatro vezes se comparados a períodos anteriores.

Os principais instrumentos econômicos adotados para estimular a industrialização foram: empréstimos subsidiados para certas indústrias; elevadas taxas de impostos sobre as importações de bens finais, mas não sobre as importações de matéria-prima e bens de capital para novas indústrias; política cambial que barateava a importação de equipamento industrial, mas desfavorecia as exportações de produtos agropecuários; participação governamental no capital de algumas empresas; e construção de infraestrutura pública necessária a complementar a atividade industrial. (BACHA, 2004, p. 143).

Se nas décadas de 1920-30 o transporte ferroviário teve grande importância, a partir de 1950, o transporte rodoviário amplia sua importância no transporte de cargas e ultrapassa a ferrovia que, com o passar do tempo, perde significativa importância no sistema de transporte brasileiro.

Apesar dos contrapontos presentes na adoção deste tipo de transporte, a rodovia acelerou a ocupação de novas fronteiras agrícolas, como o caso do Norte do Paraná, em que inicialmente a ferrovia teve papel relevante, possibilitando,

consequentemente, à expansão da agropecuária, tanto no total de área colhida como no número de estabelecimentos.

Nestas breves considerações iniciais constatou-se que no período de 1930 até meados de 1950, o Brasil apresentava poucas transformações na produção agrícola, assim como uma industrialização restringida. Esta situação começa a se alterar a partir da metade dos anos de 1950 e principalmente nas décadas seguintes, quando, durante este período, emergiram, com o processo de industrialização da agricultura, novas finalidades e maneiras de exploração agrícola originando as transformações da agropecuária brasileira.

A industrialização da agricultura trouxe consigo uma ideologia marcada pela noção de crescimento ou o fim da estagnação do desenvolvimento brasileiro e pela especialização da produção agropecuária que cria um agricultor competitivo e individual.

A dilatação da agricultura moderna pelo país aconteceu substancialmente junto à constituição do complexo agroindustrial, que modernizou a base técnica dos meios de produção e alterou as formas de produção agrícola.

O período referido como o da Industrialização Pesada foi marcado pelas transformações no campo devido à instalação de uma indústria voltada à agricultura, efetivando a industrialização do campo brasileiro. No entanto, estas alterações variavam conforme o período em análise e iniciaram de forma mais tímida durante o governo de JK. (BRAGUETO, 2007).

O governo de Juscelino foi marcado pelo grande salto tecnológico assistido pelo país devido à ampliação da capacidade produtiva de bens de capital e de bens de consumo duráveis (máquinas, automóveis, eletrodomésticos, etc.). O cenário de transformação industrial no Brasil estava vinculado ao capital internacional (europeu, em sua grande maioria) industrial e financeiro, que foram os responsáveis por financiar esse impulso produtivo, investindo em infraestrutura e nas indústrias de base, conjuntamente com o papel do Estado, que era o de criar condições necessárias para a instalação das indústrias estrangeiras de grande porte.

Para estabelecer o planejamento deste desenvolvimento, durante o governo de JK, foi elaborado o Plano de Metas, principal instrumento para sua campanha política que levava o *slogan* de “Cinquenta Anos em Cinco”. Este plano era um programa de industrialização e industrialização do país que fora elaborado como um conjunto de objetivos para os diversos setores públicos ou privados: energia,

transporte, alimentos, indústria de base e educação. Este Plano deu continuidade ao processo de substituição de importações iniciado com o governo de Vargas.

Foi durante o período conhecido como Industrialização Pesada, que grandes e importantes indústrias se instalaram no território brasileiro, embora empresas importantes tenham sido fundadas no período anterior, tais como: a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), a Fábrica Nacional de Motores (durante o Estado Novo, 1937-1945), a PETROBRÁS, a Companhia Vale do Rio Doce, a atual VALE e a ELETROBRÁS (durante a década de 1950). (SINGER, 1987).

Antes e durante o golpe de 1964 (1962-1967), o país observava uma queda no ritmo de crescimento industrial fruto dos altos custos de investimentos realizados em períodos anteriores.

A partir de 1962, e se estendendo até 1967, a queda no ritmo de crescimento da economia foi evidente. Esta desaceleração decorreu em grande parte dos fatores de natureza cíclica, relacionados com a conclusão do volumoso pacote de investimentos públicos e privados iniciados em 1956/57. (*apud* BRAGUETO, 2007, p.18).

A recuperação da economia fica por conta da abertura das relações brasileiras para com o comércio externo, cujo aumento significativo de nossas importações esteve fortemente vinculado ao crescimento das exportações.

Entretanto, como verificado nas obras de Bragueto (2007) e Serra (1982), fora constatada desigualdade no crescimento entre os setores industriais. Ao mesmo tempo em que se avançava a produção dos bens de consumo duráveis, não duráveis e da construção civil, acompanhou-se o atraso no crescimento da produção dos bens de produção. A justificativa para tal acontecimento estava no aumento das importações dos bens intermediários e de capital, que por sua vez, geraram pontos de inflação.

Outro fator observado durante o período em análise foi a diferenciação da produção de alimentos voltados ao consumo interno e àqueles destinados à exportação, cujo último citado concentrava a maior parte da produção de alimentos do país. Isto devia-se ao fato da forte vinculação da economia nacional com o setor externo. Entretanto, o mesmo entra em colapso com a primeira crise do petróleo, em 1973.

Portanto, a desaceleração a partir de 1974 acontece, pois, além do desequilíbrio externo, o país também não contava com financiamento interno compatível com as metas de crescimento do governo. Esgotadas as fontes internas, apelou-se ao endividamento externo que, na verdade, já

havia sido acionado entre 1970 e 1972, antes portando da primeira crise do petróleo em 1973. (BRAGUETO, 2007, p. 19-20).

Após o golpe militar de 1964, baseando-se na industrialização, a agricultura articulou-se com a indústria para conduzir um novo padrão de produção cuja base estava no uso intensivo do solo e emprego de insumos químicos e maquinários voltados ao plantio e colheita dos produtos.

Durante a Ditadura Militar brasileira foram implantadas ações para a política de crédito e criação de órgãos do Estado responsáveis pelo planejamento regional brasileiro (SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste; SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

As ações adotadas pelo governo militar asseguraram ao Brasil, uma industrialização intensiva da agricultura, sem modificar os moldes e a estrutura agrária nacional (grande propriedade e concentração de terras).

A política do governo militar investiu no aumento da produtividade agropecuária através da renovação tecnológica (insumos, técnicas e equipamentos modernos) a fim de ajustar o desenvolvimento agropecuário do país às estratégias internacionais, que eram baseadas na formação do complexo agroindustrial.

Institucionalizado em 5 de novembro de 1965, através da Lei nº 4.829 (BANCO DO BRASIL, 2010), o Crédito Rural foi um importante instrumento de incentivo à produção, investimento e comercialização agropecuária e, conseqüentemente, à economia nacional. Esta política financiou a industrialização da agricultura brasileira com ações antes não tomadas pelo Estado, como a transferência de crédito do Estado para a agricultura.

Durante este período, foram fixados preços e taxas de juros a serem cobrados referentes aos financiamentos agrícolas ou compra de produtos agropecuários para impulsionar a disseminação das operações de crédito para o setor primário, visando o desenvolvimento e industrialização da agricultura brasileira.

Parte desses recursos gerados via financiamento e crédito rural, era destinada ao setor industrial. As indústrias que utilizavam insumos ou matérias-primas de origem agrícola (agroindústrias) foram as mais beneficiadas e fortalecidas com os recursos do Estado.

Desta maneira, a relação entre produção e comercialização dos produtos agroindustriais desenvolveu considerada articulação entre si e passou a ter grande

importância para o setor financeiro, influenciando nas medidas e ações tomadas pelo Estado e por empresas de capital privado.

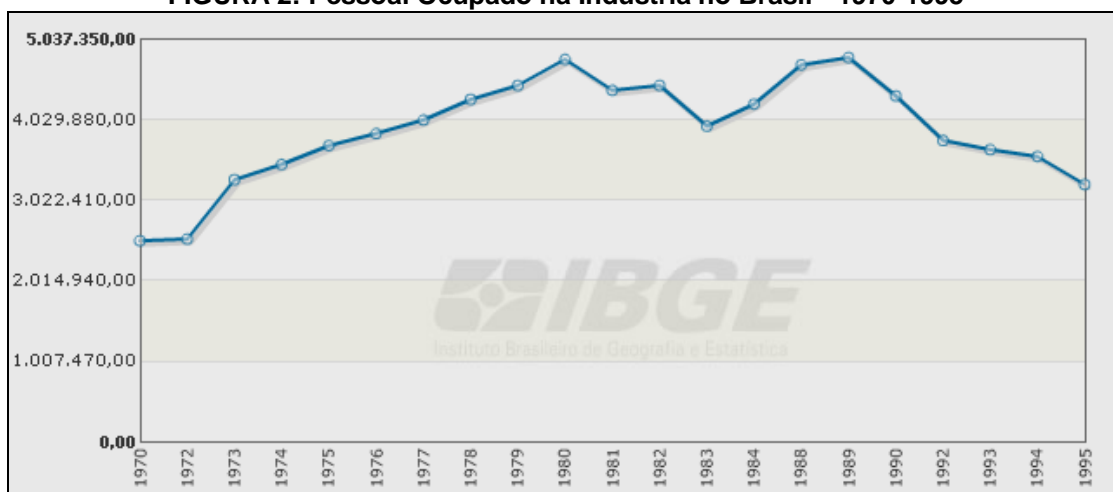
A figura a seguir, representada pelo número total de pessoal ocupado na indústria geral de 1970 a 1995 consegue melhor caracterizar a dinâmica da indústria durante o período em questão.

Apesar de haver momentos com percentuais em queda, principalmente após 1980, de maneira geral, o número de trabalhadores ocupados nas indústrias do país se manteve em uma constante linearidade, que são divididos em propensões e elevações até o período limítrofe da análise.

Os períodos de aumento que mais se destacaram foram durante a década de 1970, cuja quantidade de pessoal ocupado manteve uma constate elevação, e de 1983-1989, quando foram verificadas leves recuperações durante a década de 1980.

Já os períodos de queda de maior destaque no número do pessoal ocupado foram a década de 1980, mais precisamente os anos de 1981 e 1983, e após 1989.

FIGURA 2: Pessoal Ocupado na Indústria no Brasil - 1970-1995



Fonte: IBGE, 1970-1995 – Dados censitários e intercensitários.

“A partir dos anos 1980, a trajetória da indústria foi afetada pelas sucessivas crises da dívida externa, pela hiperinflação, pelo processo de estabilização e pelas transformações globais o setor. O resultado foi uma queda da participação da indústria no PIB.” (CNI, p16, 2010). Neste período, o contingente de trabalhadores só veio a diminuir, pois foi marcado pela crise na economia nacional, episódio este que refletiu sobre os empregos no setor industrial.

2.2.2 MEADOS DA DÉCADA DE 1990 E INÍCIO DO SÉCULO XXI

O setor agrícola brasileiro foi marcado, nos anos 90, pelo processo de globalização. Assim, os complexos agroindustriais formados nas décadas de 1960 e 1970, agora se tornam internacionalizados, apresentando padrões idênticos ao de seus sistemas produtivos, ainda que suas matérias-primas, suas origens e seus destinos da produção não fossem os mesmos.

Com o aprofundamento da crise econômica na década de 1980, que foi marcada pela aceleração da inflação, pelas falhas nos planos de tentativa de estabilização econômica e pela consequente crise financeira do Estado fizeram com que a capacidade e a disposição de intervenção do governo através de políticas públicas fossem sendo enfraquecidas, tanto que as ações políticas voltadas à agricultura na década de 1980 se tornaram inviáveis para o período em crise.

Após a crise enfrentada na década de 1980 e início dos anos 1990, em 1994 foi lançado o Plano Real, por meio do qual a economia foi estabilizada, a inflação controlada e a moeda sobrevalorizada. A partir daí, o modelo agrícola brasileiro passou por uma radical mudança: o Estado suavizou sua participação e o mercado passou a financiar a agricultura que, assim, viu o agronegócio cada vez mais fortalecido, desde a substituição da mão de obra por máquinas até perpassando pela liberação do comércio exterior. Medidas estas tomadas para que os grandes produtores pudessem se adaptar às práticas de mercado globalizado.

O aumento da produtividade, a mecanização (com redução dos custos) e profissionalização que marcam esse período foram estratégias de ajustamento externo do projeto neoliberal e que, consequentemente aprofundou consideravelmente a especialização da agricultura brasileira na produção para exportação, transformando o agronegócio no principal ator das relações econômicas da agropecuária brasileira.

As novas estratégias políticas para a agricultura planejadas para o início do século XXI evidenciam que os instrumentos tradicionais da política agrícola, como crédito rural e preços mínimos, têm a sua eficácia reduzida conforme aparecem as mudanças econômicas.

A ideia no passado era a de que todas as dificuldades pelas quais a agricultura viesse a enfrentar deveriam ser sanadas pelas políticas de crédito e de preços mínimos. O crédito rural continuará complementando as necessidades de

determinados produtos agrícolas, contudo, ele não terá mais que desempenhar o seu papel do passado, como base da sustentação de toda a política agrícola brasileira.

A tendência da década em questão para a agricultura brasileira é voltar-se para segmentos mais competitivos a fim de tornar-se mais eficiente através da adoção de inovações tecnológicas e mão de obra mais qualificada. Assim, ela poderá melhorar o seu desempenho para abastecer os mercados externos e prover a demanda interna, contribuindo com o desenvolvimento econômico em um mercado cada vez mais globalizado.

A economia internacional se reafirma como uma importante fonte de crescimento para o País. O crescimento vigoroso das exportações, em especial, para a China, teve forte efeito sobre a recuperação da economia e a acumulação de reservas. Da mesma forma, foi decisivo o acesso ao mercado internacional de crédito e de capital de risco. As empresas brasileiras, de outra parte, passaram também a investir no exterior, ampliando o acesso a mercados, incorporando tecnologias, viabilizando financiamentos e agregando conhecimento. (CNI, 2010, p.20).

A respeito dos movimentos de concentração/desconcentração industrial, a década de 1990 é marcada pelo o que foi representado pela retomada do processo de desconcentração das indústrias. Agora, as localidades passíveis de receber os investimentos de capital não são mais aquelas limitadas e fixadas próximas à cidade de São Paulo ou à sua Região Metropolitana. Além disso, também veio a ser discutido um possível processo de “desindustrialização” do país durante este mesmo período, no entanto, como afirma a própria Confederação Nacional da Indústria (2010, p.26):

Existem razões para preocupação, embora não se possa caracterizar a situação brasileira atual como um caso clássico de desindustrialização. A estabilização econômica dos anos 1990 e a superação da restrição externa na década atual – com o crescimento das exportações com base agroindustrial – criam condições que favorecem a valorização do câmbio e colocam, sob discussão, o papel da Indústria na estratégia de crescimento do País.

Outros estados tendem a ter oportunidades de investimentos e aberturas de novas indústrias, como é o caso do Paraná, com maior destaque para a RMC (Região Metropolitana de Curitiba), com a formação de um polo automobilístico, mas também com forte crescimento do interior. Esse processo decorre do fato principal do contexto da abertura econômica e privatizações, as quais marcaram a década de 1990 e favoreceram a construção de novas plantas produtivas fora do eixo da região da cidade de São Paulo.

Assim, é provável pensar que o processo de desconcentração industrial no Brasil inaugura uma nova fase, sobre tudo na década de 90, onde a base territorial passível de receber os novos investimentos industriais se amplia consideravelmente, extrapolando os limites fixados pelo processo no período anterior, qual seja, São Paulo, metrópole e interior. [...]

[...] É nesse contexto que se insere a nova fase da industrialização paranaense, não apenas porque o estado é um dos componentes do *polígono* ou da *região concentrada* mas, sobretudo, pelo desempenho positivo que tem tido em relação à atração de novos investimentos industriais, notadamente do setor automobilístico. (FIRKOWSKI, 2001, p. 88).

A respeito da participação nacional na economia mundial no século XXI, podemos ter como uma das principais bases, o relatório das Nações Unidas intitulado Desenvolvimento Industrial para o século XXI (*Industrial Development for the 21st Century*), “Brazil, which started at number 13 in 1970, moved into the top five by 2010, having more than doubled its share from 1.5 percent to 4.0 percent, and increased jobs by about 5.6 million.” (ONU, 2013, p.40). Assim, podemos notar a importância da indústria no crescimento do Brasil, cuja aparição cenário internacional é mencionada e comparada às últimas décadas, revela a grande importância do país expressada através dos dados ranqueados pela ONU: em 1970 o Brasil aparecia no 13º lugar, representando apenas 1,5% na participação total mundial. Já em 2010, subimos para o 5º lugar, nossa participação passa para 4%.

2.3 COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (CAI)

Embora os complexos agroindustriais brasileiros tenham sua formação mais intensiva a partir da década de 1970, é observado que o processo pelo qual deu origem a eles é característico do século passado, quando a agricultura do país era organizada em complexo rural ou agrário.

Ligado ao capital comercial, o complexo rural, para produzir determinado produto, necessitava produzir seus bens intermediários e os seus meios de produção básicos além de sustentar a força de trabalho responsável por sua produção, tornando as unidades produtoras (fazendas e engenhos/usinas) quase que auto-suficientes. Essas fazendas internalizavam o setor de produção de seus meios de produção, baseados nas profissões artesanais como o ferreiro, carpinteiro, mecânico, etc.

Para realizar suas atividades voltadas à exportação elas se equipavam, dentro de seus limites, de artesanatos e manufaturas clássicos e, dessa forma, produziam equipamentos rudimentares para o trabalho, bem como insumos simples,

além de transporte. A sua divisão social do trabalho também apresentava-se incipiente.

A dinâmica do complexo rural era muito simples. Havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo. Se seu preço estivesse “bom”, os recursos da fazenda (homens, animais de trabalho, terras) eram realocados de modo a incrementar a produção de exportação. Se o preço no mercado internacional caísse, esses recursos eram deslocados para as atividades internas, destinadas basicamente à subsistência da força de trabalho e à reprodução das condições materiais da unidade produtiva. (SILVA, 1996, p.7).

A crise no sistema do complexo rural inicia com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado, resultados de dois importantes elementos, o fim do tráfico negreiro e a Lei de Terras no Brasil (1850), transição esta marcada pela escassez de mão de obra (devido à abolição dos escravos) mas que fora suprida com um grande contingente de mão de obra imigrante. Nessa conjuntura, a agricultura brasileira era essencialmente cafeeira e, a região do país que mais rapidamente desenvolveu esta produção foi o estado de São Paulo, denominado assim, por Cano (1975) de complexo cafeeiro paulista.

No complexo cafeeiro a figura do colono, trabalhador assalariado temporário, que produzia, em partes, para sua própria subsistência e também para a geração de excedentes de produtos alimentícios. Com isso, a própria atividade do café ampliou o mercado e a divisão social do trabalho (mesmo que simples), especializando o trabalhador da fazenda.

Além destas ampliações, a expansão do complexo cafeeiro paulista também acarretou mudanças nas relações com as atividades urbanas, desenvolvendo maiores necessidades com a demanda urbana como, transporte, transações bancárias, fábricas, etc., uma vez que as mesmas não são mais supridas dentro da própria fazenda. Isto ocorre de fato somente com o complexo cafeeiro, pois é ele quem cria excedentes, investimentos e ampliação da relação social de produção.

[...] a expansão das atividades “não agrícolas” engendradas no seio do complexo cafeeiro paulista não podia mais ser satisfeita internamente nas próprias fazendas, obrigando a um aprofundamento da divisão do trabalho e “delegando” novas funções às cidades. Estabeleceu-se assim, a partir do complexo cafeeiro paulista, uma mudança fundamental, com a passagem de uma economia rural fechada e assentada em bases naturais para uma economia aberta e mercado interno que começava a estruturar-se a partir das indústrias montadas na cidade, mas ainda voltada à demanda dos segmentos da própria agricultura. (SILVA, 1996, p. 9).

Ao longo das décadas de 1930-1960, o complexo cafeeiro viu o processo da industrialização pesada e da substituição de importações ganharem força, resultando num aumento significativo da industrialização da agricultura brasileira, promovendo a substituição dos elementos dos complexos anteriores e abrindo espaço para a criação de indústrias de bens de capital e de insumos agrícolas. “A constituição do CAI surge como produto da industrialização; a partir daí, a manutenção e a expansão do CAI passam a constituir o principal vetor da modernização da agricultura.” (SILVA, 1996, p.25).

Diante destas profundas transformações, a ideia de complexo agroindustrial (CAI), se torna cada vez mais presente como unidade de análise, em especial naqueles territórios em que o processo de industrialização da agricultura foi mais intenso.

Portanto, o complexo agroindustrial dá ênfase na interdependência entre indústria para a agricultura, agricultura e agroindústria. Porém, como destacado por Muller (1989, p.45),

[...] estas atividades são interdependentes, mas assimétricas, pois há aquelas cujas funções possuem um maior grau de importância na reprodução do complexo. [...] Assim, a agricultura, em que pese ser uma atividade principal, pode estar subordinada a setores industriais ou, até mesmo, a setores comerciais, como por exemplo os supermercados.

Com a institucionalização dos Complexos Agroindustriais no território brasileiro, o país deu início a uma internalização da indústria de máquinas, equipamentos e insumos e, principalmente, a uma industrialização e ampliação do aparelho agroindustrial brasileiro, que foi fomentado através de políticas estatais que tinham uma visão mais agroindustrial.

Como já dissemos, o Estado desempenha uma função decisiva na industrialização da agricultura através das políticas de financiamento agrícola e oferta de crédito para a agricultura para a comercialização e compra de produtos, ou seja, o Estado se torna o capital financeiro para as relações agroindustriais no Brasil, visando sempre, como qualquer capital, o lucro. “[...] o Estado planifica a agricultura para o lucro, no interior da qual opera uma certa “taxa média” que distribui os capitais privados e, por força, as diversas formas de riqueza produtiva.” (MULLER, 1989, p.57)

O termo Complexo Agroindustrial tem sido utilizado para designar as inter-relações e atividades realizadas entre indústria e agricultura, estejam elas:

[...] vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica. (MULLER, 1989, p.45)

Estas relações intersetoriais vêm com a premissa de absorção tecnológica pela agricultura, dessa forma o setor agrícola estaria inserido em complexos industriais delimitados em duas extremidades: de um lado uma indústria para a agricultura e de outro, uma indústria da agricultura.

No primeiro caso (indústria para a agricultura) a indústria é aquela que se denomina a fornecedora de bens de capital e insumos para a agricultura, ou ainda um setor a montante da agricultura. Já no segundo caso (indústria da agricultura) denomina-se um setor a jusante da agricultura, cuja indústria é a processadora de matéria-prima agrícola; a agroindústria.

Assim sendo, a agricultura passou a ser condição imprescindível para o acúmulo de parcela da indústria de bens de capital, ou seja, uma interdependência intersetorial na agricultura. Portanto, podemos observar a maneira como o capital industrial se apropriou da agricultura, fazendo com que a mesma perdesse seu caráter autônomo e independente.

Podemos citar também outras duas concepções que se referem ao intuito do complexo agroindustrial, são elas: em inglês o *agrobusiness* (sistema agroindustrial), e em francês o *filière* (cadeias agroindustriais). O primeiro termo (*agrobusiness*) é o mais conhecido, nos Estados Unidos e que, mais tarde, também passou a ser utilizado pelos países mais desenvolvidos da Europa.

Em outras palavras, são países nos quais já ocorreu a moderna revolução agrária, países em que o trabalho agrícola subordinou-se já por inteiro ao capital industrial e financeiro de corte oligopólico, no contexto da propriedade privada da terra. (MULLER, 1989, p.47)

Além disso, o Complexo Agroindustrial pode ser compreendido como um elemento de uma maior estrutura formada por complexos industriais, como um conjunto de atividades econômicas densamente articuladas, entretanto, o CAI é o único complexo que não está exclusivamente centrado nas atividades industriais. Assim, ele constitui-se como um dos principais agentes responsáveis pelas transformações no setor agropecuário brasileiro.

Em síntese o CAI,

[...] é uma unidade de análise na qual agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora/beneficiadora de matérias-primas agrícolas. A primeira pode ser designada de indústria para a agricultura, e a segunda de agroindústria. Na medida em que há uma forte interdependência entre agricultura e indústria para a agricultura, verifica-se um processo de industrialização da agricultura; e na medida em que há uma forte interdependência entre agricultura e a indústria beneficiadora e processadora, verifica-se um processo de agroindustrialização. [...]. (MULLER, 1989, p.61)

Portanto, os Complexos Agroindustriais no Brasil foram estabelecidos e se desenvolveram através da industrialização da tecnologia e da economia da agricultura brasileira, e este procedimento não alterou apenas o caráter, mas também o padrão econômico de desenvolvimento da agricultura brasileira que ficou densamente marcado pela utilização intensiva de tecnologia.

2.4 INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO PARANÁ

O atual estágio de industrialização do estado do Paraná é fruto de várias e diferentes mudanças ocorridas no cenário nacional e estadual advindas de períodos de crise e de retomada do crescimento, de políticas públicas de estímulo à industrialização, dentre outras.

Para melhor compreender a dinâmica do processo de industrialização do estado se faz necessário recorrer aos acontecimentos sobre o território nacional e, mais especificamente, ao estado de São Paulo, baseando-se na seguinte periodização: 1970-1985 (desconcentração industrial), 1985-1992 (inflexão da desconcentração) e 1992-2010 (retomada da desconcentração). (CANO, 1997; BRAGUETO, 2007).

Os períodos mencionados são marcados pela consolidação da indústria paranaense no cenário nacional, porém a mesma tem suas origens ainda datadas no século XIX, com o beneficiamento de matérias-primas, como o mate e madeira, e com a instalação dos primeiros engenhos de mate no Paraná.

O desenvolvimento da economia e da indústria paranaense está dividido em dois patamares até a década de 1970: até o século XIX, quando se deram os processos de colonização e da comercialização da erva mate. E a segunda parte que faz referência até a década de 1960 quando ocorre a inserção do Paraná na economia nacional.

Economia diversificada, bem como a formação e o desenvolvimento de uma indústria inserida na economia nacional são características atuais do estado do Paraná, e que são a soma dos ciclos econômicos pelos quais o estado teve que passar para que hoje pudéssemos ter um setor industrial solidificado.

Dentre estes ciclos, serão expostos aqueles com maior relevância ao desenvolvimento econômico industrial do estado, como: a erva mate, a madeira, o café e a diversificação do campo produtivo paranaense com a inclusão de indústrias multinacionais voltadas aos setores de metalurgia, automobilística, etc.

2.4.1 O CAFÉ, A SOJA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-INDUSTRIAL

Até a década de 1930, a economia paranaense era baseada na exploração de recursos naturais, que por sua vez, eram voltados à exportação. O primeiro grande ciclo econômico paranaense é conhecido pela produção e beneficiamento da erva-mate ainda no século XIX, quando a economia do estado era baseada na produção e na exportação desse produto principalmente para a Argentina.

O período seguinte que compreende as décadas de 1940-1970 foi marcado pela alta concentração das indústrias (cerca de 60%) somente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. No cenário paranaense houve um aumento da produção industrial em função da expansão da ocupação da região Norte do estado (crescimento populacional bastante elevado) e um maior impulso ao beneficiamento de café relacionado à economia paulista. A expansão cafeeira no Norte do estado teve uma base bastante forte na economia e no crescimento demográfico paranaense.

Esse processo tomou impulso a partir de meados da década de 40 do século passado, quando a economia cafeeira se expandiu e transformou o Paraná no mais importante produtor de café do Brasil, o que provocou taxa de crescimento da produção agrícola elevada. Este dinamismo também se fez notar, sobre o incipiente setor industrial, que passou a apresentar, a partir dessa década, taxas de crescimento bastante superiores aos demais setores [...] (TRINTIM, 2005, p. 03).

O início do cultivo do café no estado, se dá por volta de 1860, sob fortes influências da produção cafeeira paulista, que se expande para a região nordeste do estado, conhecida também como Norte Pioneiro. Toda a produção nesta época era entrelaçada e vinculada ao estado de São Paulo, sendo pouco relacionada ao

Paraná. Mas isso tendeu a mudar com a ocupação da região chamada de Norte Novo que foi colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP.

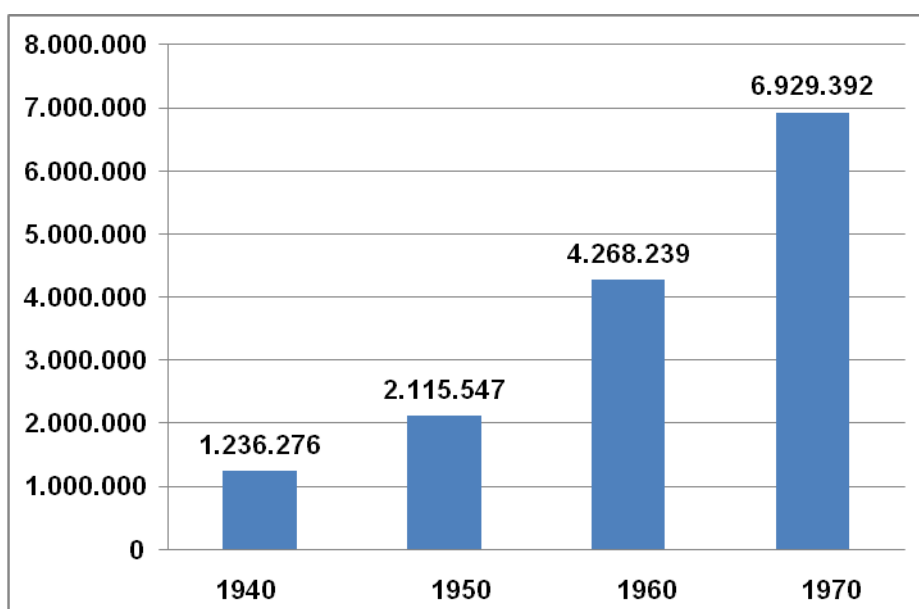
A Companhia comprou do governo do estado cerca de meio milhão de alqueires (1.210.000 hectares) e os colocou à venda para pequenos e médios fazendeiros interessados no cultivo de café. Cada lote tinha, aproximadamente, 15 alqueires (36 hectares, aproximadamente), totalizando mais de 30 mil lotes. Calcula-se que, até meados dos anos 1950, a CTNP tenha fixado mais de 100 mil famílias.

Com isso, devido a este tipo de colonização, verificamos dois fatores consequentes importantes para o desenvolvimento do estado do Paraná. Primeiro, em função das atividades agrícolas:

Em função dessa colonização, a área plantada de café passa de 117 mil hectares em 1949 para 350 mil em 1952, marcando o auge do ciclo cafeeiro no Estado. No conjunto, a área plantada em todo o Estado passou de 1.350.000 hectares para 3.471.000, revelando os efeitos que a cafeicultura exerceu sobre o conjunto de atividades agrícolas. (OLIVEIRA, 2010, p.34).

E em segundo, a questão do crescimento da população paranaense, que fica evidente a partir da década de 1940. Com isso, fica claro a explosão demográfica do estado durante o período em questão, como mostra a figura número 3.

FIGURA 3: População - Paraná - 1940-1970



Fonte: IBGE - Anuário Estatístico – 1997.

A respeito de suas indústrias, no entanto, no início da década de 1960, as indústrias do Paraná eram caracterizadas como rudimentares e predominantemente voltadas ao beneficiamento de produtos alimentares e da madeira, cuja produção era baseada em tecnologias menos elaboradas.

Diante deste contexto, em que a dinâmica cafeeira ainda representava importante fator de acumulação para a economia nacional e paranaense e, ao mesmo tempo, da fragilidade do desenvolvimento industrial no estado do Paraná, tem início uma preocupação no sentido de buscar mecanismo para superar tal situação.

Para tentar contornar essa fragilidade do setor industrial paranaense, o papel da ação do Estado fora requisitado. Neste sentido, em 1962 foi criada a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná), a qual, em 1968, foi transformada em BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná). A CODEPAR tinha dois principais objetivos: instalar infraestrutura necessária ao desenvolvimento do estado e financiar as atividades industriais. Inicialmente os financiamentos privilegiaram as pequenas empresas, porém, com o BADEP procurou privilegiar o grande capital nacional ou internacional, em especial dos ramos vinculados à transformação da produção agrícola do estado.

O declínio da produção cafeeira do Paraná teve início durante a década de 1960 devido a vários fatores, dentre eles: quando os países concorrentes e o Brasil elevam sua área plantada, gerando o excesso de oferta do produto gerado. A política de confisco cambial do Governo JK para os lucros dos cafeicultores envolvidos na exportação. E as intensas geadas deste período, principalmente a chamada “Geadas Negras” em 1975 que destruiu grande parte da cafeicultura paranaense. Neste momento, o replantio do café havia se tornado economicamente inviável e o Estado havia ampliado sua política de incentivo ao plantio da soja, o que levou os cafeicultores a modificarem seu cultivo agrícola.

A partir da década de 1970, com as políticas de fomento à indústria, o Paraná, assim como o Brasil, passa pelo processo de industrialização da agricultura, que já havia se iniciado com a cafeicultura. No caso da soja, as cooperativas agrícolas desempenharam um fundamental papel para a industrialização de seus cooperados, uma vez que elas os incentivavam e os levavam a adquirir pacotes de financiamento voltado à agropecuária à longo prazo. É no cultivo da soja que a industrialização da agricultura paranaense toma um novo fôlego após a crise do café e retorna ao processo.

É justamente a cultura da soja o fator mais representativo da modernização na agricultura paranaense, especialmente no Norte do Estado. O sucesso econômico da substituição ao café no Norte do Paraná se deveu à condição de essa cultura possuir: inovações pré-adquiridas como sementes

selecionadas; um processo de produção totalmente mecanizado desde o plantio até a colheita; a capacidade de aliar interesses, que impulsionaram o seu cultivo: o das indústrias processadoras e exportadoras do produto e do Estado que teve incluído um produto de grande aceitação na pauta de suas exportações. (RIBEIRO; RIBEIRO, 2009, p.77).

Desta maneira, parece clara o importante papel desempenhado pela soja para fortalecer a industrialização da agricultura, isto, pelo fato de dispor grande produção de soja, assim, o Estado se incumbiu a fomentar a instalação de parques de beneficiamento e o aumento da produção de produtos derivados da soja, como o farelo e o óleo.

2.4.2 A DIVERSIFICAÇÃO DA INDÚSTRIA PARANAENSE

Na década seguinte, entre 1970 e 1980, houve uma mudança expressiva na base produtiva do estado, com a diversificação dos gêneros industriais, sendo que aqueles mais tradicionais sofreram uma queda na participação relativa e, em contraposição, houve aumento na participação de setores como a metalurgia, mecânica, material elétrico, de comunicação e de transporte.

A produção, de maneira geral, elevou-se, juntamente com o emprego de tecnologias mais avançadas e sofisticadas que ocasionaram uma ascensão da produtividade industrial paranaense. O estado também obteve uma maior integração de sua economia com a nacional, assim como uma maior integração interna ao seu território.

No cenário nacional, até o ano de 1970, o país apresentou um processo de concentração da atividade industrial no estado de São Paulo. A partir de 1970 até meados de 1985, este contexto começa a modificar-se, mesmo o estado paulista mantendo sua produção em níveis elevados, a participação da periferia nacional começa a ser acionada pelo centro da produção, pois, é neste período em que nossa matriz industrial consolida-se definitivamente. Ou seja, dá-se início ao processo de desconcentração da produção industrial no Brasil (CANO, 1981).

Analisando o período em questão, Cano (1981) propõe que, esta desconcentração da atividade industrial gera uma maior integração da economia nacional fazendo com que a periferia do país cresça de maneira significativa, a fim de atender às exigências deste pólo central. Assim, aquela periferia que se encontra

mais próxima e mais bem dotada de recursos será aquela mais acionada pelo centro.

Ou seja: a economia paulista, sendo o núcleo da acumulação produtiva do país, ao crescer imprimia também determinações (regionalmente diferenciadas, é claro) de crescimento aos seus complementos econômicos espaciais (demais regiões). Assim, embora a dinâmica de acumulação fosse concentradora, em seus resultados concretos, articulava, entretanto, também o crescimento regional. (CANO, 1981, p. 313).

A partir da década de 1980, em especial após 1985, o país assiste a um momento de crise, a da dívida externa, da crise financeira do Estado e do aumento das taxas de inflação, fazendo com que o poder do setor público de investir em sua produção diminua drasticamente. Com isso, políticas que visassem a industrialização de um setor industrial produtivo em longo prazo foram, praticamente, descartadas. Com o estado do Paraná não poderia ser diferente; a sua economia sentiu os efeitos desta crise e começou a demonstrar sinais de desaceleração.

No contexto brasileiro, o período de 1985 até aproximadamente 1992, no que se refere à discussão sobre a continuidade do processo de desconcentração, não apresenta consenso entre os autores. Mas de maneira geral se reconhece que houve uma inflexão do processo.

A partir da década de 1990, a dinâmica econômica do país retoma o processo de desconcentração da atividade industrial, devido, principalmente, ao deslocamento das plantas industriais que, agora, vão se localizar em áreas mais distantes da Região Metropolitana de São Paulo. É neste contexto que o Paraná se insere quanto à sua participação na produção industrial do país.

O governo do estado implanta uma política agressiva de atração de investimentos.

Na década de noventa, novamente o governo estadual tem sua importância na medida em que fomentou a entrada do Estado do Paraná na denominada “guerra fiscal”, e se faz concessão de incentivos fiscais e financeiros. O grupo da metalmeccânica foi um dos que mais receberam investimentos de subsidiárias estrangeiras, com destaque para os realizados pela Volkswagen/Audi, Chrysler e Renault, que em conjunto estima-se investimentos da ordem de R\$ 2,1 bilhões e geraram cerca de 21.100 empregos diretos 16.000 e indiretos. Ocorreu, também, expansão das grandes unidades já instaladas como a Volvo, New Holland, Bernard Krone, Robert Bosch, Electrolux, entre outras. Portanto são investimentos que acabarão modificando o perfil produtivo deste segmento que passa a ser fortemente sustentado por atividades que incorporam no seu processo produtivo maior complexidade tecnológica e assim consolidam um complexo industrial extremamente importante no Estado. (TRINTIM, 2005, p. 15-16).

Contudo, esse desenvolvimento da produção paranaense não se deu de forma igualitária entre as regiões do estado, enquanto algumas regiões aumentavam sua participação no valor adicionado, ela diminuiria o número de seus trabalhadores bem como o de estabelecimentos. Outras regiões demonstraram um comportamento inverso ao anterior.

O desenvolvimento regional da indústria no estado do Paraná no período de 1985 a 2004 foi bastante polarizado. Por um lado houve regiões que apresentaram ganhos importantes em termos de valor adicionado, mas perderam participação quanto ao pessoal ocupado e número de estabelecimentos e, por outro lado, regiões que aumentaram a participação quanto ao pessoal ocupado e estabelecimentos, mas apresentaram perdas em termos relativos quanto ao valor adicionado. (BRAGUETO, 2007, p. 103).

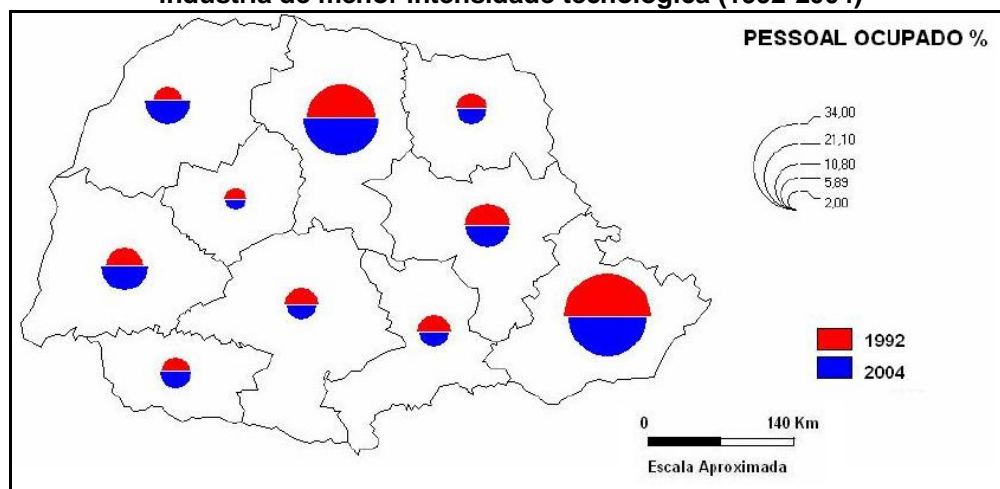
Assim, em conclusão, podemos verificar que, desde a década de 1970, o papel do estado sobre a dinâmica industrial paranaense mostrou-se fundamental, criando condições/barreiras, para seu desenvolvimento. O estágio em que se encontra a indústria paranaense não é fruto, unicamente, dos incentivos da década de 1990, mas também de todas as condições já instaladas no estado desde 1970, que proporcionou uma base produtiva às indústrias aqui localizadas, o que ofereceu o desenvolvimento de uma indústria relativamente diversificada, com um aumento da participação daquela de maior intensidade tecnológica. Porém, como mencionado anteriormente, o crescimento industrial recente foi polarizado regionalmente.

A indústria de maior intensidade tecnológica aumentou sua concentração na Região Metropolitana de Curitiba, enquanto as indústrias de menor intensidade tecnológica, mais intensiva em mão de obra, apresentaram crescimento importante também no interior do estado.

[...] a problematização da localização industrial no Paraná não se dá pela correlação entre o interior e a Região Metropolitana, pelo contrário, o que se pode evidenciar a partir dos indicadores citados é que se configuram dois processos distintos e autônomos. O primeiro é aquele relacionado às transformações na economia nacional, com destaque para o complexo metal-mecânico centrado em Curitiba, o segundo é aquele onde predominam as relações com a agricultura a partir dos gêneros tradicionais localizados em sua maioria no interior do estado. (FIRKOWSKY, 2001, p. 109).

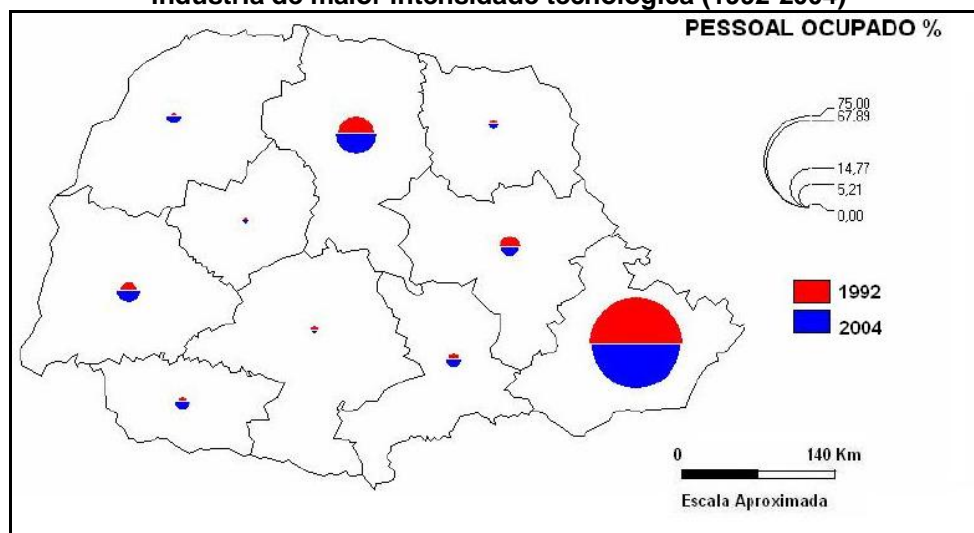
Assim como podemos observar nas figuras 4 e 5.

FIGURA 4: Mesorregiões geográficas do estado do Paraná – pessoal ocupado na indústria de menor intensidade tecnológica (1992-2004)



Fonte: BRAGUETO, 2007.

FIGURA 5: Mesorregiões geográficas do estado do Paraná – pessoal ocupado na indústria de maior intensidade tecnológica (1992-2004)



Fonte: BRAGUETO, 2007.

As figuras 4 e 5 apresentam a quantidade de pessoal ocupado nas indústrias de menor e maior intensidade tecnológica, respectivamente, nas mesorregiões geográficas do estado do Paraná. Com relação à menor intensidade tecnológica, podemos verificar que, o número do pessoal ocupado encontra-se melhor distribuído entre as mesorregiões, entre os anos de 1992 e 2004. Ainda apresenta uma leve redução na Região Metropolitana de Curitiba e um aumento nas mesorregiões Norte-Central, Oeste e Noroeste (figura 4). Caso oposto sobre as indústrias de maior intensidade tecnológica (figura 5), cuja geração de empregos ainda continua concentrada na Região Metropolitana de Curitiba.

3. TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA

A Região Metropolitana de Londrina (RML) foi institucionalizada de acordo com a lei estadual nº 81 no dia 17 de julho de 1998, e era composta por seis municípios: Londrina, Cambé, Rolândia, Ibiporã, Jataizinho e Tamarana (desmembrado de Londrina em 1997). Em seguida foram adicionados mais dois municípios: Bela Vista do Paraíso, em 2000 e Sertanópolis em 2002. Atualmente, a região metropolitana conta com mais oito municípios: Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Assai, Porecatu, Florestópolis, Jaguapitã, Pitangueiras e Sabáudia (figura 6). Segundo o IBGE, a população total da RML é de 848.363 habitantes (2010).

Foi a partir dos anos de 1990 que municípios como Londrina, Rolândia, Ibiporã, Cambé, Arapongas e Apucarana, chamado por Bragueto (2007) de Aglomerado Urbano-industrial de Londrina, começaram a sofrer um crescimento no emprego da mão de obra na esfera industrial. As figuras 7 e 8 demonstram essa elevação na população bem como no emprego de mão de obra no setor industrial.

De acordo com os dados sobre a população total, verifica-se a hegemonia populacional do município de Londrina se comparada aos demais municípios. Com exceção de alguns municípios, como Primeiro de Maio e Assai, a tendência de crescimento dos outros municípios é mantida com o decorrer dos anos.

No que se refere à mão de obra empregada no setor industrial a tendência de crescimento continua, com elevação dos empregos formais na década de 1990 e principalmente, no período de 2000 a 2010. Londrina ainda continua liderando a geração de empregos na indústria, no entanto, outros municípios elevam sua representatividade, dentre os quais Rolândia (figura 7).

FIGURA 6 - Mapa do Estado do Paraná - RML - Rolândia – 2011

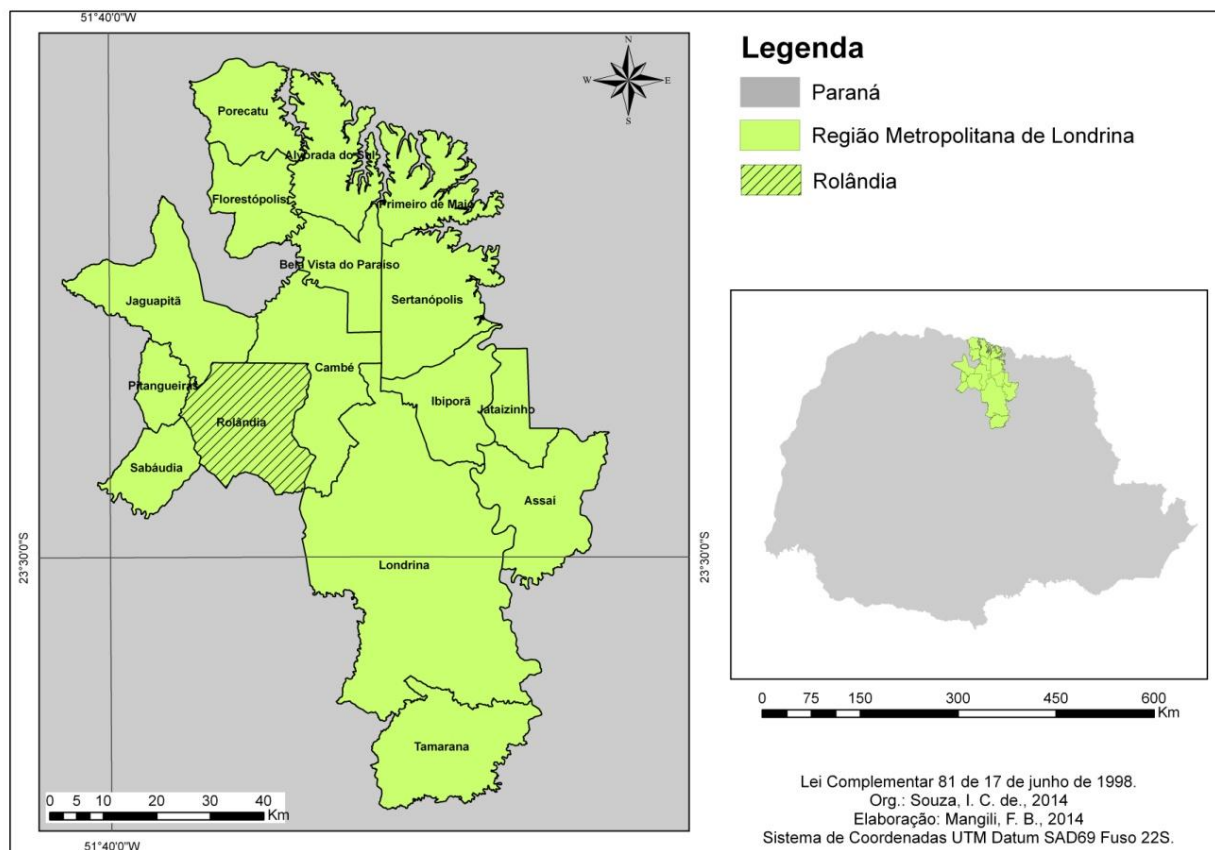
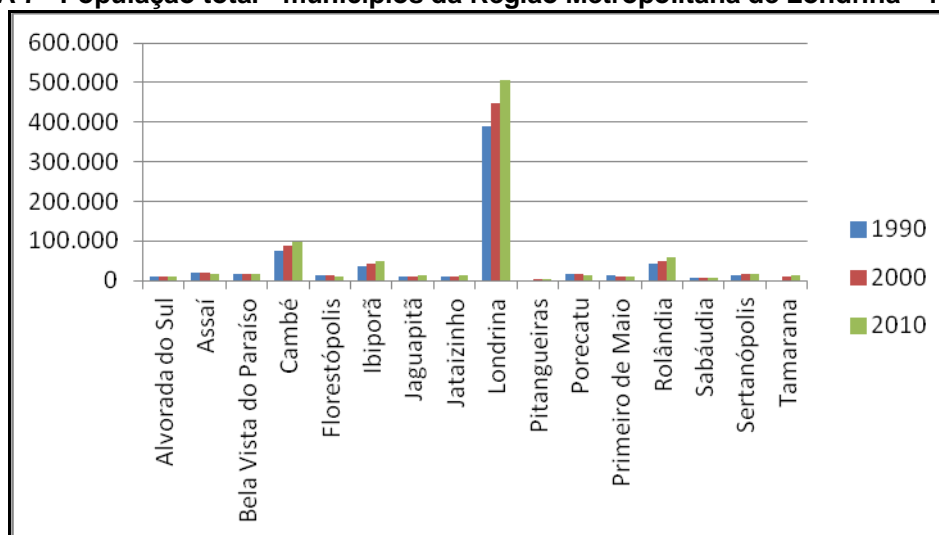
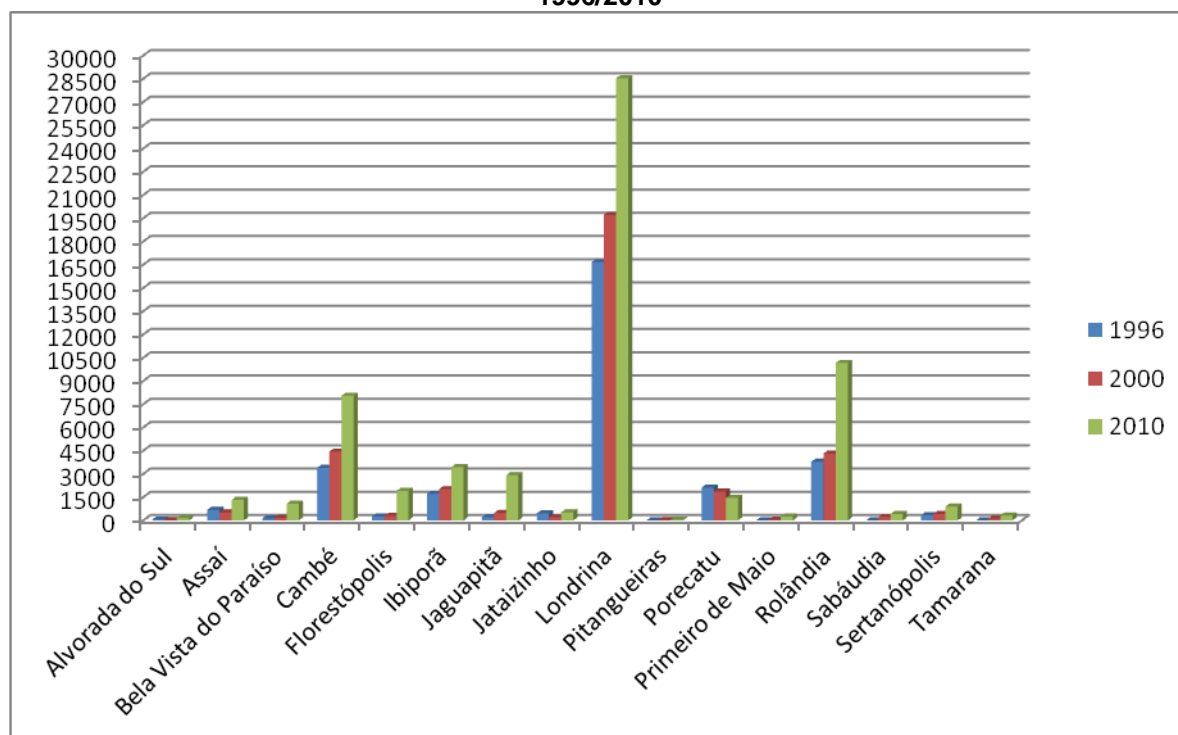


FIGURA 7 –População total - municípios da Região Metropolitana de Londrina - 1991/2010



Fonte: IPARDES, 1990-2000-2010.

FIGURA 8 – Empregos formais na indústria - municípios da Região Metropolitana de Londrina - 1996/2010



Fonte: IPARDES, 1996-2000-2010.

Especificamente no caso de Rolândia, os dados sobre os trabalhadores (MTE/RAIS, 1985-2012) estão concentrados no setor da agroindústria (que representa, de maneira geral, a transformação de matérias-primas originárias da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura).

3.1 A GÊNESE DO MUNICÍPIO

No dia 20 de agosto de 1929, George Craig Smith, paulista, descendente de ingleses, partiu de Ourinhos - SP chefiando uma caravana de mais ou menos doze pessoas com destino às terras roxas do Norte do Paraná. Essa caravana iniciaria o desbravamento das matas, reconhecimento e loteamento da maior empresa colonizadora da América do Sul, dona de 500.000 alqueires (1.210.000 hectares, aproximadamente), de terras cobertas com matas virgens que impressionaram Lord Lovat em 1924. Em 1925 Lord Lovat, escocês, diretor da *Sudan Cotton Plantations Syndicate* e assessor de agricultura para assuntos de agricultura e florestamento foram constituídos presidente da *Parana Plantations* versão inglesa da Companhia de Terras Norte Paraná (CTNP).

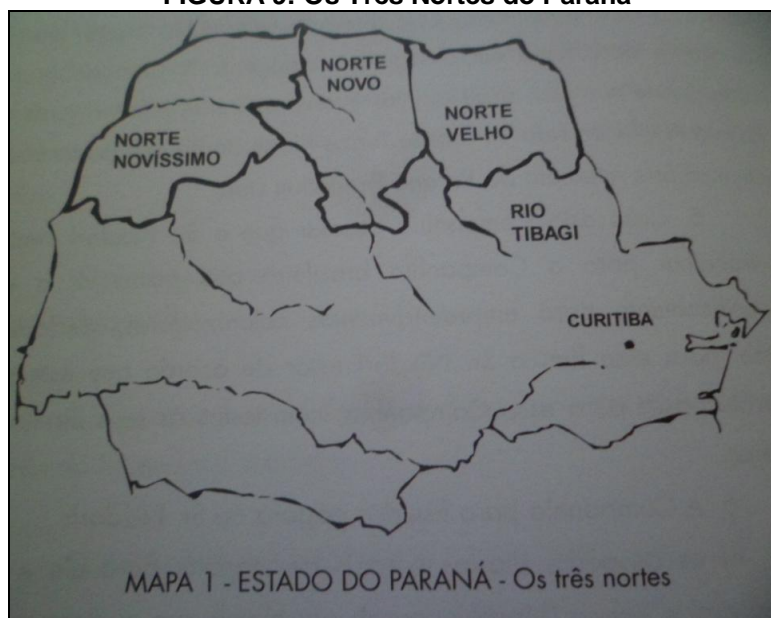
A Companhia de Terras Norte do Paraná colonizou uma área correspondente a 546.078 alqueires de terras, ou 1.321.499 hectares, ou ainda cerca de 13.166 km². Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 e 30 alqueires, (12 e 72,6 hectares, respectivamente) e cerca de 70.000 lotes urbanos com média de 500 m². Em 1944 a companhia passou a chamar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. (OBERDIEK, 2007).

A CTNP dividiu a região colonizada em três “nortes”: Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo; assim, cada um deles teve sua caracterização:

O Norte Velho é a parte da região em que a companhia não teve participação. Ideologicamente sempre foi considerada a parte mais atrasada e não moderna da colonização. O Norte Novo, com a intenção de mostrar que criou algo de “novo”, foi colonizada de forma dominante pela companhia. E o Norte Novíssimo, grande parte das terras foram desta companhia, mas foi colonizado como um todo por outras companhias e pelo próprio governo do Estado. (OBERDIEK, 2007, p.04).

A figura de número 9 foi retirada do livro de Oberdiek (2007, p 186) e, apesar de simples, consegue representar esta divisão estipulada pela CTNP, planejada para a colonização do Norte do Paraná.

FIGURA 9: Os Três Nortes do Paraná



Fonte e Organização: OBERDIEK, 2007, p. 186.

FIGURA 10: Regiões Geográficas do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 15.825/08²)



Fonte: IPARDES, 2010.

A figura 10 apresenta as dez regiões geográficas do estado Paraná de acordo com a Lei Estadual nº 15.825/08. Quando comparados os dois mapas, observamos que, na primeira regionalização paranaense elaborada pela CTNP, o município de Rolândia foi localizado no “Norte Novo”, já na regionalização mais recente (2010) ele se encontra no Norte Central.

A comparação entre as duas regionalizações nos permite averiguar que, com relação à região norte do estado, a divisão em três grandes regiões ainda permanece, Norte Novíssimo, Norte Novo e Norte Velho para a regionalização da CTNP, e Noroeste, Norte Central e Norte Pioneiro, para mais recente regionalização (lei Estadual).

É claro que a composição, tanto na quantidade quanto na localização dos municípios, variou e ainda varia de acordo com o tipo de regionalização atribuída ao

² Instituída com o conceito de “Região Geográfica do Paraná” para diferenciar o novo agrupamento das Mesorregiões Geográficas do Sudoeste e do Centro-Sul, essas definidas pelos critérios do IBGE. A Lei Estadual nº 15.825/08 de 28/04/2008, exclui os municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha e Palmas da Região Centro-Sul e inclui na Região Sudoeste do Estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do Estado. Atualmente, são 10 (dez) as regiões geográficas.

mapa, bem como ao período analisado. No entanto, o que remete às duas figuras (9 e 10) é a manutenção das três grandes divisões elaboradas para o norte do Paraná, nos dois períodos analisados.

Por volta da década de 1920, a Inglaterra encontrava-se destruída devido às crises advindas da Primeira Guerra Mundial. Por este motivo, o país deparou-se com diversas dificuldades para continuar a investir no exterior. Porém, o Brasil também passava por certas complicações consequentes de suas dívidas com bancos ingleses. Para sanar algumas destas contas, o Brasil permitiu que companhias de colonização adentrassem ao território nacional.

Foi embutido nestas relações que constituíram-se companhias como a *Brazil Plantation Syndicate*, e depois a *Parana Plantation Limited*. Esta última criou duas subsidiárias suas, a CTNP, voltada à colonização, e a companhia Ferrovia São Paulo-Paraná, que tinha como objetivo escoar a produção brasileira e receber mercadorias vindas a Europa.

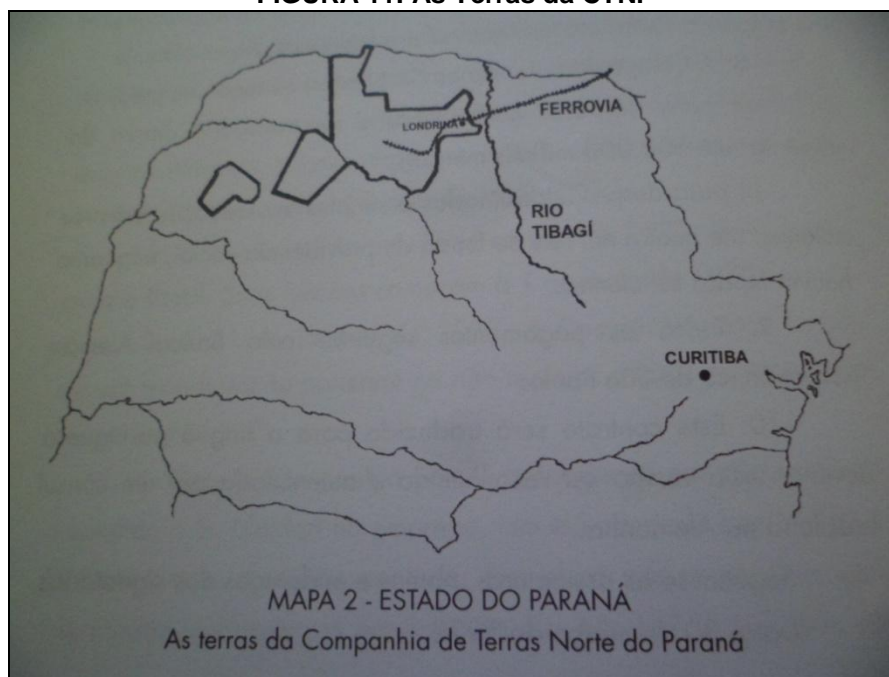
Estas particularidades, ou seja, da Inglaterra em crise e do Brasil devedor, a primeira tentando buscar saídas e o segundo em saldar suas dívidas, criaram condições para “descobrirem” as terras “desocupadas” da região depois denominada de “Norte do Paraná.” (OBERDIEK, 2007, p.06).

A companhia inglesa não encontrou muitas dificuldades para adentrar ao território brasileiro, ao contrário. Devido a essa facilidade, a companhia cria uma subsidiária para comprar as terras, colonizar, produzir e monopolizar a comercialização da produção na região. Por ser dado como um empreendimento de risco, as terras vendidas tinham um valor muito baixo e a colonização empreendida foi elaborada com o objetivo de lucrar e gerar subsídios para financiar a produção agrícola e a exploração dos recursos naturais.

A divisão e planejamento das terras compradas foram feitos visando a pequena e a média propriedade (em torno de 30 hectares), para ocupar um menor volume de terra com o maior número de habitantes, pois, dessa maneira, a companhia propiciara todas as pré-condições para uma socialização da colonização e da produção: mão de obra e mercado consumidor. Vale lembrar que toda sua produção era escoada através da ferrovia. (OBERDIEK, 2007).

As figuras 11 e 12 representam a localização e a delimitação das terras pertencentes à CTNP, bem como a ferrovia, importante instrumento para o escoamento da produção da época. A figura 12 é uma foto de como era a ferroviária de Rolândia.

FIGURA 11: As Terras da CTNP



Fonte e Organização: OBERDIEK, 2007, p 186.

FIGURA 12: Estação Ferroviária de Rolândia, em 1936



Fotografia: José Juliani

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss.

Pelo fato desta região ser “desocupada”, foi necessária a vinda de migrantes para efetivar a colonização, que compravam os lotes e os pagavam através de sua produção agrícola. Para aqueles que adquirissem um lote no meio urbano, tinham uma data limite estipulada para a construção da residência/comércio.

É nesta etapa do processo que promoveram a vinda de judeus-alemães para o Norte do Paraná, fugindo da perseguição nazista. A companhia inglesa fazia associação com bancos alemães para a vinda destes migrantes. O capital desta

população era incorporado aos bancos que o retornava em instrumentos para a construção da infraestrutura da colonização, como a ferrovia.

A vinda deles (judeus-alemães) propiciou a viabilização do projeto por facilitar a construção da ferrovia, como veremos, tendo de abandonar suas cômodas e estabelecidas vidas na Alemanha, com o Nazismo, para começarem vida nova em Rolândia. (OBERDIEK, 2007, p.20).

A comunidade judaica em Rolândia pouco praticava os ritos de sua identidade pelo fato de que eram poucas famílias consideradas judaicas puras e também vieram em anos diferentes, não viabilizando moradia próxima ou a construção de uma sinagoga. O que os uniam eram a língua alemã e a semelhança pelo gosto cultural, música e literatura.

As razões pelas quais fizeram com que os judeus-alemães migrassem para Rolândia não foram econômicas, e sim, étnico-raciais, pois eles, devido ao período em que se encontravam, eram perseguidos pelo partido nazista, que dizia que todo aquele que tivesse, ao menos, $\frac{1}{4}$ de descendência judia, seria considerado judeu.

Não vieram por razões econômicas, como a maioria dos imigrantes alemães chegados ao Brasil antes da Primeira Guerra, quando preponderou o elemento agrícola; também não vieram por motivos econômicos – inflação, desemprego – nem por razões políticas, como alguns espartaquistas e numerosos elementos dos partidos de direita, depois da Primeira Grande Guerra.

Emigraram como “refugiados”, por serem de “raça” judia, conforme contam em sua história, pois, de acordo com as Leis de Nuremberg, todo aquele que tivesse $\frac{1}{4}$ de ascendência judaica, seria judeu. Estes imigrantes, que eram na maioria de religião luterana, poucos de religião católica e somente alguns de religião judaica, foram considerados e - ainda hoje se consideram – como membros da “raça” judia. Muitos “arianos”, como eram denominados pelos nazistas as pessoas de “raça germânica”, vieram também acompanhando seus familiares “judeus”. (KOSMINSKY, 1985, p.49-50).

Atualmente, a comunidade alemã que havia se instaurado em Rolândia se solidificou, alguns deles mudaram-se para outras cidades ou até mesmo retornaram à Europa.

Rolândia tem sua procedência datada em 1932, quando chegam os primeiros colonos alemães. De início, ela recebeu o nome de Gleba Roland, que homenageava o guerreiro medieval Roldão ou Roland. Somente mais tarde ela recebeu o nome de Rolândia, que traz consigo o significado de Terra de Roland.

Oswald Nixdorf, alemão, formado pela Escola de Agricultura em Witzenhausen (Alemanha), foi o primeiro fundador do município de Rolândia. Com mais de dez anos de experiência na agricultura tropical, Nixdorf, ao chegar ao Norte do Paraná, encontrou-se com o general da *Parana Plantations Limited*, Asquith, e

fez duas grandes e importantes sugestões, das quais se procedeu ao futuro desenvolvimento do município de Rolândia.

Como sugestão primeira, foi a colocação do Dr. Willie Davis como Diretor Técnico da CTNP, cujo gerente era Arthur Thomas [...].

Como segunda sugestão feita, Nixdorf propôs ao general Asquith uma política de venda de terras completamente diferentes da que estavam usando, pois a previsão usada era a da formação de grandes fazendas. (VILLANUEVA, 1974, p. 34-35).

Para que se pudesse cumprir o objetivo pleno de colonização, Nixdorf estipulou uma estratégia de divisão dos lotes, relacionando o tamanho das propriedades com o papel da Estrada de Ferro São Paulo Paraná, mostrando a importância de se manter pequenos e médios lotes que iriam levar a formação de uma colonização de fato.

Nixdorf partiu do ponto de vista de que a EFSP (Estrada de Ferro São Paulo Paraná) devia ser um empreendimento próspero, mas, que se a CTNP vendesse lotes de terras para a formação de fazendas, existiriam cargas maiores para o escoamento agrícola e menos fretes e menos passageiros para o retorno, entretanto, se fossem vendidas pequenas áreas agrícolas em lotes de mais ou menos 10 alqueires, iriam forçosamente se criar condições para a formação de cidades e povos vizinhos, cujas populações teriam necessidade de transportar cargas e passageiros nos dois sentidos, em volume cada vez maior. (VILLANUEVA, 1974, p. 35).

O contrato realizado entre a Companhia de Estudos Econômicos de Além Mar e o Sr. Oswald Nixdorf (1932) estabelecia alguns direitos da companhia, caso Nixdorf viesse a desistir do trabalho a ser realizado no Brasil, bem como, alguns direitos que lhe foram concedidos, como, por exemplo, o pagamento de todas as suas despesas e de sua família, desde ao sair da Alemanha, ao chegar a Londrina e até ao se instalar na Gleba Roland (futura Rolândia).

O primeiro lote agrícola vendido à prestação foi para o Sr. Jorge Phillip, em 27 de novembro de 1932. Para amenizar as dificuldades que seriam enfrentadas pelos colonizadores alemães, Nixdorf estreitou as relações com os brasileiros de origem alemã que residiam nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, a fim de propiciar uma adaptação gradativa dos costumes que os alemães trariam com as condições que iriam se deparar ao chegar em Rolândia. (VILLANUEVA, 1974).

Em reconhecimento aos serviços prestados à CTNP, Nixdorf recebe da mesma Companhia, em 1936, um lote de 10 alqueires (24,2 hectares) para manter um grande campo experimental que apresentava viveiros e pomares, além de uma plantação modelo de café. (VILLANUEVA, 1974).

Villanueva (1974) descreve, detalhadamente, como era feita a trajetória daqueles que se interessava a emigrar da Alemanha para a Gleba Roland. Os interessados deviam procurar o Escritório Central de Berlim, conhecido como Companhia de Estudos Econômicos de Além Mar, que estudava a possibilidade do alemão vir para o Brasil, além de já prontificar sua colocação na gleba.

O emigrante saía da Alemanha com destino ao porto de Santos, onde se encontrava com um funcionário da CTNP que falava alemão e o levava, de trem, para Ourinhos. Em Ourinhos, o emigrante alemão recebia as instruções de outro empregado da mesma Companhia.

De Ourinhos, o emigrante saía com destino à Cambará (transportado pelos trens ingleses da Estrada de Ferro São Paulo Paraná), ao chegar em Cambará seguiam para Jataizinho, por uma estrada que ainda não havia sido construído. De lá, eram sublocados em uma jardineira (ônibus com capô dianteiro similar a de um caminhão. Veículo coletivo muito utilizado em zonas rurais para trajetos de média a longa distância, pois era resistente as típicas estradas de terra) com destino à Londrina, e daí até a Gleba Roland.

Na Gleba Roland, o emigrante era recebido pelo Nixdorf, que lhe concebia um albergue na casa de recepção ao alemão emigrante, até que este pudesse construir um rancho em seu lote adquirido à CTNP.

Estabelecido em seu lote, o colono recebia instruções a respeito do solo e do clima da região, como, por exemplo, como aproveitar, da melhor maneira, a fertilidade do solo da Terra Roxa, o que plantar de acordo com a época do ano em que chegavam.

De início, o colono alemão derrubava a mata para a construção de seu rancho e para a plantação de subsistência, arroz, milho, batata, além de um pequeno pomar. Conforme sua família ia se adaptando e sua terra tomando consistência, mais matas iam sendo postas abaixo para iniciar o plantio de cereais e leguminosas. “Começava, assim, a se concretizar a Gleba Roland, com 11 famílias que estavam integradas dentro dos limites da Gleba, que contava com 6.000 alqueires”. (VILLANUEVA, 1974, p. 43).

Para garantir cooperação mútua entre os colonos, foi criada uma cooperativa que provia o necessário para os colonos e também fazia a intermediação da venda da produção, uma vez que estes colonos não dominavam a língua portuguesa.

Uma cooperativa agrícola, a Sociedade Cooperativa, sob a direção de Edwin Ratke e Fritz Rauschkolb porém, se incumbiu logo das tarefas de organização e aconselhamento, além de cuidar dos problemas de compra e venda. Cabia à cooperativa providenciar ferramentas, sementes, mudas de muitas espécies, árvores frutíferas, e depois fazer a comercialização das colheitas, dos porcos. As experiências agrícolas eram feitas nos terrenos do diretor da colônia, Sr. Nixdorf, a partir das quais a Sociedade Cooperativa passou a recomendar que os colonos cultivassem tung, mamona, cana de açúcar e soja. [...]. (KOSMINSKY, 1985, p.65).

Quando chegaram os primeiros colonos, estes tinham o cultivo do café devido à crise de 1929 (quebra da bolsa de valores de Nova Iorque), fator este que levou o presidente Getúlio Vargas a ordenar a queima de milhares de sacas de café. Assim, a resistência por parte dos colonos alemães em cultivar o café só aumentara. Porém, com a contenção das consequências desta crise, o café voltava a tomar seu lugar no cenário agrícola nacional e, por consequência, iniciava-se em Rolândia.

Um clima favorável aliado a um solo de alta qualidade foram essenciais para iniciar e fortalecer o cultivo do café em Rolândia no final da década de 1930. O café foi o impulso ao desenvolvimento da economia do município e um marco na sua história.

Caso o desenvolvimento tivesse prosseguido dessa forma (agricultura de subsistência), como era a intenção dos fundadores, “Rolândia” não teria passado de uma colônia modesta. Entretanto, a conselho da Companhia de Terras Norte do Paraná, e devido “à tentação de chegar à maior abundância em menor tempo” os agricultores aproveitaram a terra roxa para o cultivo de café, apesar dos riscos de geadas.

O plantio do café, a partir de 1937, alterou completamente a paisagem da colônia. Ele é um verdadeiro marco na história de Rolândia. Se não fosse o café, não teria havido tanto desenvolvimento e a colônia teria continuado sua vida econômica centrada na criação de porcos. Com o café, Rolândia entra na chamada época “burguesa” [...].

O Norte do Paraná foi chamado de “a terra futura do café”; Rolândia cresceu com ele. [...]. (KOSMINSKY, 1985, p. 65-66).

No início da década de 1940, Rolândia apresentava novas configurações devido ao plantio do café. Contudo, este novo patamar foi freado com a geada de 1942, forçando os colonos a cultivarem o bicho da seda, destinado a produção de paraquedas para a Segunda Guerra Mundial. Com o fim da Segunda Guerra, a sericultura veio a diminuir bruscamente e levou os colonos a intensificarem a criação de suínos e a extração da madeira. O café tornou a sofrer novamente em 1975, com a chamada “Geada Negra” e, inevitavelmente sofreu sua erradicação.

Schwengber (2003) aponta os dois grandes fatores responsáveis pela decadência do café em Rolândia. A primeira foi a proliferação da ferrugem, que

desde 1960 apareceu nos cafezais. E a segunda, que foi a “Geada Negra”, atingindo os cafezais em julho de 1975.

O estrago feito pela geada negra foi de tal proporção que os agricultores não tiveram outra opção a não ser erradicar os cafezais completamente. Como os agricultores já estavam trabalhando há alguns anos com prejuízo devido à ferrugem, não quiseram mais arriscar. Todo ano, com a chegada do inverno, era a mesma expectativa: “- Vai gear ou não...”. A geada de 1975 foi a gota d’água que faltava para que os agricultores tomassem a decisão de partir para a diversificação. (SCHWENBGER, 2003, p. 178).

Como cidade, com relação à delimitação e a formação da planta urbana da Gleba, foram realizados estudos e pesquisas preliminares pela CTNP, que constatou a possibilidade de se instalar a primeira planta urbana em um grande espigão que se apresentava plano, facilitando a criação e o desenvolvimento da planta primitiva, demarcada por duas porções separadas pela linha férrea, ao sul e ao norte da mesma.

A porção acima da linha férrea, isto é, ao sul da mesma, é a maior, formando a parte principal a ser futuramente o centro da cidade.

Abaixo da linha férrea corriam duas ruas paralelas, no sentido leste-oeste com 10 ruas transversais, sendo que a rua mais ao norte fronteava com as chácaras, de $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$ de alqueires que se dirigiam em profundidade até o córrego.

As ruas do traçado urbano, que estavam situadas acima da linha férrea, apresentavam uma característica especial pelo fato de existirem duas avenidas que cortavam em diagonal a planta, fazendo com que algumas esquinas tivessem confluência de seis quadras.

Essas duas avenidas partiam de um ponto central onde seria uma praça pública e que deveria ficar em frente à futura estação da estrada de ferro.

Esse desenho proporcionava um efeito muito característico porque findavam em uma avenida de contorno que formava um arco perfeito, partindo da Av. Presidente Vargas e a ela retornando após circundar todo o perímetro urbano, sendo que além se situavam as chácaras, pequenas, que mais tarde formariam o cinturão verde da cidade. (VILLANUEVA, 1974, p.50-51).

Boni (2009, p.69-70) consegue transparecer como foi o início da primeira, de inúmeras construções feitas em Rolândia, antes apenas um patrimônio, que transforma-se em vila e hoje vem a ser um município.

Segundo relato do pioneiro alemão Oswald Nixdorf, no dia 4 de junho de 1934, um dos líderes da imigração alemã em Rolândia, Carlos Strass, com seus picadeiros, derrubou a primeira árvore do patrimônio. No dia 29 de junho do mesmo ano, teve início a primeira construção do perímetro urbano: o Hotel Rolândia. De propriedade de Eugênio Larionoff, funcionário do escritório da CTNP, em Londrina, foi a primeira de inúmeras construções que se sucederam.

O que era para ser apenas um patrimônio, em pouco tempo tornou-se uma vila próspera.

A gênese da cidade foi na Avenida Getúlio Vargas, em 1935. Na figura 13, podemos observar as primeiras construções, a padaria do senhor Max Dietz, o Hotel

Rolândia, o Hotel Estrela que estava em construção e o escritório da Companhia de Terras.

FIGURA 13: Avenida Getúlio Vargas, 1935: o início de Rolândia



Fotografia: José Juliani

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss.

Ainda em 1935, é construída uma administração autônoma em “Roland”, pois ela não possuía, ainda, uma administração brasileira ou uma supervisão oficial. A Associação Colônia Roland tinha como principal objetivo construir e manter escolas, pontes, estradas e contratar pastores e professores.

Naquele mesmo ano, a CTNP, em parceria com a colônia alemã, inaugurou a primeira escola da região, que ficou conhecida como Escola Alemã (figura 14). As atividades educacionais se iniciaram no dia 25 de julho, com uma classe de 40 alunos. O primeiro professor foi o alemão Von Korff.

Entretanto, a escola teve que encerrar suas atividades em 1938, ao lado de centenas de outras no sul do país, devido à nova legislação que não consentia mais a existência de escolas de língua alemã no Brasil. Era na escola que ocorriam as reuniões da Companhia.

FIGURA 14: Prédio da Escola Alemã, em 1935



Fotografia: José Juliani

Fonte: Museu Municipal de Rolândia.

Em 1937, instala-se em Rolândia o primeiro distrito policial e a primeira agência postal, bem como os primeiros médicos e dentistas brasileiros. O decreto nº 6.589, de 14 de março de 1938, elevou Rolândia como sendo distrito de Londrina, apresentando uma população de 1.761 habitantes, sendo 1.398 brasileiros e 636 estrangeiros. Em 1940 é construído o primeiro hospital e a primeira máquina de café. Logo em seguida as redes elétricas e o Banco Noroeste do Estado de São Paulo (KOSMINSKI, 1985, p. 67).

Em 1939 foi um ano atípico para Rolândia, pois, devido à crise decorrente da Segunda Guerra Mundial e de uma epidemia de tifo, apenas uma casa havia de ser construída. Entretanto, esta estagnação não durou muito tempo. Já em 1940 houve uma retomada acelerada no ritmo de construções, graças à consolidação da agricultura.

No início da década de 1940, o espírito emancipacionista tomava conta da população de Rolândia que, em 1944 consolida-se através da Lei Estadual nº 199, que cria o município de Rolândia, desmembrando-se do município de Londrina.

Na década de 40, a agricultura de Rolândia prosperava na riqueza proveniente do café. “Onde se tombava uma árvore, surgia um pé de café. Em pouco tempo, as matas deram lugar aos cafezais. Rapidamente o ouro verde se impôs como rei absoluto na economia rolandiense.” (BONI, 2009, p.75).

A disposição rolandiense para o desenvolvimento de uma economia voltada à agricultura vem desde muito cedo, alguns anos após sua criação já, produzia muitas sacas de café devido à alta qualidade nutricional de seu solo, mais conhecido como Terra Roxa.

Após o fim da geada negra, o que se via em Rolândia eram campos com presença marcante da soja, do milho, do trigo e do algodão. Diversificando a agricultura, força intensificar a utilização de máquinas e insumos para ter maior cuidado com a terra. A produtividade era o personagem da vez.

Como principal problema social rolandiense, podemos destacar o êxodo rural ocorrido pós 1975, com a erradicação dos pés de café. Com o declínio da cafeicultura, criou-se uma massa de desempregados e, com o passar da industrialização da agricultura, os trabalhadores começaram a ser substituídos pelas máquinas. Assim, Rolândia passou a assistir o fenômeno do surgimento e aumento das favelas.

A diversificação da agricultura em Rolândia se faz presente com destaque para a soja, milho, trigo, cana de açúcar e laranja. Rolândia conta ainda com uma grande empresa frigorífica, uma cooperativa agropecuária, uma usina de álcool, um setor pecuarista e parque industrial razoavelmente diversificado.

Em síntese, podemos dizer que Rolândia desenvolve suas atividades agrícolas e urbanas conjuntamente, cujos setores influenciam, um sobre o outro, na perspectiva de crescimento e desenvolvimento. Nos anos recentes, Rolândia pode ser caracterizado como um município que apresenta uma elevada industrialização da agricultura, um crescimento industrial importante, com destaque para a agroindustrialização, portanto com um complexo agroindustrial de dimensões importantes.

3.2 DINÂMICA DO ESPAÇO AGRÁRIO

A diversificação da agricultura rolandiense é resultado de vários anos de modificações e aumentos/diminuições dos produtos e na área colhida. Durante todo o tempo houve mudanças nos padrões de produção de Rolândia e isto se deve, em grande parte, às alterações no padrão de acumulação do capital industrial, cujas instalações das indústrias presentes no município, que de maneira direta ou indireta, influenciam na sua produção do espaço, e conseqüentemente, influenciam na produção do espaço tanto agrário quanto industrial de Rolândia. Além de reflexos na distribuição da mão de obra ocupada nos três setores econômicos.

Assim, para verificar as diferenciações na utilização do espaço agrário, foram utilizados dados dos Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1995/96 e 2006. Dessa maneira, podemos esboçar as realidades vividas pelo município durante mais de 40 anos de transformação.

Para distinguir as produções, elas serão divididas em temporárias (aquelas que compreendem as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração, como inferior a um ano, e que carecem geralmente, de novo plantio após cada colheita, tais como: arroz, algodão, milho, trigo, flores e hortaliças); e permanentes (que abrangem a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, tais como: café, laranja, cacau, banana e uva, que, após a colheita, não carecem de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos).

Quando fazemos uma comparação geral, percebemos que o único período em que as lavouras permanentes apresentaram uma área colhida maior do que a permanente foi no ano de 1960. Nos outros anos, o papel se inverte devido, principalmente, a queda na produção do café.

Em 1960, fazendo referência às lavouras temporárias e permanentes no município de Rolândia, podemos verificar que, esta última apresentava área colhida de mais de 22 mil ha (77,9%) contra 6.265 ha (22,1%) das lavouras temporárias, como podemos observar na tabela 2.

O principal produto cultivado nas lavouras permanentes foi o café, representando mais de 77% da área total colhida. Já nas lavouras temporárias, o destaque fica com o milho, responsável por mais de 9% do total da área neste período.

Quando voltamos a análise aos produtos, de forma geral, auferimos que o café obteve a maior área cultivada (21.882 ha), seguido, com grande diferença, pelo milho (2.581 ha), feijão em grãos (1.850 ha) e arroz em casca (1.791 ha). Já o produto com menor destaque para o período em questão é o algodão, com apenas 15 ha de área colhida.

Em 1970, as lavouras temporárias representaram 73% da área colhida, sendo os outros 27% destinados às lavouras permanentes. As temporárias eram representadas por cinco produtos de destaque em área colhida. São eles: o milho em grão (5.765ha); o arroz em grão (5.148ha); a soja em grão (2.476ha); o trigo em grão (2.309ha) e o feijão em grão (1.197ha). Já as lavouras permanentes tinham o café (6.280ha) e a laranja (67ha) como principais representantes, sendo o café o produto com maior expressão sobre a área plantada.

TABELA 2: Área Colhida – Lavouras Temporárias e Permanentes - Rolândia – 1960/2006

	1960		1970		1985		1995/96		2006	
Temporárias	Área Colhida (ha)	%	Área Colhida (ha)	%	Área Colhida (ha)	%	Área Colhida (ha)	%	Área Colhida (ha)	%
Algodão	15	0,02	-	-	1.514	3,5	1.100	2,3	-	-
Arroz em casca	1.791	6	5.148	21,9	686	1,6	590	1,3	60	0,10
Milho	2.581	9	5.765	24,5	9.388	22	7.194	15,4	7.451	14
Trigo em grão	28	0,08	2.309	9,8	5.518	13	8.120	17,4	16.346	31
Feijão em grão	1.850	7	1.197	5	217	0,5	222	0,5	170	0,2
Soja em Grão	-	-	2.476	10,5	13.861	32,5	19.300	41,3	21.000	40
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	3.270	7,7	5.090	11	4.490	8,2
Outros	-	-	283	1,3	351	0,8	1.510	3,2	-	-
Sub-Total Lavouras Temporárias	6.265	22,1	17.178	73	34.805	81,6	43.126	92,4	49.517	93,5
	1960		1970		1985		1995/96		2006	
Permanentes	Área Colhida (ha)	%	Área Colhida (ha)	%	Área Colhida (ha)	%	Área Colhida (ha)	%	Área Colhida (ha)	%
Café	21.882	77,1	6.280	26,7	7.616	17,9	3.500	7,52	2.300	4,3
Laranja	305	0,4	67	0,3	7	0,01	-	-	1.129	2,1
Banana	66	0,2	-	-	27	0,06	-	-	-	-
Uva	-	-	1	-	10	0,03	-	-	22	0,1
Folha de Amora	-	-	-	-	156	0,3	38	0,08	-	-
Outros	59	0,2	-	-	43	0,1	-	-	-	-
Sub-Total Lavouras Permanentes	22.112	77,9	6.348	27	7.859	18,4	3.538	7,6	3.451	6,5
TOTAL GERAL	28.377	100	23.526	100	42.664	100	46.664	100	52.968	100

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários – 1960, 1970, 1985, 1995/95, 2006.

Podemos observar que os produtos das lavouras temporárias estão melhores distribuídos com relação à área de produção, o que já não ocorre para os produtos das lavouras permanentes, pois a área de produção está quase toda concentrada no cultivo de café.

Se compararmos os dados de maneira geral, ainda teremos o café como o produto com maior área colhida do período, no entanto, o mesmo sofreu queda de mais de 70% se compararmos os censos de 1960 e 1970. Ainda é possível fazer

referência aos valores totais de ambas as culturas nos dois últimos censos, pois no período de 1960, as lavouras permanentes obtinham a maior área colhida, correspondendo mais de 3 vezes a área colhida das lavouras temporárias.

Em 1970 estes aspectos são invertidos, estando as lavouras temporárias com 17.178 ha e as permanentes com apenas 6.348 ha. Este fato deve-se, principalmente ao incremento do milho, arroz, trigo e soja, que no ano de 1960 não houve registros, e a queda expressiva no cultivo do café.

Em 1985, quando comparada as duas lavouras (permanente e temporária), a maior área colhida continua abrangendo as culturas temporárias, com quase 35 mil ha (81,6%), contra, apenas, 7.859 das lavouras permanentes (18,4%).

Quando voltamos as análises aos produtos das lavouras temporárias, a soja em grão (13.861 ha), o milho em grão (9.388 ha) e o trigo em grão (5.518 ha) são as culturas com maiores áreas colhidas, respectivamente, em Rolândia. Cabe ressaltar aqui dois aspectos fundamentais: a presença da cana-de-açúcar que, no censo anterior, não houve constatação; e a expressiva queda na área colhida do feijão, que de 1.197 ha em 1970, cai para apenas 217 ha. Fato este atrelado ao surgimento de novas culturas nas lavouras temporárias, como é o caso da, já citada, cana-de-açúcar e principalmente do expressivo aumento dos demais produtos da agricultura mecanizada, milho, soja e trigo.

Sobre as lavouras permanentes, nota-se um aumento tímido na área colhida do café (7.616 ha) e a constatação da produção da folha da amora (156 ha) que no censo anterior não foi verificada. Cabe aqui fazer uma ressalva a respeito deste último produto, pois, o mesmo contou com um rápido crescimento justificado pela produção do bicho da seda na região, que alimenta-se da folha da amoreira.

Nos anos de 1995/96, podemos verificar que, comparando as duas grandes lavouras, as temporárias continuaram a crescer em um ritmo acelerado, enquanto as permanentes apresentaram uma queda significativa de mais de 50%. Desta forma, as lavouras permanentes diminuem sua participação no total para 7,6%, enquanto as lavouras temporárias atingem mais de 92 do total (Tabela 2).

Os grandes responsáveis pelo aumento significativo nas áreas colhidas das lavouras temporárias foram a soja em grão e o trigo em grão – 19.300 ha e 8.120 ha respectivamente. Já o milho em grão perdeu cerca de 2.000 ha de sua área colhida, sendo compensado ao crescimento contínuo da cana-de-açúcar. O feijão apresentou um leve crescimento, porém, nada muito significativo quando

comparados aos demais produtos. O oposto podemos observar na área colhida das lavouras permanentes, pois, estas continuaram em um declínio constante, ocasionado pela queda na produção do café e também da folha da amora.

Cabe agora fazer a ressalva dos impactos do processo de industrialização e industrialização da agricultura, que já na década de 1970 contou com diversas políticas públicas de incentivo à produção de culturas voltadas ao mercado externo, principalmente a soja, produtos estes que são característicos da produção moderna da agricultura, marcada pela presença de máquinas, insumos e defensivos agrícolas, a fim de aumentar sua produtividade e, por consequência, seu lucro.

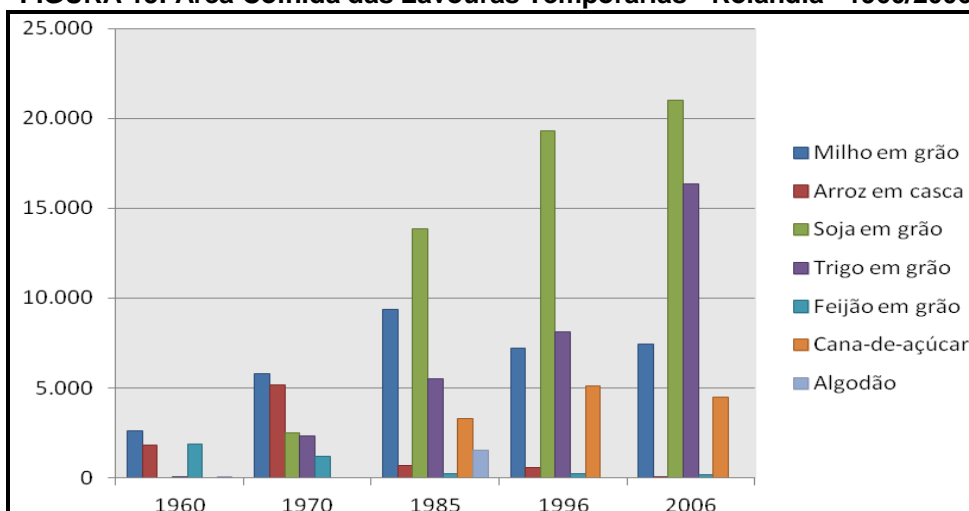
Em 2006 repete-se a cena ocorrida no censo anterior, cujas lavouras temporárias continuam em um ritmo de crescimento acelerado (93,5%) e, em contra partida, as lavouras permanentes apresentaram um declínio no total de sua área colhida (6,5%).

Quando comparamos as duas lavouras separadamente, pouca diferenciação ocorre. Nas temporárias a soja continua a liderar a maior área colhida, seguida pelo trigo e pelo milho (21.000 ha, 16.346 ha, 7.451 ha, respectivamente). A cana-de-açúcar sofre leve queda, mas nada que venha acarretar grandes transformações em sua área colhida.

O cenário das lavouras permanentes continua praticamente o mesmo. Agora temos a introdução do cultivo mais expressivo da laranja, voltado à produção de sucos de uma das agroindústrias de Rolândia. Contudo, o café permaneceu a apresentar uma queda em sua área colhida, passando de 3.500 ha no censo de 1995/96, para 2.300 ha no censo de 2006.

Para obter um melhor resultado através da apuração dos dados estatísticos dos censos agropecuários, será realizada uma comparação entre os produtos das duas lavouras, temporárias e permanentes.

Ao analisar a Tabela 02 e Figura 15, podemos verificar que, em geral, as lavouras temporárias sofreram um constante aumento em sua área colhida, todavia, quando interpretamos os dados separadamente, podemos auferir que o trigo, a soja, o milho e a cana-de-açúcar são os principais produtos responsáveis pelo crescimento deste tipo de lavoura.

FIGURA 15: Área Colhida das Lavouras Temporárias - Rolândia –1960/2006

Fonte dos Dados: IBGE, Censo Agropecuário de 1960, 1970, 1985, 1995/96 e 2006.

Esmiuçando, caso a caso (Tabela 2 e Figura 15), a soja é o produto que apresentou o maior crescimento, sendo que o seu ritmo foi o seguinte: no censo agropecuário referente a 1960, a soja não obteve participação significativa, por isso não foi apontada na tabela 2. Contudo, nos anos seguintes, a mesma irá apresentar um crescimento elevadíssimo, acima de qualquer outro produto, assim, passando de 2.476 ha em 1970 para 21.000 ha em 2006, ou seja, 748% de crescimento.

O trigo em grão também apresentou um crescimento constante ao longo da contagem censitária, crescimento este não tão expressivo quanto o da soja, porém significativo, passando de 28 ha em 1960 para 16.346 ha em 2006.

O milho em grão, mesmo sofrendo algumas quedas sazonais, obteve uma importante participação na área colhida das lavouras temporárias. Em todo o período analisado, passou de 2.581 ha em 1970 para 7.451 ha em 2006.

A cana-de-açúcar, diferentemente dos três primeiros produtos analisados, foi a única que aparece somente no censo de 1985, com 3.270 ha de área colhida, seguindo por um crescimento significativo de 5.090 ha em 1995/96 e em 2006, uma suave queda para 4.490 ha.

A respeito dos produtos das lavouras temporárias que apresentaram um comportamento em declínio ao longo dos censos em questão podemos citar o algodão, o feijão e o arroz em casca. A seguir, será realizado um levantamento caso a caso.

O algodão aparece no censo de 1960 com apenas 15 ha de área colhida, sendo que em 1970 o mesmo não consta nos dados apresentados pelo fato de não

ter desenvolvido grande influência na produção. No censo seguinte, de 1985, há a alta recuperação do algodão, alcançando 1.514 ha, em seguida, uma leve queda, 1.100 ha em 1995/96 para, em 2006, novamente, não auferir produção significativa para o estudo.

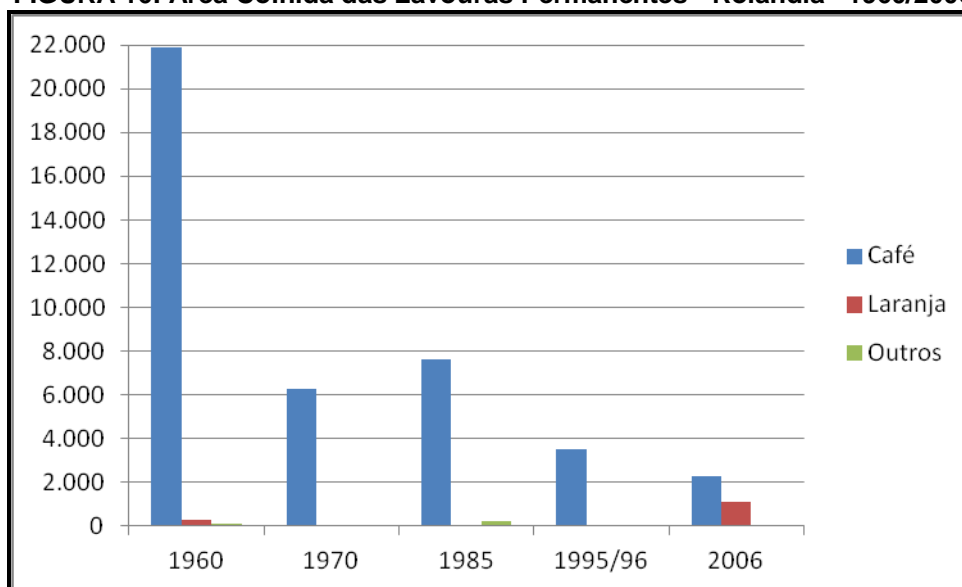
O feijão em grão, ao longo dos cinco censos analisados, apresentou uma queda constante. No censo de 1960, o mesmo contou com uma área colhida de 1.850 ha, sendo a segunda área colhida das lavouras temporárias. A partir daí houve uma queda constante no seu plantio. Em 1970 a área colhida foi de 1.197 ha, seguida por um grande declínio em 1985 (mais de 81%), alcançando 217 ha, 222 ha em 1995/96 (leve recuperação) e novamente regresso, 170 ha em 2006.

E por fim o arroz em casca que mesmo apresentando uma forte elevação entre os dois primeiros censos em estudo, 1.791 ha em 1960 para 5.148 ha em 1970, a partir deste último, sofreu constantes quedas (686 ha em 1985 e 590 em 1995/96) até atingir o patamar de 60 ha em 2006.

Ao depararmos com os dados mencionados anteriormente foi possível verificar a constante elevação da área colhida das lavouras temporárias: 6.265 ha em 1960; 17.178 ha em 1970; 34.805 ha em 1984; 43.126 ha em 1995/96 e; 49.517 ha em 2006.

Para além dos dados gerais, os principais produtos responsáveis pela elevação desta área colhida foram a soja e o trigo em grãos, ambos os produtos característicos de uma agricultura moderna, baseada na mecanização da produção, cuja mesma é destinada, em sua grande maioria, para o mercado externo.

A respeito da dinâmica das lavouras permanentes, podemos averiguar que, ao longo dos períodos analisados, houve uma oscilação na participação dos seus produtos, sendo que, apenas o café em grão apareceu em todos os censos estudados. Ainda podemos destacar a presença da laranja, da uva, da banana e da amora em folha. A seguir, a figura número 16 que representa toda essa dinâmica.

FIGURA 16: Área Colhida das Lavouras Permanentes - Rolândia –1960/2006

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Agropecuário de 1960, 1970, 1985, 1995/96 e 2006

Analisando os produtos individualmente, chegamos à conclusão de que, mesmo obtendo constantes variações em sua área colhida, o café em grão foi o produto mais representativo das lavouras permanentes, sendo o principal produto agrícola em Rolândia em 1960, quando apresentou uma área colhida de quase 22 mil ha. Do decorrer da década de 1960, mostrou uma queda significativa, de mais de 70%, alcançando pouco mais de 6 mil ha em 1970. No último censo, em 2006, o ritmo de queda continua, agora chegando a patamares de 2.300 ha.

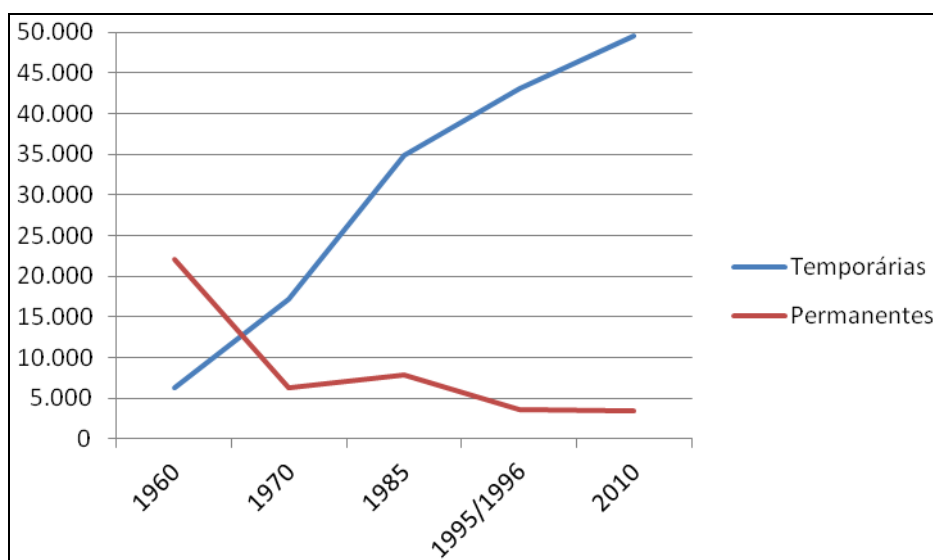
No caso da laranja, após três períodos de queda constante, (1960 – 305 ha; 1970 – 67 ha; 1985 – 7 ha) sua produção chegou a índices baixos, fato este evidenciado pela sua ausência no censo de 1995/96, reaparecendo somente em 2006 e recuperando sua área colhida, 1.129 ha, maior área de todos os censos analisados.

Por fim, ao realizarmos uma análise dos dados em geral se torna possível auferir que o principal produto responsável por manter as lavouras permanentes com certa área colhida foi o café, produto este que se mantém até o presente momento, juntamente com a produção da laranja.

O café, além do peso histórico para o norte do Paraná e para Rolândia, ainda conta com uma grande indústria, e por cooperativas, responsáveis pelo seu beneficiamento. Quanto à laranja, pode-se dizer que o seu cultivo está diretamente relacionado à instalação de uma agroindústria de suco vinculada à cooperativa no município de Rolândia.

Como podemos observar na figura 17, na área colhida total, as lavouras permanentes tendem a cair, dando lugar às temporárias. Este fato, claramente visível, é reflexo das políticas da industrialização da agricultura, advinda dos pacotes da chamada revolução verde.

FIGURA 17: Área Colhida das Lavouras Temporárias e Permanentes - Rolândia –1960/2006



Fonte dos Dados: IBGE, Censo Agropecuário de 1960, 1970, 1985, 1995/96 e 2006.

Esta tendência à industrialização da agricultura é apresentada através da quantidade de tratores e colheitadeiras levantados por meio dos censos agropecuários dos anos de 1970, 1985, 1995/96 e 2006. A tabela 3 prova a dinâmica modernizadora que levou, no decorrer dos censos, a diminuição das áreas das lavouras permanentes e o aumento das temporárias.

TABELA 3: Número de Tratores e Colheitadeiras – Rolândia/PR – 1985/2006

	Número de Tratores			Número de Colheitadeiras
	< 100 C.V	> 100 C.V	TOTAL	
1970	297	0	297	106
1985	880	57	937	180
1995/96	839	74	913	204
2006	443	212	665	153

Fonte: IBGE.Censos Agropecuários –1985-1992-1995/96-2006

Quando tratamos do número de tratores, se faz necessário levantar um aspecto importante, o da potência dos motores, pois, uma vez mais potente menor será a quantidade de tratores em uma determinada propriedade. O que pode ser verificado na tabela anterior é que, apesar da quantidade total de tratores e de

tratores com menos de 100 C.V. virem a diminuir conforme se passam os períodos, a tendência de crescimento fica por conta dos tratores mais potentes, com mais de 100 C.V.

Este fato demonstra que, além da quantidade de tratores com mais de 100 C.V. se manter em um nível elevado, também revela o incremento das mais novas tecnologias, que permitem ao produtor realizar suas atividades com um número cada vez menor de maquinários, pois estes, por sua vez, estão, cada vez mais potentes.

Com relação às colheitadeiras, a taxa de crescimento também se mantém estável até o último censo de 2006, quando Rolândia passa a contar com 153 colheitadeiras, contra 204 do censo passado (1995/96), ou seja, uma perda de 51 colheitadeiras, uma taxa percentual em queda de 25%.

Dentre outras transformações, as alterações no uso do solo e na maneira de produzir, acarretaram profundas alterações na condição do produtor e na estrutura fundiária.

Para a seleção e melhor interpretação dos dados adquiridos, considerou-se, segundo o IBGE (1995/96), o produtor como a pessoa física ou jurídica que detivesse a responsabilidade da exploração do estabelecimento, quer fosse o mesmo constituído de terras próprias ou de propriedade de terceiros³.

Analisando os dados da tabela 4, pode-se verificar que, de maneira geral, a área total dos estabelecimentos agropecuários, ao longo dos períodos dos censos apresentou forte redução entre 1985 e 1996 (desmembramentos municipais), passando de 53.353 ha em 1985, para 39.740 ha em 1995/96 e um ligeiro aumento a partir de então, passando para 44.338 ha em 2006. O mesmo ocorre com o número de estabelecimentos agropecuários que diminuiu de 1.739 em 1970 para 861 em 1995/96, e em 2006 houve um pequeno crescimento, atingindo 976 estabelecimentos.

³ Os produtores foram classificados nas seguintes condições, segundo o IBGE:

Proprietário – que é quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fossem de sua propriedade (inclusive por usufruto, enfiteuse, herança, etc.);

Arrendatário – sempre que as terras do estabelecimento tivessem sido tomadas em arrendamento, mediante o pagamento de quantia fixa em dinheiro, ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços;

Parceiro - se as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiros e estivessem sendo exploradas em regime de parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento, ao proprietário, de um percentual da produção obtida;

E Ocupante - nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso.

TABELA 4: Condição do Produtor; e Área e Número dos Estabelecimentos Agropecuários-Rolândia – 1970,1985,1995/96,2006

Ano	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE		TOTAL	
	Área (ha)	Nº Estabelecimentos	Área (ha)	Nº Estabelecimentos	Área (ha)	Nº Estabelecimentos	Área (ha)	Nº Estabelecimentos	Área (ha)	Nº Estabelecimentos
1970	47.102	1.343	874	7	4.366	264	2.469	125	54.811	1.739
1985	42.719	1.035	6.019	160	4.233	170	382	23	53.353	1.388
1995/96	34.591	701	2.485	55	2.629	99	35	6	39.740	861
2006	39.989	816	4.102	148	199	8	48	4	44.410	978

Fonte dos Dados: Censo Agropecuário de 1970, 1985, 1995/96 e 2006 – IBGE.

Ao avaliar cada condição do produtor, verificou-se que o número de estabelecimentos agropecuários dos produtores proprietários diminuiu ao longo dos censos, aproximadamente 39%, representando 1.343 estabelecimentos em 1970; 701 em 1995/96 e, após uma leve recuperação, alcançou 816 estabelecimentos, ao passo que sua área ocupada passou de 47.102 ha em 1970 para 34.591 ha em 1995/96 e 39.989 ha em 2006.

Dessa maneira, averiguou-se que, o número de estabelecimentos cujos produtores eram seus respectivos proprietários veio a diminuir conforme se avançaram os anos. Contudo, sua área ocupada aumentou, resultando numa grande concentração da área de produção para os produtores proprietários.

No caso dos produtores arrendatários também ocorre crescimento, tanto no número de estabelecimentos quanto em suas áreas ocupadas, no entanto, a diferença fica com a proporção e a dimensão deste crescimento, pois, em 1970 havia apenas 07 estabelecimentos agropecuários que ocupavam 874 ha. Estes números sobem em 1995/96 para 55 estabelecimentos em 2.485 ha ocupados pelos mesmos. E, em 2006, essa montante passou para 148 estabelecimentos que ocupavam uma área de 4.102 ha.

Desta maneira, a taxa de crescimento dos estabelecimentos agropecuários em mais de 30 anos foi de mais de 2.000%, ao passo que a sua área ocupada atingiu a taxa de crescimento de, aproximadamente, 300% ao longo dos censos pesquisados.

Com relação aos produtores parceiros e ocupantes, ambos perderam, tanto número de estabelecimentos quanto área ocupada por esses últimos. Para os parceiros, quanto a área ocupada, a perda foi de 95% em trinta e seis anos (1970 = 4.366ha; 1985 = 4.233ha; 1995/96 = 2.629ha; 2006 = 199ha), assim como houve

uma redução de 97% em relação ao número de estabelecimentos (1970 = 264; 1985 = 170; 1995/96 = 99; 2006 = 08)

Para os produtores ocupantes os índices pouco variaram. Com relação à área ocupada dos estabelecimentos, registrou-se uma queda de 98% nos trinta e seis anos analisados, (1970 = 2.469ha; 1985 = 382ha; 1995/96 = 35ha; 2006 = 48ha) e de 97% para o número total de estabelecimentos agropecuários durante o mesmo período (1970 = 125; 1985 = 23; 1995/96 = 06; 2006 = 04).

Ainda podemos auferir sobre a mesma tabela que a maior concentração, tanto em número de estabelecimentos quanto em área ocupada, é destinada aos produtores proprietários destes estabelecimentos agropecuários, ou seja, os produtores ocupantes e parceiros perderam lugar para, principalmente, produtores proprietários, seguidos pelos arrendatários. Caracterização esta típica de uma agricultura voltada à produção de *commodities* para abastecer as grandes agroindústrias da região.

Com o objetivo de agregar maior valor aos dados coletados e às análises realizadas, será feita a relação entre a Condição do Produtor, os Tipos de Culturas e a Estrutura Fundiária de Rolândia. Como estrutura fundiária refere-se aqui à organização dos estabelecimentos rurais de acordo com o número, o tamanho e a maneira pela qual elas estão distribuídas pelo território. Esta análise facilita a compreensão das desigualdades que acontecem no campo do município.

Neste item, será exposto o quadro da evolução da estrutura fundiária de Rolândia, utilizando-se dos Censos Agropecuários do IBGE dos anos de 1970, 1985 e 2006 (Tabela 5). Os estabelecimentos estão agrupados por número e área, afim de que se possa melhor caracterizar o cenário fundiário do município. Ainda será abordada uma análise minuciosa de cada um dos Censos levantados para, então, fazer a comparação entre os três períodos destacados.

TABELA 5: Estrutura Fundiária - Rolândia –1970/2006

	Tamanho dos Estabelecimentos	Nº Estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos (ha)	%
1970	<2ha	32	1,8	28	0,04
	2 – 5ha	100	5,7	372	0,66
	5 – 10ha	239	13,7	1.812	3,3
	10 – 20ha	630	36,2	8.547	15,6
	20 – 50ha	556	32	16.826	30,7
	50 – 100ha	102	5,9	7.230	13,7
	101 – 1.000 ha	79	4,6	18.884	34
	>1.001ha	01	0,1	1.113	2
	Total	1.739	100	54.812	100
1985	Tamanho dos Estabelecimentos	Nº Estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos	%
	<2ha	37	2,7	34	0,1
	2 – 5ha	96	7	367	0,7
	5 – 10ha	176	12,7	1.381	2,6
	10 – 20ha	399	28,7	5.547	10,4
	20 – 50ha	440	31,5	13.872	26
	50 – 100ha	144	10,4	10.279	19,2
	101 – 1.000 ha	94	6,8	19.547	36,8
	>1.001ha	2	0,2	2226	4,2
Total	1.388	100	53.350	100	
2006	Tamanho dos Estabelecimentos	Nº Estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos	%
	<2ha	50	5,1	35	0,1
	2 – 5ha	83	8,5	292	1
	5 – 10ha	153	15,6	1.210	2,7
	10 – 20ha	270	27,6	3.791	8,1
	20 – 50ha	279	28,5	8.766	20
	50 – 100ha	81	8,3	5.525	12,1
	101 – 1.000 ha	59	6	11.358	26
	>1.001ha	3	0,4	13.433	30
Total	978	100	44.410ha	100	

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários: 1970, 1985, 2006.

No ano de 1970, o município de Rolândia apresentava um total de 1.739 estabelecimentos agropecuários distribuídos em 54.812 hectares. Do total destes estabelecimentos, 1.659 ou 95% estavam concentrados nos grupos de até 100 hectares e os outros 5% permaneceram estabelecimentos acima de 100 há.

Quanto a área ocupada, os estabelecimentos com mais de 100 ha elevam sua participação para 36% da área total. Os outros 64% da área ficam distribuídas pelos 95% dos estabelecimentos com menos de 100 ha. Assim sendo, um grupo de pequenos e médios produtores são responsáveis pela maior concentração no número de estabelecimentos, porém, com relação à área, a situação começava a se inverter.

No ano de 1985 o número total de estabelecimentos agropecuários em Rolândia atingiu um total de 1.388 para uma área de 53.350 hectares, sendo, o

grupo de 20-50 ha aquele que vai reunir a maior quantidade destes estabelecimentos.

Para a área dos estabelecimentos, a situação começa a se inverter, pois, o grupo a concentrar a maior área é o de 101-1.000 ha. Neste censo em análise, podemos verificar que o ritmo de concentração da área rural do município começou a se tornar mais intenso, fato evidenciado quando apenas 6,8% dos estabelecimentos concentram 36,8% da área.

O ano de 2006 apresentará o reforço na desigualdade de distribuição das terras em Rolândia, havendo uma mudança significativa, caracterizada pela concentração do acesso à terra.

No que diz a respeito ao número de estabelecimentos agropecuários, em comparação geral, foi visível a queda dos mesmos durante os três períodos estudados. Isto porque, em 1970 havia 1.739 estabelecimentos e este número passou para 1.388 em 1985 e 978 em 2006, gerando uma queda de 20% de 1970-1985 e outra queda de 29% de 1985-2006.

O mesmo fato ocorrerá com a área total dos estabelecimentos. Em 1970, os estabelecimentos somavam uma área de 54.512 hectares. No censo de 1985 este número decaiu para 53.350 e para 44.410 em 2006, significando um percentual de 2% e 17% de queda, respectivamente. Porém, esta queda observada no último período se justifica pelo desmembramento do município de Pitangueiras, ocorrido no ano de 1990.

Em que pese o desmembramento do município de Pitangueiras, pode-se afirmar que no período em análise houve uma concentração do acesso à terra em Rolândia. Isto fica evidente na redução do total de estabelecimentos agropecuários, assim como em função da redução da participação dos menores estabelecimentos relação aos maiores.

De um total de 978 estabelecimentos, 916 deste total encontravam-se nos grupos de até 100 ha. Quanto a área dos estabelecimentos com mais de 100ha, ficou evidente que, apenas 6,4% dos estabelecimentos concentram 56% da área total.

Em conjunto, os estabelecimentos com até 100 ha, embora tenham apresentado uma pequena redução na sua participação relativa, passando de 95,3% do total de estabelecimentos em 1970 para 93,6% em 2006, sofreram perdas significativas em relação à área ocupada. Passam de 64% em 1970 para 44% em

2006, enquanto aqueles com mais de 100ha passaram de 36% em 1970 para 56% da área ocupada em 2006. Em especial, destaca-se os grandes estabelecimentos, com mais de 1000ha, que ocupavam somente 2% em 1970 e passaram a ocupar 30% da área em 2006.

A queda do índice geral dos estabelecimentos com até 100ha pode ser explicada através da diminuição acentuada da produção de café, que era característico de áreas menos extensivas. A partir daí, traçamos a relação com o aumento da produção da soja e do trigo, produtos estes caracterizados pela presença de extensas propriedades agrícolas, diferentes do café.

Outro fator que podemos mencionar com relação à estrutura fundiária é o índice geral, tanto no número de estabelecimentos como em sua área, da condição dos produtores. O número de estabelecimentos e a área total dos produtores parceiros e proprietários se revela em declínio e justifica-se através da, também queda, da produção de café, presente em estabelecimentos agrícolas menos extensas, que, por sua vez, caracterizava-se como sistema de parceria que dela necessitava para gerar sua produção.

Uma vez interrompida esta produção, a condição do produtor que a realizava também tende a se interromper, sendo substituída, agora por outra produção de *commodities*, a soja e o trigo, que se caracterizam pela presença de produtores arrendatários com extensas áreas dos estabelecimentos agropecuários. Assim, o número de arrendatários elevou-se, bem como a área dos estabelecimentos com mais de 100ha.

Ainda a respeito do desenvolvimento agropecuário de Rolândia, outro fator de extrema importância e que também sofreu alterações foi a distribuição de sua população, pois esta é o reflexo das alterações do setor econômico e acompanha a evolução na classificação da população brasileira advinda do processo de industrialização das cidades e do campo brasileiros.

A tabela 6 apresenta a evolução da população rolandiense, tanto no seu quesito geral (total), quanto dividida em dois âmbitos: a urbana e a rural, nos períodos de 1970-1991-2010, segundo os censos demográficos realizados pelo IBGE.

TABELA 6: Distribuição da População Total, Rural e Urbana de Rolândia/PR –1970/1991/2010

	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL	%
1970	20.845	43,5	27.119	56,5	47.964	100
1991	35.221	80,6	8.501	19,4	43.722	100
2010	54.749	94,7	3.113	5,3	57.862	100

Fonte dos dados: IBGE, Censo Demográfico de 1970-1991-2010.

Quando nos atrelamos ao número total da população, verificamos que no período de 1970-1991 o contingente diminuiu significativamente, mais de 4.000 habitantes. Este episódio deve-se à também queda na produção cafeeira de Rolândia durante a década de 1970, mais precisamente em 1975, quando ocorre a “geada negra”. Os trabalhadores rurais decidem partir para outras regiões em busca de novos ensejos, uma vez que o café começara a ser “extinto” dos campos rolandienses.

Pelo censo de 1970, Rolândia contava com 47.000 habitantes. Após o fenômeno da “geada negra”, conforme censo de 1980, este número caiu para 42.000 habitantes. Esta queda numérica ocorreu porque muitos trabalhadores rurais resolveram partir para outros Estados da Federação em busca de novas oportunidades. (SCHWENGBER, 2003, p.178-179).

A respeito dos dados sobre a população urbana e rural, observa-se que esta última perde, significativamente, o contingente populacional para elevar o contingente da população urbana. Em 1970, a população rural representava mais de 56,5% (27.119) de todos os habitantes de Rolândia, restando apenas 43,5% para àqueles do urbano.

Em 1991, este cenário se inverte completamente e configura o que, atualmente, conhecemos como a situação demográfica do município. Neste período, a população rural representava somente 19,4% de todo contingente, e, desta maneira, a população urbana 80,6%. No censo seguinte, (2010), os dados se mostraram mais concentradores à população urbana, sendo esta a responsável por deter mais de 94,7% de toda a população, restando, apenas 5,3% à população rural.

Os dados da tabela 6 configuram um município cujo fator primordial à distribuição de sua população foi o processo de industrialização da agricultura, pois, como vimos, trouxe profundas transformações na utilização das terras, concentração fundiária, alterações nas relações de trabalho que, juntamente com a utilização intensiva de máquina e equipamentos agrícolas foi fator decisivo para a migração para a cidade, causando o êxodo rural e acarretando num ritmo do processo de urbanização extremamente acelerado.

Depois de verificados alguns aspectos da dinâmica agropecuária do município, notamos as grandes relações que o processo de industrialização da agricultura brasileira exerceu (e ainda exerce) sobre Rolândia, forçando a queda de diversas culturas permanentes para suplantá-las o aumento dos produtos temporários (mais favoráveis às políticas de industrialização). Atrelado a este fato, a “geada negra” em 1975 suscitou, forçosamente, a migração de milhares de trabalhadores rurais de Rolândia para outras regiões, refletindo, drasticamente, na conjuntura demográfica e econômica do município.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE ROLÂNDIA

Neste tópico, será apresentada uma série de dados estatísticos relacionados à estrutura agroindustrial de Rolândia, com o objetivo de averiguar e, se possível, constatar o processo de industrialização de Rolândia, apontando a diferenciação na distribuição do número de estabelecimentos agropecuários e industriais; a evolução na utilização de maquinários e insumos na agricultura (fator este característico de uma agricultura moderna); e a distribuição do pessoal ocupado nos três setores da economia bem como nos diferentes ramos industriais.

3.3.1 TRABALHADORES FORMAIS CONFORME O SETOR ECONÔMICO

Antes que comecemos a tratar dos trabalhadores industriais *in locu*, analisaremos neste item a distribuição dos trabalhadores de Rolândia durante três períodos escolhidos através da coleta de dados do MTE/RAIS. A escolha dos três períodos (1985, quando iniciou-se a coleta pelo Ministério do Trabalho – 1992, um dos poucos que apresentou taxa negativa de crescimento – e 2012, último ano coletado) é baseada na variação no número de pessoal ocupado no setor industrial, levantamento este realizado e apresentando na figura 14 do item 2.3.2 Pessoal Ocupado nos Ramos Industriais.

Cabe esclarecer que os dados do MTE para o setor primário são problemáticos pois, trata-se de informações que devem ser enviadas para o Ministério do Trabalho pelo próprio produtor ou empresário, e poucos produtores rurais apresentam organização empresarial para tanto. Desta forma, a análise vai privilegiar os setores secundário e terciário.

Analisando, de maneira geral, o total de trabalhadores durante os três períodos, podemos verificar que o mesmo manteve seu ritmo em elevação, sendo em 1985 com 5.624 funcionários, em 1992 com 6.880 e em 2012 com 19.472 trabalhadores. Quando nos voltamos para a taxa de crescimento da população em geral, podemos constatar que os números para o pessoal ocupado cresce num ritmo muito maior do que aquele da população em geral.

Em 1985, Rolândia tinha 42.508 habitantes, apresentando uma suave queda para 1992 de 1,1% (42.005 habitantes), enquanto a taxa de empregados crescera 18,2%. Em 2012 a taxa da população total se recupera e alcança 59.139 habitantes, um crescimento de 29%, no entanto, a taxa do pessoal ocupado nos três setores da economia crescera 64,6%. Taxas estas muito mais elevadas quando comparadas as da população geral.

TABELA 7: Pessoal Ocupado por Setor da Economia – Rolândia/PR – 1985-1992-2012 – MTE/RAIS

	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total
	P.O.	%	P.O.	%	P.O.	%	
1985	1.559	27,7	88	1,6	3.937	70,7	5.624
1992	150	2,2	2.620	38	4.110	59,8	6.880
2012	895	4,6	10.192	52,3	8.385	43,1	19.472

Fonte dos dados: MTE/RAIS – 1985-1992-2012

Já as evidências para o setor secundário (responsável pela transformação dos produtos do primeiro setor; produção industrial) apresentam crescimento do trabalho formal. Como pode ser averiguado na tabela anterior, em 1985 este setor era responsável pela geração de apenas 88 postos de trabalho, ou 1,6%. Todavia, esta configuração tende a se modificar conforme os períodos se passaram. Em 1992 estes postos passaram para 2.620, ou 38% do total do pessoal ocupado no setor secundário em Rolândia. A concentração destes trabalhadores no setor industrial tende a ficar muito maior em 2012, quando mais de cinquenta por cento dos trabalhadores do município estavam lotados em empresas do segundo setor (10.192 trabalhadores, 52,3%).

E o último setor a ser destacado (terceiro setor; comércio; serviços) revelou uma disposição de queda em sua participação durante os três períodos analisados. Pois, em 1985, este setor era responsável pela geração de 3.937 postos de trabalho (70,7%), o que mais empregou neste ano. Já em 1992 este contingente passa para 4.110 trabalhadores, no entanto, representaram 59,8% do total. E em 2012 sua

participação continuou a diminuir, passando para 43,1%, ou 8.385 trabalhadores no setor terciário.

Os dados analisados nos mostram a disposição da concentração dos trabalhadores para o segundo setor da economia, ou seja, as indústrias, tornando evidente o processo de industrialização fortemente marcado no município, uma vez que em 2012, mais da metade da população de trabalhadores formais estavam lotados nos setores industriais. Para caracterizar melhor estas indústrias, no próximo item será trabalhado a divisão deste pessoal ocupado nos diversos ramos industriais.

3.3.2 PESSOAL OCUPADO NOS RAMOS INDUSTRIAIS

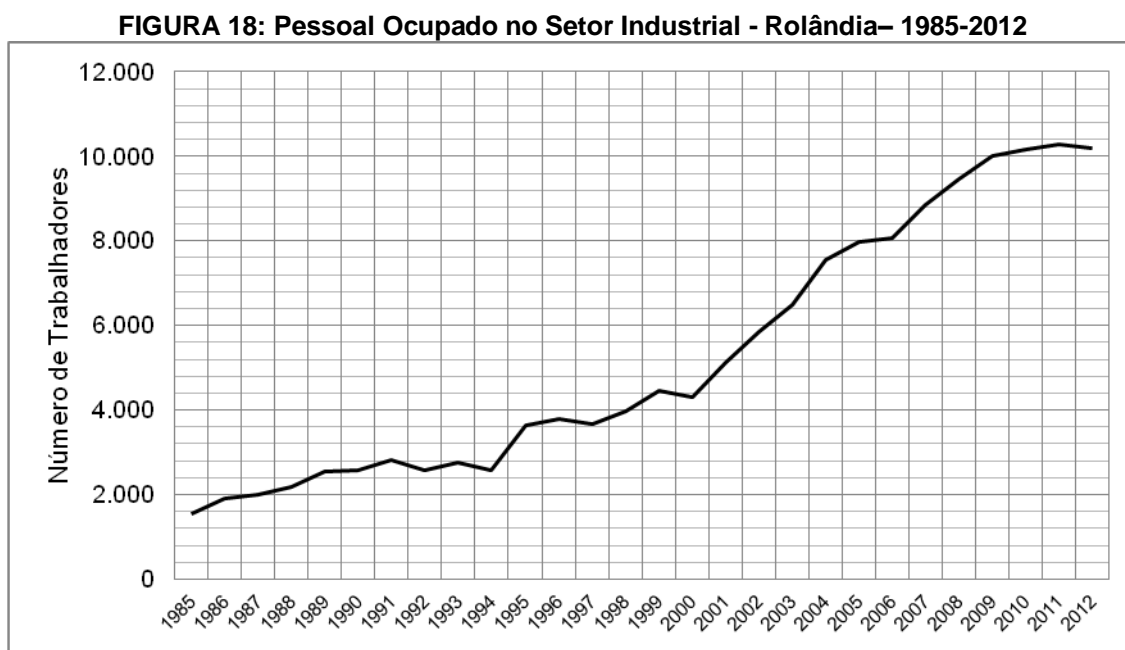
Se hoje em dia Rolândia apresenta uma grande diversidade de indústrias presentes em seu território, isso não se deve a um processo rápido de instalações industriais no mesmo. Ao contrário, o município passou por diversas modificações e oscilações em sua estrutura industrial para chegar ao que hoje apresenta.

Estas transformações e mudanças ocorridas no ritmo de crescimento/decrésimo do setor industrial causaram reflexos econômicos e sociais no município, tais como alterações no espaço urbano e agrário, na remuneração e contratação/demissão de mão de obra, entre outras.

A análise dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, sobre o emprego formal, no período de 1985 a 2012, nos permite verificar o processo de industrialização de Rolândia. Para que pudéssemos analisar mais profundamente este processo, o critério utilizado para estabelecer o crescimento ou não do setor industrial de Rolândia está baseado no número de empregados registrados e não unicamente o número de estabelecimentos, pois estes podem ser bastante elevados, entretanto pouco favoráveis à criação de postos de trabalho para a cidade. Ou seja, o mais interessante economicamente e principalmente socialmente, é o número de postos de trabalho gerados pelo crescimento industrial.

Quando tratamos do crescimento industrial de Rolândia, dentre os anos analisados, poucos tiveram crescimento negativo (1992, 1994, 1997 e 2000). Entretanto, mesmo com alguns decréscimos, o desenvolvimento da indústria em Rolândia se deu de forma importante, em especial a partir do ano de 2000 (figura18).

De maneira geral, como podemos verificar na figura 18, no recorte temporal adotado, houve três períodos de movimentação no ritmo do crescimento industrial de Rolândia: a) de 1985 a 1994 - estagnação; b) de 1994 a 2000- crescimento moderado; c) de 2000 a 2012 – crescimento importante.



Fonte dos dados: MTE/RAIS – 1985-2012

Atualmente, em Rolândia a indústria é o setor que mais emprega no município (como apontado no item anterior). Desta forma, para uma melhor caracterização do setor, foi elaborada a identificação de quais os ramos industriais são os mais importantes para o crescimento do município.

De acordo com os dados de 2012 (retirados do sistema de dados do Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS), cinco indústrias, de diferentes ramos, se destacaram pelo seu grande número de pessoal ocupado. As indústrias são as seguintes: indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico; indústria da madeira e do mobiliário; indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria; indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas; e a indústria metalúrgica.

Na análise do processo de industrialização de Rolândia, verificamos que de 1985 a 2012 houve poucas mudanças com relação aos principais ramos industriais, podendo ser destacados dois aspectos fundamentais: a) houve um expressivo aumento do pessoal ocupado na indústria, em especial a partir do ano de 2000; b) a indústria de produtos alimentícios, que em 1985 concentrava pouco mais de 35% do

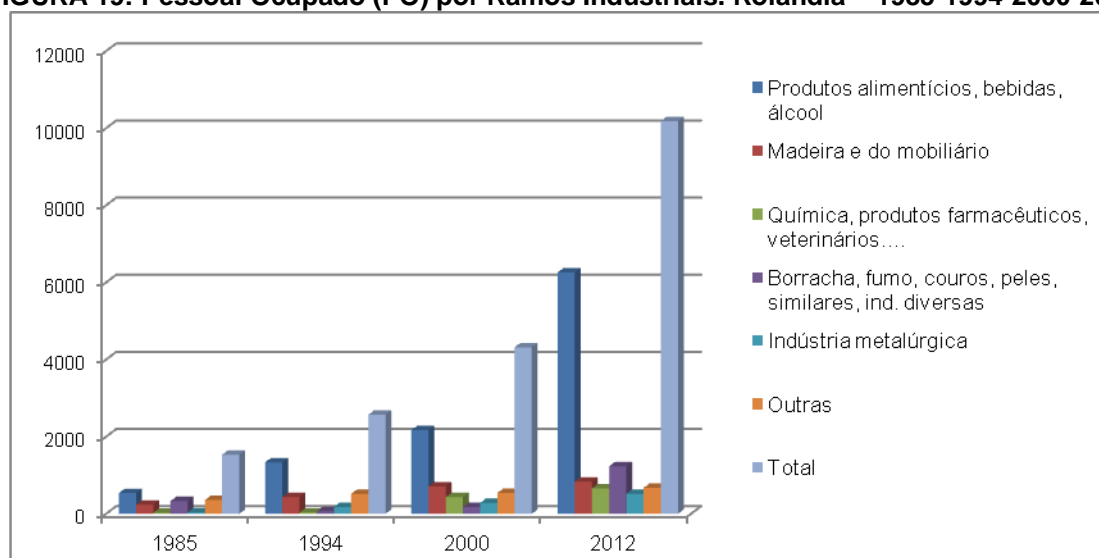
peçoal ocupado, no ano de 2012 passa a concentrar mais de 61%. Destacamos ainda que do aumento absoluto de peçoal ocupado na indústria, o setor de produtos alimentícios apresentou crescimento significativo, empregando em 2012 mais de 6.000 peçoas (tabela 8 e figura 19).

TABELA 8: Peçoal Ocupado (PO) por Ramos Industriais. Rolândia – 1985-1994-2000-2012

	1985		1994		2000		2012	
	PO	%	PO	%	PO	%	PO	%
Produtos alimentícios, bebidas, álcool	540	35,2	1.336	52,0	2.171	50,3	6.260	61,4
Madeira e do mobiliário	240	15,6	434	16,9	712	16,5	838	8,2
Química, produtos farmacêuticos, veterinários....	27	1,8	33	1,3	433	10,0	660	6,4
Borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	334	21,8	67	2,6	176	4,1	1.235	12,1
Indústria metalúrgica	35	2,3	181	7,0	286	6,6	520	5,1
Outras	359	23,4	520	20,2	542	12,5	674	6,6
Total	1.535	100,0	2.571	100,0	4.320	100,0	10.187	100,0

Fonte dos dados: MTE/RAIS – 1985-1994-2000-2012

FIGURA 19: Peçoal Ocupado (PO) por Ramos Industriais. Rolândia – 1985-1994-2000-2012



Fonte dos dados: MTE/RAIS – 1985-1994-2000-2012

O tema do trabalho proposto está ligado ao setor agroindustrial. Como base de dados mais confiáveis hoje disponíveis, utilizamos dados do MTE/RAIS, instituição pública. Entretanto, a fonte estatística não denomina o que é a agroindústria nem determina de forma concisa e exata, quais atividades estão inseridas nela.

Desta forma, em função das características dos principais ramos industriais em Rolândia, com amplo predomínio das indústrias de produtos alimentícios, bebidas e álcool, assim como a estreita vinculação das mesmas com o setor agropecuário, delimitamos este ramo como mais representativo do setor agroindustrial.

Rolândia ao longo dos anos vem se firmando e se identificando muito fortemente com a área de alimentos, podemos citar algumas empresas que já estão à tempos na cidade que pertencem à este setor e que processam matérias primas produzidas pelo agronegócio que são Itamaraty, Dori, Big Frango, Frango Granjeiro, Brinquedos União etc. Recentemente a cidade teve a grata satisfação de acolher com seus incentivos industriais uma gigante empresa também do ramo alimentício, o Grupo Selmi, que produz as marcas de macarrão Renata e Galo, além de bolos e bolachas. Esta empresa tem como insumo principal de seus produtos o trigo.

E prospectando já a expansão da empresa, será implantado em sua planta industrial um grande moinho de trigo, desta forma a matéria prima será comprada diretamente do produtor, para agregar ainda mais valor ao seu produto. Ainda fazendo parte desta grande e importante cadeia do agronegócio, o Município tem uma empresa de transbordo de grãos, a Nutri Rico. Esta empresa é responsável pelo transbordo dos grãos produzidos no campo. Movimenta cerca de 100 vagões/dia, escoar safra com destino ao porto de Paranaguá e outras localidades, além do recebimento e transbordo dos insumos necessários para a produção do campo. Todos esses investimentos demonstram que as agroindústrias do Município têm excelentes perspectivas de crescimento. (E. B. N., 2014).

Como já dissemos, mesmo contando com diversos setores industriais, o ramo de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, concentra a maior parte do pessoal ocupado na indústria de Rolândia. Podemos dizer que este fato está diretamente associado à presença de grandes indústrias nacionalmente conhecidas; como a Dori, Itamaraty e a Big Frango, além da usina de álcool, também presente em Rolândia.

Dentro deste ramo, em Rolândia, o maior destaque é o abate de suínos e aves, que concentra mais de 74% do pessoal ocupado. Em seguida se destaca a fabricação de produtos derivados de cacau com 14% do pessoal ocupado, (tabela 14).

**TABELA 9: Pessoal Ocupado nos Subsetores Industriais.
Rolândia – 2012**

SUB-SETOR INDUSTRIAL	PO	%
Abate de suínos, aves e outro pequenos animais	4.459	74,1
Fabricação de prod. derivados do cacau, chocolates, confeitos	845	14
Torrefação e moagem de café	569	9,5
Fabricação de Álcool	10	0,3
Outros	128	2,1
Total	6.011	100,00

Fonte dos dados: MTE/RAIS –2012

Relacionado ao restante dos subsetores, todos são importantes geradores de empregos para o município de Rolândia, os quais também exercem amplos papéis na construção e transformação do espaço agrário e industrial rolandiense, além disto, estes subsetores estão interligados com a presença das demais indústrias.

As Agroindústrias em nosso Município desempenham papel social de fundamental importância gerando emprego e renda, mantém o homem no campo, evitando assim o êxodo rural, e movimentam a economia da cidade [...]. Todo e qualquer setor que gera emprego e renda por si só já merece elevada consideração. O Setor do agronegócio, representado pelas suas agroindústrias, que tem grande participação na geração de emprego e renda, é considerada pelos seus munícipes como setor de grande importância na economia do Município. (E. B. N., 2014).

Ainda cabe aqui, um último tópico de análise relacionado ao setor de produção/fabricação de álcool em Rolândia. Ao realizar os levantamentos estatísticos e pesquisar a participação de cada subsetor industrial, foi constatado que aquele referente à produção/fabricação de álcool perdeu grande número de seu pessoal ocupado de 2009 a 2012. É importante destacar que neste período, a cooperativa COROL passava por grande crise.

4. ROLÂNDIA: UMA CIDADE DO AGRONEGÓCIO NO NORTE DO PARANÁ

Para que seja possível compreender o atual estágio de industrialização e desenvolvimento de Rolândia é preciso retomar o processo de formação e industrialização das pequenas cidades, quadro em que Rolândia está inserida, para, a partir daí, realizar análises sobre a recente transformação espacial do município em questão.

Independentemente da região em que se dedique estudos, no Brasil, todas suas regiões comportam uma elevada densidade de pequenas cidades, originárias, geralmente, durante o século XX, ao redor das ferrovias, que ao longo do tempo, deram ascendência às redes urbanas, que apresentam vários pequenos centros.

Entretanto, mesmo apresentando este grande contingente de pequenas cidades, poucos foram os trabalhos realizados a respeito deste tema e somente, a partir da década de 1990 que os estudos foram retomados, pois seus estudiosos deram preferência a estudos urbanos de ordem das grandes cidades ou das metrópoles. A defesa para a proliferação destes estudos se dá, pois, “Expandiram-se os estudos sobre as cidades pequenas, haja vista que a intensificação da reestruturação produtiva impôs para estas, outras demandas que possibilitaram o desempenho de novas centralidades no contexto das redes urbanas.” (FRESCA, 2010, p.75).

Para aprofundar a discussão e obter uma melhor compreensão, podemos ainda fazer referência a uma das diversas contribuições feitas por Fresca, cujo trabalho aqui analisado dispõe que, “[...] acredita-se que o caminho para a análise e caracterização de uma cidade como sendo pequena, seria a compreensão de sua inserção numa dada área, região ou rede urbana, entendimento esse que deve estar correlacionado à formação econômica social.” (VEIGA; FRESCA, 2011, p. 389).

Entre outros agentes, a globalização é aquele que mais influenciou nas transformações ocorridas nos pequenos centros urbanos, como no caso de Rolândia, caracterizada pela presença de atividades agroindustriais, destacam-se como modificações: uma reestruturação fundiária que acende mudanças no processo de produção e na paisagem agrária fortemente marcada pela baixa presença de mão de obra e pela presença de máquinas, que agora ocupam seus lugares; e a transformação de áreas que antes eram caracterizadas pela vegetação e que agora são mais conhecidas como áreas agrícolas.

Dessa forma, o agronegócio globalizado desempenha um papel fundamental para a intensificação da urbanização e o crescimento de cidades locais e médias, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos. Nessas cidades, realiza-se parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, quando elas passam a exercer novas funções e a compor importantes nós das redes agroindustriais. A partir daí, fornecem parte da mão de obra, dos recursos financeiros, dos insumos químicos, das máquinas agrícolas, da assistência técnica agropecuária etc., dinamizando a economia urbana e a reorganização urbano-regional. (ELIAS, 2007, p.50).

Por assim dizer, é nesta relação do agronegócio globalizado e difuso que encontramos, em partes, a compreensão para a propagação do meio técnico-científico-informacional e da urbanização para as áreas mais diferentes e dispersas do país, pois, quanto mais dinâmico o agronegócio for e quanto mais globalizados forem seus círculos de influência e de cooperação, inúmeras e mais distantes serão as áreas por eles transformadas.

Além disso,

A difusão de novos sistemas técnicos agrícolas, fortemente alicerçados em ciência, tecnologia e informação, contribuiu para uma reestruturação produtiva no setor, que promoveu transformações significativas nos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária. Mediante amplo emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos, fornecidos pela pesquisa agropecuária e pela atividade industrial, induziu-se o aumento exponencial da produtividade. Da mesma forma, minimizou-se a anterior vantagem relativa representada pela produção localizada nos melhores solos, nas topografias mais adequadas, entre outros, implicando notáveis metamorfoses nas possibilidades de uso e ocupação do espaço agrícola e, conseqüentemente, na divisão territorial do trabalho agropecuário. (ELIAS, 2007, p.51).

Estas situações ocorrem através da substituição da economia simples pelas atividades agrícolas integradas à indústria, pela transformação nos padrões das divisões do trabalho e pela especialização da produção agropecuária.

Além destes impactos causados pela globalização, há outro que também trás inúmeras modificações para o espaço destes pequenos centros urbanos: a refuncionalização das atividades desenvolvidas por esses pequenos centros. Pois a globalização “[...] cria novos núcleos urbanos em áreas que passam a integrar o espaço globalizado.” (CORRÊA, 1999, p. 48). Assim sendo, esta refuncionalização dos centros urbanos gera uma interdependência crescente com os demais setores econômicos, marcando mais uma das características do agronegócio globalizado e restabelecendo ligação, como o caso do município de Rolândia, onde encontramos um setor industrial claramente dependente de outros setores econômicos.

[...] Os que fornecem insumos e bens de capital para a agricultura (fertilizantes, agrotóxicos, corretivos, sementes melhoradas, tratores, arados, colheitadeiras etc.), assim como as indústrias que processam os produtos agropecuários – agroindústrias, com grande destaque para a indústria de alimentos, que os transformam em mercadorias padronizadas para o consumo de massa globalizado. (ELIAS, 2007, p. 51-52).

É dentro deste processo de interdependência que há o favorecimento de integração entre os mais diversos capitais, bancários, industriais, agrários, entre outros, que centralizam as atividades das empresas, sociedades anônimas e cooperativas agrícolas, permitindo uma ampla atuação dos CAI's quando estas grandes corporações se apropriam do processo de produção da agropecuária.

Nesse sentido, um dos principais signos do agronegócio e da agricultura científica no Brasil é uma crescente interdependência com os demais setores da economia. A partir desta interdependência ocorrem processos frequentes de fusão com capitais dos setores industriais, comerciais e de serviços. (ELIAS, 2006b, p. 222-223).

Com a intensificação do capitalismo no campo e com a ampla atuação do agronegócio globalizado, o território passou a apresentar especializações produtivas impostas por estes dois agentes, gerando um aumento das áreas urbanizadas e da sociabilidade, quesitos necessários à atuação do agronegócio globalizado. Arelado a esta questão, o território passa por uma reestruturação e uma reorganização muito mais complexas e mais profundas. E como resultado, temos um novo patamar das relações entre o campo e a cidade.

Em todas as áreas de expansão do agronegócio globalizado, o visível crescimento da urbanização e de aglomerados urbanos, assim como a criação de novos municípios. Comumente, algumas cidades que poderiam ser classificadas como locais ou mesmo médias têm forte ligação com alguma produção agrícola e/ou industrial, compondo exemplos de desenvolvimento urbano associado ao consumo produtivo. As características do crescimento dessas cidades são visivelmente associadas à demanda da produção agrícola e agroindustrial globalizadas. Aí é nítida a interrelação da economia urbana com alguma importante produção agrícola e/ou transformação industrial. (ELIAS, 2007, p. 53).

Estas relações também causam efeitos sobre estrutura fundiária do município, cujo elemento primordial da produção agrícola é a terra, marcada pela concentração fundiária estabelecida pela expropriação dos pequenos agricultores e expulsão daqueles que não detêm a terra, marcando-se novas relações de trabalho na agropecuária.

Fato este evidenciado através da coleta de dados do município de Rolândia cujas tabelas 2, 4 e 5 (Lavouras Permanentes/Temporárias, Condição do Produtor e Estrutura Fundiária, consecutivamente) revelam as faces do processo do amplo

crescimento do agronegócio globalizado focado na concentração de terras do município.

A tabela 4 reflete que a maior concentração, tanto em número de estabelecimentos quanto em área ocupada, é destinada aos produtores proprietários destes estabelecimentos agropecuários, ou seja, os produtores ocupantes e parceiros cederam lugar para, principalmente, produtores proprietários, seguidos pelos arrendatários, caracterização esta típica de uma agricultura voltada à produção de commodities para abastecer as grandes agroindústrias da região.

Este agronegócio globalizado também trouxe modificações nas relações de trabalho, numa nova divisão social e territorial do trabalho pautados em transformações técnicas, econômicas e sociais, cujos resultados são expressos, também, na estrutura demográfica e do emprego e na dinâmica populacional, intensamente.

Como já exposto anteriormente, o Brasil é um país que se caracteriza pela formação de vários centros de povoamento, cuja origem está fundamentada em dois grandes e importantes atores. O primeiro são as empresas que em todos os casos atuam como financiadoras e planejadoras de pequenos núcleos urbanos a fim de satisfazerem suas necessidades. Ou seja, ora são criadas as “[...] *company towns*, núcleos planejados, criados e controlados diretamente por grandes empresas do setor de mineração industrial, em áreas sem infra-estrutura urbana.” (CORRÊA, 1999, p. 47) outrora estes núcleos “São criações de empresas dedicadas à valorização fundiária através de loteamentos urbanos em área de expansão agrícola, [...] mas resultam também da aglomeração em torno de unidades técnicas vinculadas às grandes empresas.” (CORRÊA, 1999, p. 47).

O outro agente é o Estado, que através de órgãos estatais responsáveis por uma reestruturação do espaço brasileiro criam outros núcleos, como por exemplo, lugares onde controlam, concentram e reproduzem a mão de obra dos trabalhadores rurais, e que mais tarde tornam-se as pequenas cidades. Com isso, a consequência maior gerada é a refuncionalização das pequenas cidades, que por sua vez, vão se dividir em duas possibilidades: (CORRÊA, 1999).

A primeira está densamente marcada pela perda da centralidade ligada ao desenvolvimento de atividades não centrais, como aquelas do campo; pela mudança na circulação que, através da propagação dos automóveis, aumenta a acessibilidade às pequenas cidades. Outra modificação, também verificada, ligada à produção no

campo, trouxe inúmeras mudanças para as pequenas cidades, o que acarretou na perda de sua centralidade. (CORRÊA, 1999).

As alterações no processo produtivo no campo circunvizinho, que alteraram a estrutura agrária, provocando a diminuição das densidades demográficas e da demanda de bens e serviços para a população, atuaram no sentido de reduzir as funções centrais, as atividades de beneficiamento de produtos rurais e o comércio atacadista de distribuição de inúmeros pequenos centros que perderam seus mercados. (CORRÊA, 1999, p.48).

E por último, a recriação da periferia nas pequenas cidades causada pela desapropriação da mão de obra do trabalhador do campo pela industrialização da agricultura, dessa forma, essa periferia da pequena cidade torna-se um lugar onde se concentram a reserva de mão de obra para as atividades modernas do campo.

A segunda corresponde ao caso de Rolândia, pois diz respeito às transformações das pequenas cidades através da introdução de novas atividades, advindas de fora ou criadas localmente, que geram uma diferenciação na produção deste núcleo inserido, agora, na rede urbana com uma divisão territorial do trabalho mais complexa. Sua centralidade dilata-se e, ao mesmo tempo, especializa-se e integra-se a uma economia global.

Estas atividades podem estar vinculadas à produção agrícola regional tecnologicamente desenvolvida, atividades voltadas à industrialização do campo. Entretanto, estas atividades não precisam, necessariamente, estar ligadas às atividades agrícolas.

São, em muitos casos, atividades industriais criadas no bojo da expansão do capital produtivo por meio de filiais localizadas não apenas em grandes e médios centros urbanos, mas também em pequenos núcleos em razão de fatores locacionais positivos, entre a existência de uma boa infra-estrutura e de uma boa força de trabalho "politicamente correta". As especializações produtivas podem também ser criações das elites globais locais que necessitam encontrar outras atividades que lhes permitam manter-se como tais. Podem ainda ser o resultado da ação de grupos sociais emergentes que dispõem de um potencial de habilidades técnicas apreendidas a partir de práticas em outras atividades. (CORRÊA, 1999, p.50).

Portanto, contextualizando a similaridade de Rolândia com as ideias expostas, estas novas atividades vão proporcionar aos pequenos núcleos urbanos uma caracterização de cidades do campo, que podem manter suas relações com outros centros distantes da mesma corporação ou mesmo com outras corporações também de centros distantes, ou seja, como cidade do campo, agora se destaca como detentora de atividades agrícolas modernas, advindas da industrialização do

campo e que, continuamente, devem se adaptar as exigências ditadas pela globalização.

Como consequência, temos a intensificação da divisão social e territorial do trabalho agrícola, das trocas intersetoriais, da especialização da produção e a formação de arranjos territoriais produtivos agrícolas. Reforçam-se as determinações exógenas ao lugar de produção, especialmente no tocante aos mercados cada vez mais longínquos e competitivos. Fato semelhante ocorre em relação aos preços, internacionais e nacionais, comandados pelas principais bolsas de mercadorias do mundo, sobre os quais não há controle local. Da mesma forma, aumentam as distâncias entre os produtores e os centros de decisão e de pesquisa. (ELIAS, 2006b, p. 224).

Estes arranjos territoriais produtivos agrícolas são pontos escolhidos para receber investimentos no território, são pontos luminosos (ELIAS, 2007) que se transformam em alvos da industrialização da economia, são “as regiões agrícolas dinâmicas, ou seja, os espaços escolhidos para receber as políticas públicas, os investimentos produtivos públicos e privados, nos quais há importante (re) organização dos espaços produtivos.” (ELIAS, 2007, p 57).

Dentro destes arranjos territoriais produtivos agrícolas, existem os principais agentes produtores do espaço agrícola, as grandes corporações e redes dos complexos agroindustriais que se compõem em forma de manchas sobre os territórios corporativos, indispensáveis ao agronegócio globalizado. Estas redes agroindústrias articulam as diversas atividades em diferentes escalas.

As redes agroindustriais compõem os territórios do agronegócio globalizado e agregam empresas agropecuárias, fornecedoras de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadoras de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, de pesquisa agropecuária, de *marketing*, transportadoras, entre outros. Ultrapassam em muito os limites político-administrativos preestabelecidos em suas mais diferentes escalas. (ELIAS, 2007, p.58).

Baseado nesta perspectiva, quando voltamos a análise da estrutura produtiva do município de Rolândia, verificamos a presença de vários segmentos comerciais para atender a demanda das necessidades advindas das atividades agropecuárias. A seguir, a tabela 10, que trata sobre o número de estabelecimentos e pessoal ocupado no comércio e nos serviços que apresente alguma relação com o setor agropecuário.

TABELA 10: Estabelecimentos e Pessoal Ocupado no Comércio e Serviços de atividades relacionadas ao setor agropecuário – Rolândia/PR - 2012

CNAE 2.0 - CLASSE	Nº ESTABELECIMENTOS	Nº PESSOAL OCUPADO
Atividades de Apoio à Agricultura	14	198
Atividades de Apoio à Pecuária	3	5
Atividades de Pós-Colheita	2	8
Comércio Atacadista de Café em Grão	1	12
Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos para Uso Agropecuário	3	2
Comércio Atacadista de Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo	6	61
Comércio Atacadista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Insumos Agropecuários	2	22
Armazenamento	3	82
Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos da Indústria Mecânica	9	24
Total	34	390

FONTE: CNAE 2.0 – 2012

Quando observamos a tabela 10, conseguimos constatar a presença de dezenas de estabelecimento comerciais, bem como de pessoal ocupado, voltados às atividades agropecuárias, justificada, pois, pela influência que estas últimas exercem sobre as demais atividades comerciais de Rolândia.

É importante dizer que esta reestruturação produtiva da agropecuária apresenta arranjos territoriais produtivos agrícolas que detêm um aglomerado urbano ou cidades dentro de seus limites, que são o arcabouço de regulação e de gestão do agronegócio globalizado. A estas cidades ou aglomerado chamamos de cidade do agronegócio (ELIAS, 2006a, 2007, 2006b).

Nas cidades do agronegócio, realiza-se a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, cujas funções principais se associam às crescentes demandas de produtos e serviços especializados das redes agroindustriais. Aí os círculos produtivos e os círculos de cooperação integram o circuito superior da economia urbana. [...] Se a cidade é a materialização das condições gerais de reprodução do capital [...], a cidade do agronegócio é aquela cujas funções de atendimento às demandas di agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções. (ELIAS, 2007, p.61).

No período atual, do meio técnico-científico-informacional, as cidades do agronegócio se proliferam no Brasil e, junto com elas uma nova gama de múltiplas funções se desenvolveu, as transformando “em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pelo agronegócio globalizado, e resultam em muitas novas territorialidades.” (ELIAS, 2006a, p. 63).

Esta industrialização das atividades agroindustriais vai redefinir os padrões de consumo no campo, que deixa de ser, exclusivamente, consumptivo (aquele se esgota em si mesmo, como hospitais, hotéis, áreas de lazer, etc., e cria demandas heterogêneas segundo os estratos de renda) e passa a ser também produtivo (aquele relacionado à produção – mão de obra, renda, transporte, pesquisa, comercialização dos insumos, etc., e que suscita uma demanda heterogênea de acordo com as necessidades de cada produto).

Deste modo, para que seja possível a compreensão da economia urbana das cidades do agronegócio, se faz necessária a análise das funções desempenhadas por cada uma destas cidades durante as distintas fases do processo produtivo, como, por exemplo, a safra e a entressafra, pois, é durante a época das principais safras produzidas pelo município que há a possibilidade de diferenciarmos, mais claramente, qual a especialização produtiva de determinado município.

É também durante o período de cultivo das principais safras que podemos observar maior dinâmica dos setores econômicos, quando aumentam o número de empregos temporários, o período de funcionamento dos comércios de assistência e manutenção e o consumo produtivo e consumptivo de diferentes especialidades.

Quando voltamos a análise ao município de Rolândia, percebemos o papel fundamental que as ações modernas da agropecuária desempenham sobre estruturação das atividades no município. Na visão do empresário F. M. A. (2014), “A economia do município se desenvolveu, principalmente, pela oferta de mão de obra em grande quantidade e qualificada. Outro fator importante é aquele ligado à logística e à infraestrutura regional, que contribuem para a lucratividade da empresa.”.

Agora, as cidades do agronegócio dependem, cada vez mais, das atividades agrícolas e agroindustriais, e passam por inúmeras reestruturações (produtiva, espacial, etc.), culminando em relações mais complexas entre campo-cidade, cujas atividades realizadas no campo não são exclusivamente, agrícolas, como, também, industriais.

Ressaltamos, ainda, que quanto mais dinâmica a reestruturação produtiva da agropecuária, quanto mais complexa a formação das redes de produção agropecuária, quanto mais globalizados os seus circuitos espaciais produtivos e os seus círculos de cooperação, mais complexas se tornam as relações campo-cidade. (ELIAS, 2006a, p.64).

E, por assim dizer, são as agroindústrias que detêm a capacidade de gerar novas relações sobre o território, que transformam àquelas tradicionais entre campo-cidade, reorganizando o território, urbano e rural, das cidades do agronegócio, através da expansão do meio técnico-científico-informacional na cidade e no campo.

Quando verificamos, em entrevista, a prática destas agroindústrias exercidas sobre o município de Rolândia, que, através das falas dos pesquisados, além do grande desempenho na geração de empregos, o setor agroindustrial também tem muita importância quanto à arrecadação de impostos ao município, como destaca os senhores F. M. A., técnico da Rotasilos do Brasil, e D. G. G., gerente da empresa Frango Granjeiro:

A agroindústria contribui muito para o município de Rolândia, pois, além de ser o maior município produtor de equipamentos de sementes do Brasil, conta, ainda, com grandes estruturas de armazenagem de grãos, moinho de trigo, abatedouro de aves e beneficiamento de couros.

Para mim, a agroindústria tem muito ainda para contribuir para o município, pois, cada vez mais, se instalam indústrias novas ligadas ao segmento, além do próprio crescimento das indústrias atuais.

Em relação ao desenvolvimento socioeconômico, sem o apoio da agroindústria ficaria muito difícil, pois, as maiores arrecadações do município estão ligadas ao segmento agroindustrial.

A economia do município se desenvolveu, principalmente, pela oferta de mão de obra em grande quantidade e qualificada. Outro fator importante é aquele ligado à logística e à infraestrutura regional, que contribuem para a lucratividade da empresa. (F. M. A., setembro de 2014).

[a atividade agroindustrial, em Rolândia,] proporciona além dos empregos diretos e indiretos, recolhimento de impostos, atividades paralelas, como demanda por hotéis/restaurantes, oficinas, empresas de prestação de serviços, enfim tudo que pode advir de bom de uma atividade econômica pujante. (D. G. G., setembro de 2014).

A partir da ideia da formação de um complexo agroindustrial no município de Rolândia, cuja importância se revela através da geração de emprego na dinâmica socioeconômica, podemos comprovar tal fato através da instalação e permanência das mais diversas agroindústrias, como, por exemplo, Big Frango, Frango Granjeiro, Grupo Selmi, Itamaraty, Cocamar, Dory, Grupos Vilella, Rotasilos do Brasil, Tribulato e Vanzella (indústrias de fabricação de silos), e que apresentam a tendência de desenvolver, sócio e economicamente, Rolândia, permitindo-nos indicar expectativas porvindouras de vasto desenvolvimento, assim como na fala do secretário de desenvolvimento econômico de Rolândia, o senhor E. B. N., (2014).

As perspectivas são as melhores possíveis. O Município possui duas grandes Cooperativas do Setor, e durante os anos a cidade recebeu e vem recebendo diversos investimentos de empresários ligados a revenda de insumos do setor do Agronegócio. Esses grupos empresariais irão implantar

silos graneleiros para armazenamento de grãos produzidos no campo. Com investimentos na casa dos 10 milhões de reais, o Grupo Vilella, tradicional empresa do agronegócio da cidade de Cornélio Procópio, irá construir esses silos no Município, também o Grupo Tribulato que irá investir no mesmo ramo de negócio, além de outras empresas deste seguimento que já estão instaladas aqui como o Grupo Vanzella, que possui um grande silo graneleiro para armazenamento desses grãos.

Rolândia ao longo dos anos vem se firmando e se identificando muito fortemente com a área de alimentos, podemos citar algumas empresas que já estão à tempos na cidade que pertencem à este setor e que processam matérias primas produzidas pelo agronegócio que são Itamaraty, Dori, Big Frango, Frango Granjeiro, Brinquedos União etc. Recentemente a cidade teve a grata satisfação de acolher com seus incentivos industriais uma gigante empresa também do ramo alimentício, o Grupo Selmi, que produz as marcas de macarrão Renata e Galo, além de bolos e bolachas. Esta empresa tem como insumo principal de seus produtos o trigo.

E prospectando já a expansão da empresa, será implantado em sua planta industrial um grande moinho de trigo, desta forma a matéria prima será comprada diretamente do produtor, para agregar ainda mais valor ao seu produto. Ainda fazendo parte desta grande e importante cadeia do agronegócio, o Município tem uma empresa de transbordo de grãos, a Nutri Rico. Esta empresa é responsável pelo transbordo dos grãos produzidos no campo. Movimenta cerca de 100 vagões/dia, escoar safra com destino ao porto de Paranaguá e outras localidades, além do recebimento e transbordo dos insumos necessários para a produção do campo. Todos esses investimentos demonstram que as agroindústrias do Município têm excelentes perspectivas de crescimento. (E. B. N., junho de 2014).

Para analisarmos o papel desempenhado pelas duas maiores agroindústrias de Rolândia, COCAMAR e BIG FRANGO, necessitaremos recorrer a informações secundárias, devido às dificuldades encontradas e já relatadas anteriormente.

A respeito da Big Frango, nos baseamos principalmente nos trabalhos de Casini (2009), Tsukamoto (2000) e Silva e Antonello (2009). No início da década de 1970, o então futuro fundador da empresa Big Frango, Evaldo Ulinski, em passagem à região norte do Paraná, tinha como objetivo começar um pequeno comércio de ovos. Visando o aumento de sua produção, Evaldo cria uma fábrica de rações para aves. Ao fomentar a alimentação das aves, ele também consolidava a criação da Big Frango, que, a princípio, tinha sua produção voltada para o mercado interno.

Com a ampliação e a industrialização de toda sua base produtiva e tecnológica, a empresa pode também expandir seus interesses para o mercado externo. Para demonstrar a importância e a consolidação da empresa no cenário mundial, Casini (2009, p. 78) destacou:

[...] a empresa ocupava a 9ª posição no desempenho em número de abates entre as empresas brasileiras do setor, abatendo 76 milhões de aves no ano de 2007, o que significa uma participação de 1,6% do total de abates anual da avicultura nacional. Entre as maiores empresas exportadoras de frango, ocupava a 13ª posição no mesmo ano, tendo comercializado um total de 42 mil toneladas, o que significa uma participação de aproximadamente 1,3% do total das exportações do país.

Ainda fazendo menção a respeito da importância da empresa no cenário mundial, Tsukamoto (2000, P. 132) apontava que:

Segundo a Associação Nacional de Abatedouros Avícolas (ANAB), o Paraná é o segundo estado no ranking de produção nacional, respondendo por 15% do total. Entre os 50 melhores do Brasil, divulgado pela ANAB, as empresas paranaenses que mais se destacaram foram: Da granja, Copacol, Batavo, Coopavel, Comaves, Coroaves, Big Frango e Avícola Felipe, além, da Sadia, Perdigão e a Ceval que são originárias de outros estados e, que se destacam na produção paranaense. Destas empresas acima citadas cinco estão localizadas no norte do estado do Paraná: Comaves (Londrina), Big Frango (Rolândia), Coroaves (Maringá), Avícola FeHpe (Paranavaí) e a Ceval (Jacarezinho).

De acordo com a reportagem do blog 'Jornal de Rolândia', em 05 de janeiro de 2011, no ano de 2010, o faturamento da empresa foi de 97 milhões de reais, sendo que a expectativa para o ano de 2011 era de R\$ 1,5 bilhão. Em janeiro de 2014, a empresa multinacional *JBS Foods*, proprietária da Friboi, comprou parte das granjas da Big Frango. De acordo com a matéria do jornal 'Gazeta do Povo', de 27 de maio de 2014, o investimento inicial da empresa foi de R\$14 milhões para a ampliação das granjas e incubadoras e R\$ 3,4 milhões na construção de novas granjas, além dos novos 60 empregos gerados.

Quando nos voltamos à análise regional de atuação da empresa Big Frango, constatamos que a mesma interliga 47 municípios, cuja localização do abatedouro é de até 100 km, 800 granjeiros integrados e um total de 500 mil aves abatidas por dia, porém, a meta é alcançar o um milhão (SILVA; ANTONELLO, 2009).

Assim como verificado na pesquisa anterior de Tsukamoto (2000), Silva e Antonello (2009) também corroboraram com a ideia de que grande parte da produção de aves da Big Frango tem procedência das pequenas propriedades, cujo trabalho é familiar.

Foi possível levantar um delineamento que apontasse, essencialmente, para pequenos produtores que se reproduzem a partir do trabalho familiar. [...] Dentre as 11 propriedades somente duas tinham mais de 50 alqueires de terras, todo o restante se enquadrava entre 2 e 10 alqueires. Seis propriedades contam com trabalho somente da família, nas outras cinco o trabalho familiar é somado de 1 a 4 funcionários, temporários ou permanentes. (SILVA; ANTONELLO, 2009, P. 11).

Tal relação entre a empresa e os pequenos produtores familiares é explicada através da necessidade recíproca entre ambos os agentes, pois, como conclui a ideia, Tsukamoto (2000, p. 137) afirma que "para o empresário é vantajoso manter vínculo com essa categoria, pois o custo social é menor e, o produtor que não

dispõe de capital suficiente para desenvolver uma atividade que ofereça serviços aos membros da família, é uma das opções encontradas para se manter no campo.”.

Com relação à COCAMAR, precisamos analisar a crise desencadeada na COROL desde 2008, cujo déficit econômico da empresa chegara aos mais de R\$500 milhões, advindos de um projeto de expansão que teve de ser interrompido por falta de capital de giro. O projeto era chamado União 3 em 1, onde haveria uma junção entre as cooperativas COROL, COCAMAR E COFERCATU, idealizadas como as potências do Norte e Noroeste paranaense. Este projeto foi aprovado, por unanimidade, pelos cooperados de ambas as cooperativas no dia 11 de junho de 2010.

Até o fim de 2010, as previsões eram otimistas a respeito deste projeto. Segundo o jornal “Jornal de Londrina”, do dia 11 de junho de 2010, a união entre as cooperativas geraria um lucro em torno de R\$2 bilhões. Porém, esta não foi a realidade ocorrida ao longo dos meses.

Segundo o jornal “O Paraná”, do dia 05 de julho de 2013, este projeto teria duas fases para reordenar a COROL. A primeira seria o pagamento adiantado de R\$22 milhões para o arrendamento de 24 unidades feito pela COCAMAR. A segunda fase seria a renegociação da dívida com um parcelamento de 35 anos. Os credores não aceitaram a proposta feita e, com isso, diversos problemas foram surgindo, dentre eles, 150 execuções, mais de mil ordens trabalhistas e uma dívida de mais de meio bilhão de reais.

A partir de julho de 2010, a COCAMAR arrendou as unidades operacionais da COROL da região Norte do Paraná, atendendo a mais de sete mil cooperados. Apenas as unidades de açúcar e álcool não entraram no acordo. Segundo o “Jornal de Londrina” do dia 15 de abril de 2013, a COROL arrendou suas unidades à COCAMAR e desmontou toda a sua estrutura administrativa com o objetivo de instaurar, futuramente, uma união entre as duas cooperativas.

A respeito da dívida a ser paga, a COCAMAR disse ao “Jornal de Londrina”, na mesma data que não ficou acordado que a mesma deveria sanar o déficit, fala oposta é dada pelos representantes da COROL. O assunto é, atualmente, debatido na justiça.

No dia 15 de fevereiro de 2014, a COCAMAR arrendou mais um conjunto de complexos industriais da COROL pelo valor de R\$13 milhões, as unidades eram avaliadas em R\$40 milhões. Segundo o “Jornal de Rolândia” desta mesma data, os

bens foram arrendados até 2025 para poder oferecer um melhor atendimento aos cooperados de Londrina.

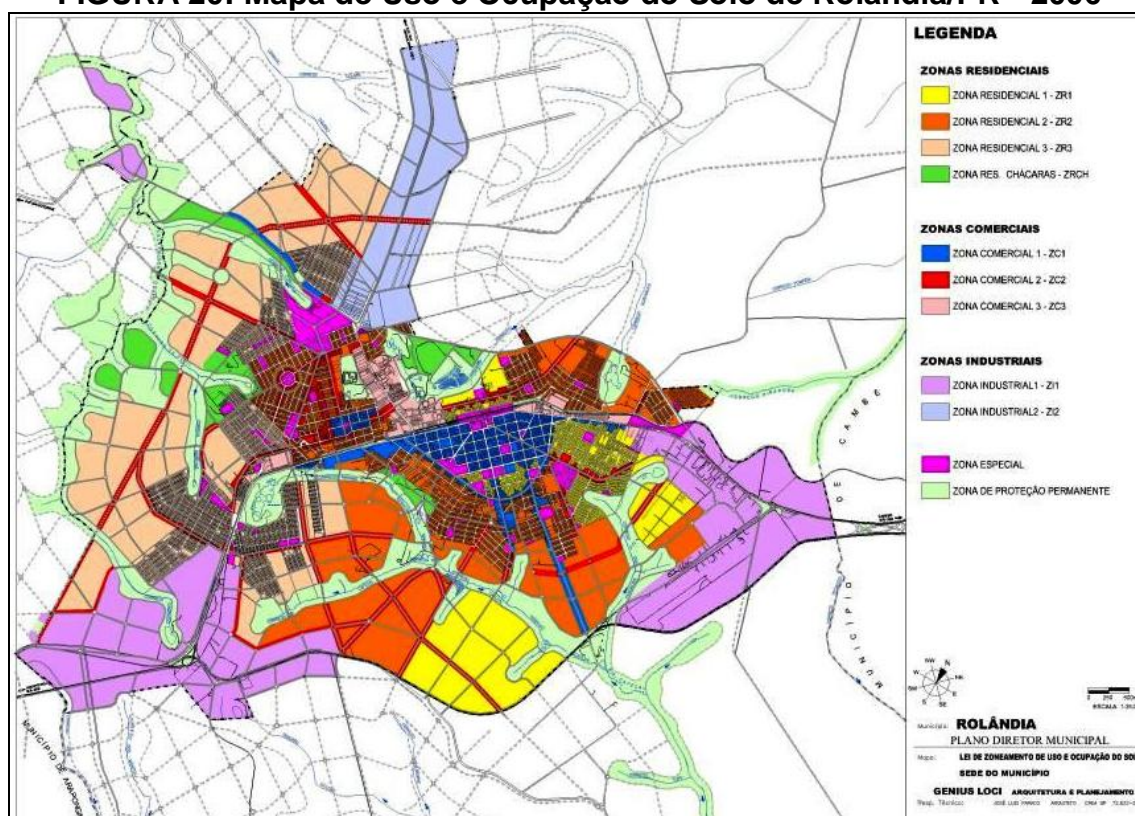
Assim sendo, podemos verificar, além da importância, tanto nacional quanto regional, implicada pelas agroindústrias analisadas, também podemos concluir que, em ambas as empresas, há a grande perspectiva de amplo desenvolvimento. E por fim, estas expectativas de um sucessivo alargamento econômico para o setor agroindustrial de Rolândia se parecem estar concretizadas sob o aspecto dos empresários e do secretário de planejamento econômico. E por assim ser, a disposição de um contínuo crescimento socioeconômico do município, pautado no crescimento das agroindústrias, nos parecem estar muito próximo à realidade do município, uma vez que os próprios empresários apostam e investem na capacidade desenvolvimentista de Rolândia.

Com relação às políticas de fomento agroindustrial e de planejamento urbano, o município de Rolândia dispõe de alguns instrumentos legais que permitem aos seus responsáveis executar as ações necessárias para o desenvolvimento econômico rolandiense.

A Lei de Zoneamento e Uso do Solo Urbano de Rolândia (Lei Complementar nº 14/2006) dispõe sobre a divisão da área urbana e de expansão urbana em zonas, para as quais são definidos os usos (atividades residenciais, comerciais, serviços, industriais, institucionais, etc.), e os parâmetros urbanísticos para se edificar no lote urbano (ocupação).

Dentro destas condições, esta lei complementar estipulou, para as indústrias utilizarem o solo urbano, as zonas industriais (ZI), que destinam-se predominantemente ao exercício das atividades industriais e de comércio e serviços incômodos, nocivos ou perigosos, e estão divididas em: ZI1 - Zona de Indústrias não Poluídas; ZI2 - Zona de Indústrias potencialmente poluídas. A figura 20 apresenta o mapeamento do uso e ocupação do solo de Rolândia.

FIGURA 20: Mapa de Uso e Ocupação do Solo de Rolândia/PR - 2006



FONTE: Lei complementar nº 14/2006 – Prefeitura Municipal de Rolândia

De acordo com o mapa de uso de ocupação do solo de Rolândia, figura 20, notamos que as zonas industriais, identificadas pelas cores lilás e azul claro, estão ocupadas nas regiões periféricas, as mais afastadas do centro da cidade.

Para o Plano Diretor (Lei Complementar Nº 11/2006), seu Art 2º dispõe sobre os objetivos das Políticas de Desenvolvimento Municipal, que serão alcançadas através da criação de Políticas Setoriais (Social, Socioeconômico, Serviços de infraestrutura públicos, Ordenamento físico-territorial, Habitacional, Proteção e preservação ambiental e Gestão democrática e desenvolvimento institucional).

No que se refere à indústria o Art. Nº19 estabelece que é de responsabilidade do município contemplar, no mínimo, normas, ações, programas e projetos relacionados a:

- I. A construção de parques industriais ao longo das rodovias existentes no Município;
- II. Incentivos e benefícios fiscais para a agroindústria;
- III. Incentivos e benefícios fiscais para as indústrias de alto valor agregado e que demandam comércio, serviços e indústrias complementares, bem como grande quantidade de matérias primas do setor primário. (ROLÂNDIA, p. 07, 2006).

E para o setor primário, no Art. 21, a Política Rural do município contemplará, no mínimo, normas, ações, programas e projetos relacionados a:

- I. A cooperação com os órgãos competentes do Estado do Paraná e da União na orientação, assistência técnica e extensão rural;
- II. Investimentos em benefícios sociais para rurícolas e comunidades rurais;
- III. Conservação dos solos e dos mananciais;
- IV. Defesa do meio ambiente e controle da poluição no meio rural;
- V. Restauração e preservação da fauna e da flora, proibidas a caça e a pesca predatórias;
- VI. Restauração e implantação de matas ciliares em todos os mananciais do município;
- VII. Colaboração efetiva na inspeção e fiscalização da produção, comercialização e utilização de insumos agropecuários;
- VIII. Participação efetiva, quando legítima e conveniente ao município, no sistema de planejamento agrícola integrado instituído pelo estado;
- IX. Ampliação e manutenção contínua e adequada das estradas municipais rurais;
- X. Estabelecimento de mecanismos de apoio:
 - a. Programas que atendam as áreas da agropecuária do município;
 - b. À complementação dos serviços voltados ao fomento da produção e comercialização agropecuárias, armazenagem, transporte e abastecimento;
 - c. À organização dos produtores e trabalhadores rurais em cooperativas, associações de classe e demais formas associativas;
 - d. Ao beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários;
 - e. A programas de habitação rural;
 - f. À implantação de irrigação, drenagem, eletrificação e telefonia rural;
 - g. Ao pequeno produtor rural.

§1º - A POLÍTICA RURAL do Município manterá consonância e cooperação com a política agrícola do Estado e da União.

§2º - A POLÍTICA RURAL do Município será elaborada visando diminuir a elevada concentração fundiária. (ROLÂNDIA, p. 07, 2006).

É interessante ressaltar nas Políticas Industriais dois aspectos importantes: o primeiro trata sobre a localização das indústrias, que deve ser focada nas áreas próximas as rodovias que cortam o município, facilitando o escoamento da produção. E em segundo lugar, sobre os incentivos e benefícios fiscais,

principalmente, para as indústrias de alto valor agregado, o que conota a intenção da política de fomento à industrialização do município.

A respeito das Políticas Rurais, salientam-se, além das políticas de confisco e proteção ambiental, aquelas voltadas à ampliação e manutenção das estradas municipais rurais, para ofertar a estrutura mínima para a produção agropecuária. E também aos mecanismos estabelecidos para dar apoio às Políticas Rurais, que se destacam, entre outros, o suporte a produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e transporte; o incentivo em organizar os trabalhadores em cooperativas; o beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários; e a finalidade de, com as Políticas Rurais trabalhando em conjunto, diminuir a alta concentração fundiária em Rolândia.

Portanto, podemos verificar que parte da instalação e crescimento da demanda agroindustrial de Rolândia pode ser explicada através de seu interesse em fomentar o desenvolvimento agroindustrial e que, para alcançar tal objetivo, o município apresenta alguns instrumentos legais que, por sua vez, tentam planejar, organizar e promover este crescimento.

CONCLUSÃO

Aos 80 anos, o município de Rolândia se configura como palco de grandes transformações, presentes e futuras, pautadas no desenvolvimento do setor da agroindústria, que por sua vez, exerce um fundamental papel socioeconômico sobre Rolândia.

Estes movimentos de mudanças são frutos de várias décadas de modificações nos padrões de acumulação do capital industrial, que traz implicações sobre a dinâmica agropecuária e industrial do município, cuja manifestação se dá através da instalação do atual complexo agroindustrial.

Historicamente, o município de Rolândia sempre demonstrou possibilidades de um amplo desenvolvimento do setor agropecuário que, por meio de políticas públicas de investimento no setor industrial unido à atividade agropecuária, possibilitou a criação de um complexo agroindustrial, responsável, atualmente, por mais da metade da geração de empregos no município.

Quando voltamos a análise para produção do espaço agrário rolandiense, podemos verificar que, ao longo dos anos analisados, houve profundas alterações nos tipos de produtos cultivados e na área colhida dos mesmos.

Na área colhida total, as lavouras permanentes tenderam a cair, dando lugar às temporárias. Fato este observado ser reflexo das políticas da industrialização da agricultura advindas dos pacotes da chamada Revolução Verde. Especificando alguns produtos, pode-se notar o caso do café, que sofreu grande perda em sua área colhida, e o oposto, a laranja, que aumenta significativamente sua área colhida. O mesmo ocorre com o crescimento da soja e da cana-de-açúcar.

Com isso, também podemos realizar uma ressalva sobre a influência que o padrão de acumulação do capital industrial desempenha sobre o município ao compararmos os produtos agrícolas cultivados com as matérias primas carecidas pelas agroindústrias no período em questão, pois, conforme as necessidades são requisitadas pelas indústrias, assim modificavam-se os produtos cultivados nas lavouras.

A consolidação de uma agricultura bem estabelecida é comprovada através do seu processo de industrialização, constada pelo efetivo maquinário, que não só tendeu a aumentar em quantidade, mas, como também, em potência. Outro fator de comprovação de uma agricultura moderna e que é de extrema importância a ser

mencionado é sobre a população rolandiense que, aumentou em seu número absoluto, concentrando 96% da população no espaço urbano.

Ainda discutindo as análises sobre a produção do espaço agropecuário de Rolândia, podemos auferir sobre as condições dos produtores que se mostram entrelaçados ao padrão de acumulação agroindustrial, uma vez que são os produtores proprietários que concentram tanto a área colhida, quanto o número de estabelecimentos agropecuários em Rolândia. Ou seja, os produtores ocupantes e parceiros cederam lugar para, principalmente, produtores proprietários, seguidos pelos arrendatários. Caracterização esta típica de uma agricultura voltada à produção de *commodities* para abastecer as grandes agroindústrias da região.

Completando as considerações sobre a produção do espaço agropecuário, resta-nos pontuar a questão da estrutura fundiária que, assim como nos outros aspectos analisados, também variou sua dinâmica de acordo com os padrões de acumulação do capital agroindustrial. Verificamos tal fato quando constatamos que, em 2006, 30% da área total dos estabelecimentos estava concentrada em apenas 3 estabelecimentos (0,4%).

Este contexto é característico de um município, cujo setor agropecuário se revela fortemente entrelaçado à produção de *commodities*. Estas, por sua vez, são produzidas, predominantemente, em grandes propriedades que visam atender à demanda das agroindústrias presentes na região.

Após as profundas transformações do espaço agrário de Rolândia, que resultou numa significativa diversificação da produção voltada à agricultura moderna, chegar-se-á à conclusão de que houve uma diminuição do pessoal ocupado no setor agropecuário, e que a indústria passou a ser o setor a gerar o maior número de empregos.

Através da análise dos dados de geração de postos de trabalho em Rolândia, podemos observar que, o desenvolvimento do setor industrial rolandiense, mesmo nos períodos em que seu crescimento foi reduzido, continuou a ser o grande responsável pela geração de empregos.

Estes momentos de pequena queda não representaram grandes graus de perdas em números de trabalhadores, pois, a partir dos anos 2000, o desenvolvimento industrial atingiu patamares bastante elevados, fazendo com que a geração de empregos neste setor se elevasse consideravelmente.

No ano de 2012 o setor secundário gerava mais de cinquenta por cento dos empregos formais do município. Destes cinquenta por cento, o subsetor industrial que mais empregou dentre todos os outros, concentrando mais de 61% de todos os trabalhadores formais do município, foi o da agroindústria. Ou seja, a indústria voltada à transformação e beneficiamento dos produtos agropecuários é a mais importante para a geração de empregos e pelas transformações do espaço agropecuário e industrial de Rolândia.

Portanto, podemos constatar que as agroindústrias instaladas no território de Rolândia são as grandes responsáveis pela produção e transformação do espaço agropecuário e urbano rolandiense, através dos interesses e dos padrões de acumulação do capital industrial que, por conseguinte, aparece como o setor que mais gerou empregos em Rolândia, e também aquele que mais influencia, de forma direta e intensa, a produção agropecuária de Rolândia.

A criação de políticas públicas municipais (como o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo) nos deixa claros os reais objetivos a respeito da criação de novas e crescimentos das já existentes estruturas agroindustriais, quer seja a instalação de novos estabelecimentos agroindustriais, quer a ampliação dos estabelecimentos já alocados.

A formação de um complexo agroindustrial no município de Rolândia se comprova através da instalação e permanência das mais diversas agroindústrias, como, por exemplo, Big Frango, Frango Granjeiro, Grupo Selmi, Itamaraty, Cocamar, Dory, Grupos Vilella, Rotasilos do Brasil, Tribulato e Vanzella (indústrias de fabricação de silos), e que tendem a desenvolver, sócio e economicamente, Rolândia, permitindo criar perspectivas futuras de amplo desenvolvimento, assim como na fala do secretário de desenvolvimento econômico de Rolândia, o senhor E. B. N.,(2014).

Além do grande papel desempenhado na geração dos postos de trabalho, o setor agroindustrial também tem muita relevância quanto à arrecadação de impostos ao município, como destaca os senhores F. M. A., técnico da Rotasilos do Brasil, e D. G. G., gerente da empresa Frango Granjeiro, nas entrevistas:

E por fim, as expectativas de uma contínua ampliação econômica para o setor agroindustrial de Rolândia parecem estar consolidadas sob a perspectiva dos empresários e do secretário de planejamento econômico. Por consequência, a

tendência de um sucessivo crescimento socioeconômico do município, pautado no crescimento das agroindústrias, também se torna factual.

Assim sendo, podemos auferir que, o desenvolvimento socioeconômico do município não está, exclusivamente, dependente do crescimento desempenhado pelas agroindústrias já instaladas em Rolândia, uma vez que, assim como nas palavras do secretário de planejamento econômico, o senhor E. B. N, já existem planos para a ampliação e a instalação de novas plantas agroindustriais no município.

Desta maneira, os fatos constatados deixam clara a importância deste setor econômico ao município e as premissas porvindouras planejadas que, futuramente, ampliarão o desenvolvimento econômico das agroindústrias e, por decorrência disto, o de Rolândia, também.

Estas relações verificadas deixam claras, não somente, a dependência do município em desenvolver-se se pautando no setor agroindustrial, mas que, todavia, fora consequência de uma opção feita, ao longo das décadas, pelo entrelace do crescimento da agroindústria ao de Rolândia. E esta, por sua vez, caracteriza-se, assim, como uma cidade do agronegócio, provida de vários segmentos característicos destas cidades e que apresenta um destaque especial à importância das agroindústrias em termos de geração de receitas e empregos de trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- AGRA, Nadine Gualberto; SANTOS, Robério Ferreira dos. **Agricultura Brasileira: situação atual e perspectivas**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/76940785/Modernizacao-Agricultura-Brasileira>. Acesso em: 12 julho 2013.
- AYRES, Marcus. Cooperados aprovam fusão entre Cocamar, Corol e Cofercatu. **Jornal de Londrina**, Maingá. 11 jun. 2010. Disponível em: <http://www.jornaldelondrina.com.br/vidaecidadania/maringa/conteudo.phtml?tl=1&id=1013068&tit=Cooperados-aprovam-fusao-entre-Cocamar-Corol-e-Cofercatu>. Acesso em: 27 outubro 2014.
- BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BALSAN, Rosane. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. **In: Revista Campo-Território**, v.1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BANCO DO BRASIL**. História do Banco do Brasil: Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte : Del Rey, Fazenda Comunicação & Marketing, 2010.
- BONI, Paulo Cesar (org.). **Certidões de Nascimento da História: o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá**. Londrina: Planográfica, 2009.
- BRAGUETO, Cláudio Roberto. **O Aglomerado urbano-industrial de Londrina: Sua constituição e Dinâmica Industrial**. 2007. 266f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRASIL**. LEI No 4.829, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm. Acesso em: 13 julho 2013.
- BRASIL**. Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS: Relação anual de informações sociais. Brasília: 1985 - 2012. CDRom. IBGE. Censo agropecuário de 1970. Rio de Janeiro, 1970.
- CAMPOS, Margarida Cassia. Modernização da Agricultura, Expansão da Soja no Brasil e as Transformações Socioespaciais no Paraná. **In: Revista Geografar**, Curitiba, v.6, n.1, p.161-191, jun./2011.
- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 1975. 322f. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual de Campinas.
- _____. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil – 1930-1970**. 1981. 447f. Tese (Livre Docência). Instituto de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual de Campinas.

_____. Concentração e Desconcentração Econômica no Brasil 1970/1997. In: **Economia e Sociedade**. Campinas, n.8, p. 101-141, jun. 1997.

CASINI, Israel. **A Evolução da Big Frango no Contexto da Avicultura Brasileira: uma análise a partir da teoria do crescimento da firma**. 2009, 107f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Disponível em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 fevereiro 2015.

CNI – Conselho Nacional das Indústrias. A Indústria e o Brasil. 2010. Disponível em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2013/06/06/481/20120822153507112784o.pdf. Acesso em: 15 janeiro 2014.

COCAMAR, Cooperativa Agroindustrial. **Nossas Unidades**. Disponível em: http://www.cocamar.com.br/ver_unidade?id_unidade=62. Acesso em: julho 2014.

COROL, Cooperativa Agroindustrial. **Histórico**. Disponível em: <http://www.corol.com.br/>. Acesso em: julho 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, p.43-53, 1999.

DELGADO, Guilherme. **Capital Financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp/Icone, 1985.

DELGADO, Nelson Giordano. **Papel e Lugar do Rural no Desenvolvimento Nacional**. Fevereiro de 2009. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2036220256.pdf>. Acesso em: 24 setembro 2013.

DORES, Júlia Luciana Pereira das. ASARI, Alice Yatiyo. A Atuação Governamental e o Processo de Migração Interna: O Caso da Vila Rural da Paz – Rolândia (Pr). In: **Revista Geografia**: Universidade Estadual de Londrina. Londrina, v. 10, n. 2, p. 195-210, jul./dez. 2001.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (orgs.). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006a, p. 25-82.

_____. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. EUERJ: Rio de Janeiro, 2007, p.49-66.

_____. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira I**. ANNABLUME, 2006b, p.221-238.

ELORZA, Telma. JBS Foods anuncia investimento de R\$ 14 milhões em Rolândia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 mai. 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1471869>. Acesso em: 27 outubro 2014.

FAJARDO, Sérgio. **Complexo Agroindustrial, Modernização da Agricultura e Participação das Cooperativas Agropecuárias no Estado do Paraná**. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em 20 março 2011.

FARINA, José Carlos. Big Frango (Jandelle) de Rolândia em pleno crescimento. **Jornal de Rolândia**, Rolândia. 05 jan. 2011. Disponível em: [http://www.jornalderolandia.com.br/detalhe-noticia.php?noticia=friboi-quer-investir-r\\$-14-mi-em-rolndia](http://www.jornalderolandia.com.br/detalhe-noticia.php?noticia=friboi-quer-investir-r$-14-mi-em-rolndia). Acesso em: 27 outubro 2014.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 1970**. Curitiba: CONCITEC, 1988.

FIRKOWSKY, Olga L. C. de F.; **A Nova Territorialidade da Indústria e o Aglomerado Metropolitano de Curitiba**. 2001. 278f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRESCA, Tânia Maria. Centros Locais e Pequenas Cidades: diferenças necessárias. In: **Revista Mercator**, Fortaleza. Dezembro 2010, p.75-81. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/398/310>. Acesso em: 06 janeiro 2014.

GONÇALVES, Jackson Eduardo. **Definição de Complexo Agroindustrial**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/919.pdf>. Acesso em 20 março 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1920/2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Contagem da população 2007**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 16 novembro 2010 (a).

INDUSTRIAL DEVELOPMENT REPORT 2013. Disponível em: http://www.unido.org/fileadmin/user_media/Research_and_Statistics/UNIDO_IDR_2013_main_report.pdf. Acesso em: 07 janeiro 2014.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico do município de Rolândia 2009**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php>. Acesso em: 18 setembro 2009.

IPEA; IBGE; UNICAMP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana. Brasília: IPEA, 2002. 127p.

IPEA; UNICAMP; IPARDES. **Redes Urbanas regionais:** Sul. Brasília: IPEA, 2000. 206p.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. **Rolândia, a terra prometida:** judeus refugiados do nazismo no norte do Paraná. São Paulo: FFLCH, 1985.

LIMA, Fausto. **Região Metropolitana ajudaria administração de municípios.** 2005. Disponível em: <http://www.londrix.com/noticias.php?id=7298>. Acesso em: 18 setembro 2009.

LIMA, Jurandir Ferrera; et al. Notas Sobre a Formação Industrial do Paraná. **IN: Publicatio Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes.** Ponta Grossa, 2007, Vol. 15, nº 1, p.53-61.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira:** combates e controvérsia. São Paulo: Brasiliense, 1991. LUCENA, Romina Batista de; SOUZA, Nali de Jesus de. **Políticas Agrícolas e Desempenho da Agricultura Brasileira – 1950-2000.** Disponível em: http://www.nalijsoouza.web.br.com/pol_agr_br.pdf. Acesso em: 23 julho 2011.

MARAFON, Gláucio José. **Industrialização da agricultura e formação do Complexo Agroindustrial no Brasil.** Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/0006.html>. Acesso em: 20 maio 2011.

MELO, Nildo Aparecido de. Do Complexo Rural à Modernização Agrícola Brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa Vilas Rurais no norte do Paraná. In: **Revista GeoAtos**, Presidente Prudente. n. 11, v.1, janeiro a junho de 2011, p. 58-76.

MESQUITA, Livia Aparecida de. MENDES, Estevane de Paula Pontes. Modernização da Agricultura e Formação dos Complexos Agroindustriais. **Anais... XIX ENGA**, São Paulo, 2009, p.1-17.

MIGLIORINI, Sônia Mar dos. Indústria Paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da industrial no século XXI. In: **Geografar:** Curitiba, v.1, n.1, p. 62-80, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/view/6843>. Acesso em: 09 setembro 2012.

MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária.** São Paulo: Hicitec, 1989.

OBERDIEK, Hermann I. **Fugindo da Morte:** imigração de judeus alemães para Rolândia/PR na década de 1930. Londrina: EDUEL, 2007, 2ªed.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **Revista Campo-Território**, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

RIBEIRO, Vitor Hugo; RIBEIRO, Paulo Sérgio. Considerações Sobre a Industrialização Paranaense e Novas Dinâmicas em Pequenas cidades. In:

GEOINGÁ, Maringá, n. 2 , 2009, p. 69-90.

[s.n.] Dívida de meio bilhão de reais ainda assombra Cooperativa do Paraná. **Jornal O Paraná**, Curitiba. 05 jul. 2013. Disponível em:

<http://www.oparana.com.br/cidades/2013/07/divida-de-meio-bilhao-de-reais-ainda-assombra-cooperativa-no-parana/1155550/>. Acesso em: 27 outubro 2014.

ROLÂNDIA. Lei Complementar Nº 11/2006: Plano Diretor do Município de Rolândia. Disponível em:

[http://www.camararolandia.com.br/files/Arquivos/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Plano%20Diretor/Plano%20Diretor%20LC%2011\(1\).pdf](http://www.camararolandia.com.br/files/Arquivos/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Plano%20Diretor/Plano%20Diretor%20LC%2011(1).pdf). Acesso em: 02 fevereiro 2015.

_____. Lei Complementar Nº 14/2006. Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo. Disponível em:

<http://www.camararolandia.com.br/files/Arquivos/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Leis%20Municipais/Complementares/Lei%20de%20Zoneamento%2014%202006%20nova.pdf>. Acesso em: 02 fevereiro 2015.

SALVATICO, Tatiane; AYRES, Marcus. Corol não quer mais fusão com a Cocamar. **Jornal de Londrina**, Londrina. 15 abr. 2013. Disponível em:

<http://www.jornaldelondrina.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=1363451&tit=Corol-nao-quer-mais-fusao-com-Cocamar>. Acesso em: 27 outubro 2014.

SAQUET, Marcos; SINHORINI, José. Modernização da agricultura: territorialização, mudanças, dominação. In: **Revista Terra Plural**. Ponta Grossa, jul-dez. 2008, p. 183-197. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br>. Acesso em: 20 julho 2011.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELUZZO, L.G. de M. & COUTINHO, R. org. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1982. V.1. p.56-121

SERRA, Maurício A. PAULA, Nilson M. de. **Desenvolvimento Local**: A Experiência Paranaense com os Arranjos Produtivos Locais. Disponível em:

http://www.boletimdeconjuntura.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2006_texto_19.pdf. Acesso em 23 setembro 2013.

SCHWENGBER, Cláudia Portelinha. **Aspectos Históricos de Rolândia**. Cambé: WA RICIERI – Gráfica, 2003.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho da Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, Patrícia Paula; ANTONELLO, Ideni Terezinha. A territorialização dos complexos agroindustriais avícolas e a sua formação em rede: o caso da Big Frango. **Anais...** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), São Paulo, 2009, p. 1-15.

SINGER, Paul. **O Capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Ed. Moderna, 1987.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1990.

TEIXEIRA; Jodenir Calixto. Modernização da Agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **In: Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Três Lagoas, v. 2, n.º 2, setembro de 2005, p. 21-42. Disponível em: <http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/jodenir.pdf>. Acesso em: 16 julho 2011.

TRINTIN, Jaime Graciano. História e Desenvolvimento da Economia Paranaense: da década de trinta aos anos noventa do século XX. **IN: Fundação de Economia e Estatística**, Rio Grande do Sul. 2005. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e6-04.pdf>. Acesso em 24 setembro 2012.

TSUKAMOTO, Ruth Youko. Produtor familiar e a monopolização do território pelo capital industrial. **IN: Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 129-136, jul./dez. 2000.

VEIGA, Léia Aparecida; FRESCA, Tânia Maria. Serviços Especializados como Nova Inserção na Divisão do Trabalho em Pequenas Cidades: o caso de Santa Fé – PR. **Anais...** XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, 2010. Disponível em: [http://cac-
php.unioeste.br/eventos/geofronteira/anais2011/Arquivos/Artigos/CAMPO/Artigo102.pdf](http://cac-
php.unioeste.br/eventos/geofronteira/anais2011/Arquivos/Artigos/CAMPO/Artigo102.pdf). Acesso em: 10 janeiro 2014.

VIETRO, Anderson de Freitas. Formação Sócioespacial: a ação local e a industrialização do norte do Paraná. **Anais...** Encontro de Geógrafos da América Latina, Peru, 2012. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaindustrial/36.pdf>. Acesso em: 07 novembro 2012.

VILLANUEVA, Orion. **Rolândia**: terra de pioneiros. Londrina: IPE, 1974.

REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS

F. M. A.: Entrevista cedida à Isabella Castro de Souza no dia 11 de setembro de 2014.

D. G. G.: Entrevista cedida à Isabella Castro de Souza no dia 02 de setembro de 2014.

E. B. N.: Entrevista cedida à Isabella Castro de Souza no dia 13 de junho de 2014.

ANEXOS

Anexo das Entrevistas

O PAPEL DAS AGROINDÚSTRIAS NA VISÃO DO SECRETÁRIO: E. B. N. – SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ROLÂNDIA (ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 13 DE JUNHO DE 2014)

a) Histórico (formação; trajetória; tempo de atuação;)

Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Marília, Estado de São Paulo. Funcionário da CAIXA ECONOMICA FEDERAL por 32 anos, quando Exerceu cargos de Gerência das unidades de, Paranavaí, Cornélio Procópio, Maringá, Londrina, Gerente Regional Londrina, Gerencia de Administração e de Recursos Humanos, Gerência Geral de todo o Estado do Paraná. Iniciou sua carreira política como Vice Prefeito na gestão de 1993 a 1996, do Prefeito Leonardo Casado. Ocupa o cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico na gestão do Prefeito Johnny Lehmann desde 2009 até a data atual.

b) Qual o papel (social, econômico, político, cultural) desempenhado pelas agroindústrias em Rolândia?

As Agroindústrias em nosso Município desempenham papel social de fundamental importância gerando emprego e renda, mantém o homem no campo, evitando assim o êxodo rural, e movimentam a economia da cidade. Politicamente as agroindústrias de Rolândia se fazem representar pela figura do Sr. Herbert Arnold Bartz, pioneiro do plantio direto no Brasil, agricultor de raro talento, de tradicional família alemã apaixonado pela agricultura e sustentabilidade. Agricultor que pelos anos de pesquisa e desenvolvimento ligados ao campo, mantém sempre em destaque o nome do Município dentro e fora do Brasil. É figura conhecida nas mais altas esferas do Governo Federal. O conhecimento é uma das bases da cultura, e neste contexto o conhecimento empírico, que é passado de Pai para Filho é uma força que faz com que agricultura se fortaleça cada vez mais no Município, gerando as matérias primas que movimentam o agro negócio.

c) Quais as perspectivas futuras para as agroindústrias no município?

As perspectivas são as melhores possíveis. O Município possui duas grandes Cooperativas do Setor, e durante os anos a cidade recebeu e vem recebendo diversos investimentos de empresários ligados a revenda de insumos do setor do Agronegócio. Esses grupos empresariais irão implantar silos graneleiros para armazenamento de grãos produzidos no campo. Com investimentos na casa dos 10 milhões de reais, o Grupo Vilella, tradicional empresa do agronegócio da cidade de Cornélio Procópio, irá construir esses silos no Município, também o Grupo Tribulato que irá investir no mesmo ramo de negócio, além de outras empresas deste seguimento que já estão instaladas aqui como o Grupo Vanzella, que possui um grande silo graneleiro para armazenamento desses grãos.

Rolândia ao longo dos anos vem se firmando e se identificando muito fortemente com a área de alimentos, podemos citar algumas empresas que já estão à tempos na cidade que pertencem à este setor e que processam matérias primas produzidas pelo agronegócio que são Itamaraty, Dori, Big Frango, Frango Granjeiro, Brinquedos União etc. Recentemente a cidade teve a grata satisfação de acolher com seus incentivos industriais uma gigante empresa também do ramo alimentício, o Grupo Selmi, que produz as marcas de macarrão Renata e Galo, além de bolos e bolachas. Esta empresa tem como insumo principal de seus produtos o trigo.

E prospectando já a expansão da empresa, será implantado em sua planta industrial um grande moinho de trigo, desta forma a matéria prima será comprada diretamente do produtor, para agregar ainda mais valor ao seu produto. Ainda fazendo parte desta grande e importante cadeia do agronegócio, o Município tem uma empresa de transbordo de grãos, a Nutri Rico. Esta empresa é responsável pelo transbordo dos grãos produzidos no campo. Movimenta cerca de 100 vagões/dia, escoia safra com destino ao porto de Paranaguá e outras localidades, além do recebimento e transbordo dos insumos necessários para a produção do campo. Todos esses investimentos demonstram que as agroindústrias do Município têm excelentes perspectivas de crescimento.

- d)** Em sua opinião, como o cidadão rolandiense considera o papel das agroindústrias para o município?

Todo e qualquer setor que gera emprego e renda por si só já merece elevada consideração. O Setor do agronegócio, representado pelas suas agroindústrias, que tem grande participação na geração de emprego e renda, é considerada pelos seus munícipes como setor de grande importância na economia do Município.

- e)** Existem medidas de contenção/incentivo a um maior desenvolvimento das agroindústrias em Rolândia?

O Município não possui nenhuma medida que vise conter o desenvolvimento dos diversos setores da economia. O Executivo busca sempre através do plano diretor, harmonizar os diversos setores da economia do Município, para que a cidade cresça de forma planejada. Os incentivos também são iguais para todos os setores. O Poder Executivo não pode privilegiar nenhum dos setores, deverá incentivar igualmente a todos.

- f)** Em sua opinião, existe alguma possibilidade de dar continuidade ao desenvolvimento socioeconômico de Rolândia sem este estar relacionado ao papel das agroindústrias? Por quê?

Do ponto de vista sócio econômico a continuidade do desenvolvimento das agroindústrias é vital para o Município, e não poderá em nenhum momento ser desvinculado de nenhuma política de incentivos. A cidade cresce na medida em que todos os setores se desenvolvem. O Município possui terras férteis e agricultáveis, e tradicionalmente é uma cidade de grandes produtores rurais, vai continuar com seu crescimento natural e gradativo.

O PAPEL DAS AGROINDÚSTRIAS NA VISÃO DO EMPRESÁRIO – F. M. A., TÉCNICO DA ROTASILOS DO BRASIL (ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2014)

a. Histórico (formação; trajetória; tempo de atuação; etc.).

Formado em Tecnologia Mecânica pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Atua nos seguimentos de móveis, cadeados e fechaduras, ambos relacionados ao departamento de qualidade e engenharia. No segmento agrícola, atua há 11 anos.

b. Histórico da Empresa:

A Rotasilos do Brasil surgiu em 2004, como uma empresa prestadora de serviços para a indústria metal mecânica, através da iniciativa dos seus dois sócios (Wagner e José Diniz), com a aquisição de equipamentos para usinagem de peças. Após 2008, a empresa começou a fabricar seus próprios equipamentos e a vendê-los diretamente ao consumidor final, onde houve um crescimento exponencial, tanto em volume de fabricação, como de faturamento.

c. Informações da Empresa:

Hoje, contamos com um quadro de 100 funcionários diretos, e trabalhamos com 98% dos equipamentos produzidos dentro das suas unidades. Os outros 2% são fabricados por indústrias terceirizadas.

Trabalhamos com toda linha de equipamentos para recebimento, secagem e beneficiamento de sementes, atendendo todo o Brasil e exterior.

Hoje, a Rotasilos conta com três unidades de fabricação, onde todas elas são próprias e separadas por segmentos (unidade de corte – unidade de silos – unidade de máquinas e transportadores).

A expectativa para os próximos anos é de um crescimento anual mínimo de 30% em volume de vendas.

d. Qual o papel (social, econômico, político, cultural) desempenhado pelas agroindústrias em Rolândia? Quais as perspectivas futuras, vista por você, para as agroindústrias no município?

A agroindústria contribui muito para o município de Rolândia, pois, além de ser o maior município produtor de equipamentos de sementes do Brasil, conta, ainda, com grandes estruturas de armazenagem de grãos, moinho de trigo, abatedouro de aves e beneficiamento de couros.

Para mim, a agroindústria tem muito ainda para contribuir para o município, pois, cada vez mais, se instalam indústrias novas ligadas ao segmento, além do próprio crescimento das indústrias atuais.

Em relação ao desenvolvimento socioeconômico, sem o apoio da agroindústria ficaria muito difícil, pois, as maiores arrecadações do município estão ligadas ao segmento agroindustrial.

A economia do município se desenvolveu, principalmente, pela oferta de mão de obra em grande quantidade e qualificada. Outro fator importante é aquele ligado à logística e à infraestrutura regional, que contribuem para a lucratividade da empresa.

O PAPEL DAS AGROINDÚSTRIAS NA VISÃO DO EMPRESÁRIO: D. D. G. – GERENTE DA EMPRESA FRANGO GRANJEIRO (ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2014)

a. Histórico (formação; trajetória; tempo de atuação; etc.).

Bacharel em Administração e Ciências Contábeis, iniciei minha atividade profissional no Banco Bradesco onde fiquei por 9 anos, depois foi para a Corol onde trabalhei por 19 anos, em 2010 iniciei aqui na Granjeiro onde já completei 4 anos.

b. Histórico da Empresa – Rolândia:

Rolândia ser um polo avícola nos dias de hoje se deve ao pioneirismo dos pais do atual proprietário, que nos idos de 1970, quando a atividade era incipiente e incerta, tiveram a coragem de iniciar um pequeno abatedouro de aves chamado AVEROL. Este abatedouro cresceu e posteriormente foi adquirido pelo grupo Ovorama de Astorga, de propriedade dos atuais acionistas da Big Frango. Muitos anos depois, no final de 1986, seus filhos decidiram voltar à atividade, que evoluiu muito, chegando até os dias de hoje.

No principio tudo era feito manualmente, com o esforço dos sócios a empresa foi crescendo, Em 2004 foi instalado SIF (serviço de inspeção federal), para começar as vendas fora do estado, e 2010, habilitamos para lista geral, e iniciamos as exportações, que hoje representa 40% do faturamento.

c. Informações da Empresa – Rolândia:

1.400 funcionários. No nosso caso, integrados são 160 produtores de frangos. o produto beneficiado é o cortes de frango. Quanto às unidades, temos Abatedouro de Aves, Unidade de recebimento de Cereais, Fábrica de rações e Fabrica de Farinha e óleos (para uso próprio). O destino final da nossa produção é 60% mercado interno e 40% mercado externo.

A empresa fornece pintinhos, rações, medicamentos e assistência técnica, integrados criam as aves e é remunerado pela produtividade.

d. Quais as perspectivas para os próximos anos?

Os planos de crescimento da empresa são de 100 % em volume de abate atual até final de 2016, com diversificação de mercados e introdução de produtos com valor agregado, acompanhando a tendência de mercado que valoriza pequenas porções em embalagens práticas que facilitam o dia a dia na vida moderna.

e. Qual o papel (social, econômico, político, cultural) desempenhado pelas agroindústrias em Rolândia?

Digo com relação a empresa Granjeiro, proporciona além dos empregos diretos e indiretos, recolhimento de impostos, atividades paralelas como demanda por hotéis/restaurantes, oficinas, empresas de prestação de serviços, enfim tudo que pode advir de bom de uma atividade econômica pujante.

f. Quais as perspectivas futuras, vista por você, para as agroindústrias no município?

O fato de Rolândia e região ser grande produtora de cereais as empresas de demandam em estas matérias primas tende a se manter e é possível a instalações de outras.

g. Em sua opinião, como o cidadão rolandiense considera o papel das agroindústrias para o município?

As agroindústrias são muito importante para o município, são grande geradoras de mão de obra, e impostos.

h. Baseado em seu conhecimento e na sua experiência no setor agroindustrial, o que possibilitou à Rolândia, anteriormente, desenvolver sua economia no setor das indústrias de alimentos para, hoje, ter um Complexo Agroindustrial sólido e bem desenvolvido?

Como dito anteriormente Rolândia e Região é grande produtora de cereais, no passado já foi de Café e Cana e está próxima dos grandes centros consumidores, temos logística rodoviárias e ferroviária que facilita o transporte dos produtos acabados para estes grandes centros e Porto, estamos próximos de faculdades e universidades que capacitam a nossa mão de obra, é natural que empresas e cooperativas relacionadas ao agronegócio se instalem e prosperem utilizando estas matérias primas aqui produzidas.